



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAMILA MACHADO BURGARDT

**A INVENÇÃO DA SECA NO SÉCULO XIX:
A IMPRENSA DO NORTE E O ROMANCE *OS RETIRANTES*.**

JOÃO PESSOA
MARÇO DE 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAMILA MACHADO BURGARDT

**A INVENÇÃO DA SECA NO SÉCULO XIX:
A IMPRENSA DO NORTE E O ROMANCE *OS RETIRANTES*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras. Linha de pesquisa: Memória e Produção Cultural.

Prof.^{ma}. Dr.^a. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa,
orientadora

Prof.^{ma}. Dr.^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano –
PPGH, coorientadora

JOÃO PESSOA
MARÇO DE 2014

B954i Burgardt, Camila Machado.

A invenção da seca no século XIX: a imprensa do norte e o romance Os Retirantes / Camila Machado Burgardt.-- João Pessoa, 2014.

166f.

Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa

Coorientador: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Patrocínio, José Carlos do, 1854-1905 - crítica e interpretação. 2. Análise do discurso - aspectos jornalísticos. 3. Gênero epistolar. 4. Romance-folhetim. 5. Discursos da seca - Séc. XIX.

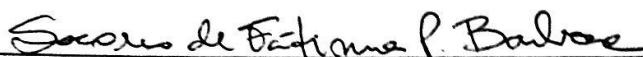
UFPB/BC

CDU: 82-5(043)

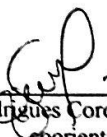
CAMILA MACHADO BURGARDT

A INVENÇÃO DA SECA NO SÉCULO XIX:
A IMPRENSA DO NORTE E O ROMANCE *OS RETIRANTES*

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
no curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, pela
comissão formada pelos professores:



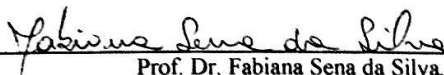
Prof. Dr. Socorro de Fátima Pacifico Barbosa, PPGL, UFPB
orientadora



Prof. Dr. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, PPGH, UFPB
coorientadora



Prof. Dr. Artur Emilio Alarcon Vaz, FURG
examinador



Prof. Dr. Fabiana Sena da Silva, DME, UFPB
examinadora

João Pessoa, 11 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a presença constante de Deus em todos os momentos de minha vida, ao meu marido, a minha família e aos meus amigos pela força e incentivo recebidos durante o meu curso e desenvolvimento de meus trabalhos.

É comum ao chegarmos ao final de um trabalho, fazermos uma reflexão, um *feedback* das etapas que percorremos ao longo dos anos. Voltei ao tempo de graduação quando conheci a professora Socorro Barbosa que apostou em minha vontade de aprender e passou a ser minha referência em tenacidade e competência. Muitas vezes insistiu para que eu buscasse e desse conta dos próprios desafios e é por esses e outros tantos motivos que sou grata.

Agradeço também a professora Serioja Mariano que gentilmente aceitou ser minha coorientadora e com paciência e bom humor me ajudou com valiosas contribuições.

Aos Professores Artur Alarcon Vaz e Fabiana Sena, pelos comentários e sugestões apontados no decorrer do exame de qualificação e defesa do trabalho.

RESUMO

Este trabalho consiste analisar como os discursos veiculados pelas cartas publicadas nos jornais das províncias do norte, de 1877 a 1879, bem como o romance-folhetim *Os retirantes*, de José do Patrocínio, de 1879, enquanto objetos literários, forjaram a construção da história da/sobre a seca, no século XIX, a partir do fenômeno climático que atingiu o antigo norte de 1877-1879. Para isso, buscamos analisar como os discursos veiculados pelas cartas dos jornais, bem como os escritos sobre essa seca de José do Patrocínio, o romance e as cartas publicadas na coluna folhetins, foram decisivos para a construção de sentido e interpretação dessa seca, a partir do uso de argumentos retóricos utilizados pelos leitores-escritores, com a intenção de instaurar no público leitor, com ampla receptividade, uma sensibilidade e uma representação sobre aquele espaço sertanejo. Refletimos, analiticamente, com autores como Chartier (1991; 1998; 2002; 2007); M. Barbosa (2004; 2010); S. Barbosa (2007; 2010a; 2010b; 2011; 2011a; 2011b); Barthes (1974; 1985); Freire (1823); Roquette (1860; 1871; 1997), entre outros, que nos ajudaram a entender como a heterogeneidade das imagens levantadas por esses discursos se fundiram e criaram, por fim, o dominante discurso que se queria estabelecer para a invenção da seca no século XIX.

Palavras-chave: Gênero epistolar; romance-folhetim *Os retirantes*; século XIX; discursos da seca.

ABSTRACT

This work consists of analyzing how discourses conveyed by letters published in the newspapers of the northern provinces, from 1877 to 1879, as well as the serial novel, *The retreatants*, 1879, as literary objects, which appear as shared illusions of supposed reality, forged the construction of the history of drought in the nineteenth century, departing from the weather phenomenon that hit the old north from 1877 to 1879. For this, we analyze how discourses conveyed by letters, as well as the writings on drought by José do Patrocínio, romance and letters published in serials column, pedestal newspaper sometimes determines or modifies genres and even more ways to read, which are decisive for the construction of meaning and interpretation of the reading at any time, from the rhetorical arguments used by readers - writers of these letters, with the intention of establishing the readership with broad receptivity, sensitivity and representation on that backcountry area. We have reflected, analytically, with authors such as Chartier (1991, 1998, 2002, 2007), M. Barbosa (2004, 2010); S. Barbosa (2007, 2010a, 2010b, 2011; 2011a, 2011b), Barthes (1974, 1985), Freire (1823), Roquette (1860, 1997), among others, who have helped us understand how the heterogeneity of the images raised by these objects merged and created, finally, the dominant discourse of the drought that would be established for the northern region of Brazil.

Keywords: Epistolary genre; serial novel-*The retreatants*; nineteenth century; discourses of drought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
 1 OS DIAS SECOS E ARDENTES: O INÍCIO	
1.1 O ano de 1877 – uma confluência de fatores políticos e financeiros.....	17
1.2 A construção de um discurso.....	21
1.3 Um momento da imprensa.....	37
1.3.1 O literato José do Patrocínio – um homem da imprensa.....	41
1.4 A seca de 77 e os “anos malditos”: um capítulo especial.....	50
 2 AS MISSIVAS DA IMPRENSA NORTISTA: RETRATOS LITERÁRIOS DA SECA	
2.1 Os caminhos da escrita e da leitura da arte epistolar.....	64
2.2 As cartas da seca: notícias literárias e históricas dos “anos malditos”	78
2.2.1 O caso das comissões de socorros públicos.....	79
2.2.2 O periódico <i>O Retirante</i> , um órgão das vítimas da seca?.....	90
2.2.3 Os discursos controversos da seca.....	96
 3 OS ESCRITOS DE JOSÉ DO PATROCÍNIO: TEATRO DOS ACONTECIMENTOS	
3.1 A história de um romance de críticas.....	103
3.1.1 Os elementos da narrativa na construção de um discurso.....	105
3.2 A recepção crítica do romance.....	111
3.3 Os escritos da seca de Patrocínio.....	119
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
 FONTES.....	137
 BIBLIOGRAFIA.....	138
 ANEXOS.....	144

INTRODUÇÃO

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1994, p. 547).

Assim como Le Goff (1994), pensamos os documentos históricos não como objetos imparciais ou neutros, mas sim como manifestações históricas que, consciente ou inconscientemente, dizem muito a respeito do modo como em diferentes espaços e tempos a realidade social foi construída, sendo necessário sempre questioná-los e ou confrontá-los, observando as formas como foram manipulados pelos mais diversos atores sociais.

É a partir da perspectiva do questionamento ou do confronto com os periódicos que se dá o presente trabalho. O interesse por esse estudo, que surgiu a partir da participação na pesquisa de PIBIC/CNPq, como bolsista no projeto *O jornal como fonte para uma história da literatura paraibana no oitocentos: a escrita epistolar*, de 2008 a 2009, e também da monografia defendida *As missivas no século XIX: literatura e história*, ambos sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Socorro P. Barbosa, em que a imprensa demonstrou ser tanto uma fonte quanto um *corpus* profícuo de pesquisa sobre os textos literários no século XIX.

Com nossas duas fontes de estudo – as cartas publicadas nos jornais das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco à época da seca de 1877 – 79, bem como as cartas de José do Patrocínio (1853-1905), sobre essa seca saídas sob o título “Viagem ao Norte”, de 1878, na província do Rio de Janeiro, e o romance *Os retirantes*¹, de 1879, no periódico *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro – construímos o nosso objeto de estudo, ou seja, a construção dos discursos sobre a seca nas cartas da imprensa e no romance.

As fontes de nosso trabalho apresentam onze títulos de quatro províncias diferentes: os jornais paraibanos *A Opinião*, de 1877; *A União Liberal*, de 1879; *O Conservador*, de 1877; *O Liberal Paraibano*, de 1879; o periódico pernambucano *Diário de Pernambuco*, de 1877; o jornal potiguar *Brado Conservador*, de 1877; e nos jornais cearenses *Pedro II*, de 1878; *O Cearense*, de 1879, *A Liberdade*, de 1877; *Eco do Povo*, de 1879, e *O retirante*, de 1877.

¹ Romance disponível no portal Domínio Público pertencente ao Ministério da Educação.

Do órgão paraibano *O Conservador*², de direcionamento católico, só tivemos acesso ao número 11, de 27/06/1877, em que não há cartas sobre a seca, mas o seu editorial, “A seca, os açudes, e os poços artesianos”, aborda este assunto, tratado como natural para a região, sendo que o então presidente da província, Esmerino Gomes Parente, segundo o editorial, estaria tomando todas as providências necessárias e ao seu alcance para minimizar os estragos da estiagem.

Podemos observar que o fenômeno climático era tratado e comentado nas mais diversas colunas dos periódicos e que as cartas permearam as mais diversas colunas. No jornal paraibano *A Opinião*, encontramos as missivas nas colunas “Noticiário”, geralmente extratos de cartas, ou seja, trechos de cartas inseridas pelo texto do editor, com o intuito de conferir veracidade e confiança na matéria; “Publicações Solicitadas” e “Correspondência”. No *Diário de Pernambuco*, encontramos nas seções “Notícias do Norte do Império”, cartas inteiras ou extratos de cartas que foram publicadas em jornais de outras províncias, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; na “Revista Diária”, normalmente extratos; e nas “Publicações a Pedido”. Já no jornal cearense *Pedro II*, encontramos extratos ou cartas na íntegra em muitas colunas, como na “Fatos Diversos”, “Comunicado”, “A Pedido”, “Correspondência”, “Interior”, “Miscelânea” e no editorial “Pedro II”, ou seja, as cartas que abordam a seca circularam por quase todo o periódico.

Do periódico paraibano *A Opinião*³, tivemos acesso a 33 números, de 17/05 a 02/12/1877, e, além de várias notícias, encontramos um total de 22 cartas que tratam direta ou indiretamente da seca e de suas consequências. Da folha *A União Liberal*⁴, contamos com 13 números referentes a quatro meses, 21/01 a 29/04/1879, em que encontramos apenas duas cartas que se referem indiretamente à seca. Do jornal *O Liberal Paraibano*⁵ temos 32 números, de 15/05 a 29/10/1879, mas a grande maioria dos números se encontra ilegíveis e mutilados, sendo que não conseguimos localizar nenhuma carta que se refira a seca da época.

² Circulou de 1875 a 1889, aos sábados. Tinha por redator chefe Caetano Filgueiras ao lado do Padre Leonardo Antunes Meira Henriques, mais conhecido como Padre Meira.

³ Fundado na capital paraibana em 1877, segundo Araújo (1986), era um órgão dirigido pelo diretório do Partido Liberal, publicado duas vezes na semana e impresso na Typographia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa até 1878.

⁴ O periódico liberal circulou de 1878-79, três vezes por semana, pela Tyographia Liberal Parahybana e tinha feição política, literária e noticiosa. O principal redator foi Benedito Casado da Silva. (ARAÚJO, 1986)

⁵ Segundo Araújo (1983), *O Liberal Paraibano*, conhecido órgão do Partido Liberal, começou a circular em 1879 e o gerente era Antônio Alfredo da Gama e Mello, político que se destacou na Paraíba não só durante a Monarquia, mas também na República.

Para a pesquisa com o periódico *Diário de Pernambuco*⁶, conhecido, segundo Carvalho (1908), por sua moderação e apoio ao governo, contamos com todo o ano de 1877⁷, 300 números, em que pudemos observar várias notícias sobre a seca, em especial de outras províncias, e ao todo 17 cartas que tratavam do fenômeno e suas consequências, sendo que quatro se referiam às províncias do Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Do potiguar *Brado Conservador*⁸, contamos com 50 números, de 05/01/1877 a 07/09/1878, e, além de várias notícias, encontramos um total de 11 cartas que tratam direta ou indiretamente das questões da seca e de suas consequências.

No cearense *Pedro II*⁹, tivemos acesso a 93 números, muitos mutilados e ilegíveis, de 03/01 a 25/12/1878, e, além de várias notícias, encontramos um total de 45 cartas que se referem direta ou indiretamente sobre as questões da seca e de suas consequências. Do jornal *O Cearense*¹⁰, pesquisamos 63 números, alguns se encontram mutilados e deteriorados, de 05/01 a 29/06/1879, encontramos muitas notícias e um total de 12 cartas, geralmente relacionadas aos comissários da seca.

Do periódico *A Liberdade*¹¹, tivemos acesso a 14 números, de 04/01 a 19/04/1877, em que encontramos algumas notícias e um grande editorial escrito pelo senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil¹², além de três cartas que se referem à seca. Do *Eco do Povo*¹³

⁶ Foi impresso em várias tipografias, sendo que de 1870 a 1901 foi impresso na rua Duque de Caxias, 42. Durante vários momentos foi órgão oficial do governo, inclusive de 1866 a 1891. Neste mesmo período a folha pertencia a Manuel Figueirôa de Faria & Filhos. (sic) Nessa época assumia a redação Manuel e Felipe Figueirôa de Faria, Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos. (CARVALHO, 1908)

⁷ Para a província de Pernambuco pesquisamos somente o *Diário de Pernambuco* do ano de 1877 em virtude do grande acervo do periódico, pois o ano conta 300 números; bem como pela exiguidade do tempo de um trabalho de mestrado.

⁸ Periódico conservador, da cidade de Assú. O periódico veio à luz de 28/09/1876 a 1885. (STUDART, 1924)

⁹ Órgão conservador de Fortaleza apareceu em 12/09/1840, publicando duas vezes na semana: às quartas-feiras e sábados. Impresso por Galdino Marques de Carvalho, saiu na Typographia Constitucional, na rua dos Quartéis. Tinha por epígrafe o verso de Camões: “Os mais experimentados, levantai-os./ Se com a experiência tem bondade/ para vosso conselho, pois que sabem/ o como, e quando e onde as coisas cabem.”. (sic) (STUDART, 1924)

¹⁰ Órgão do Partido Liberal publicado em Fortaleza, a partir de 04/10/1846 a 25/02/1891. Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomas Pompeu (senador) forma seus fundadores e primeiros redatores, em que também figuram Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa. (STUDART, 1924)

¹¹ Órgão criado em 1876 pelo partido Liberal. Publicado na cidade de Crato-CE, pelo Dr. Alcântara Bilhar, Fenelon Bomilcar da Cunha e padre Ulysses de Penafort. E impressor Agostinho L. Arnaut. (STUDART, 1924)

¹² Mais conhecido como Senador Pompeu, (06/06/1818 a 02/09/1877) formou-se na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi um dos fundadores do Liceu do Ceará e seu primeiro diretor, entre 1845 e 1849, professor de Geografia e História. Jornalista, participou ativamente no jornal *Cearense*, ligado ao Partido Liberal, do qual era membro. Tornou-se, ainda, chefe do partido no estado até a sua morte. Autor de diversas obras, principalmente de História e de Geografia, foi membro de diversas sociedades científicas, destacando-se a Sociedade de Geografia de Paris, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Pompeu_de_Souza_Brasil>. Acesso em 01/04/2013.

contamos com os primeiros 19 números, de 24/06 a 21/12/1879, em que encontramos um total de 10 cartas e uma grande oposição aos comissários da seca. E, por fim, do periódico *O Retirante*¹⁴, contamos com 35 números, de 01/07/1877 a 24/03/1878, que além de muitas notícias, conta com 24 cartas que se referem à questão da seca.

A partir dessa caracterização sobre a posição das missivas da seca nos periódicos, seguimos na hipótese de que a imprensa foi o primeiro elaborador do discurso que atualmente temos sobre o fenômeno, num momento em que o evento deixou de ser um fato natural e passou a ser discurso político, econômico e social, pois cada órgão em específico toma algumas posições perante a sociedade, geralmente enquanto folha política, literária e social, como veremos mais adiante. Essa tomada de posição, a princípio, diz muito sobre o periódico e sobre seus direcionamentos internos.

O interesse pelo tema da seca na imprensa surgiu a partir das pesquisas nos periódicos, no qual observamos que esse fenômeno climático foi muito representativo não só para a província da Paraíba, mas para o antigo Norte¹⁵ como um todo, o que produziu uma grande quantidade de cartas e notícias nos anos de 1877-79, que circularam nos periódicos da época e que sempre se reportavam à seca, que castigava a população.

Segundo Albuquerque Júnior (1987; 2011), o Nordeste é, em grande medida, rebento das secas e produto imagético-discursivo dos mais diferentes escritos e imagens desse fenômeno. Assim, dimensionar essa seca como um marco do início da história das secas na região Norte ou como um simples fenômeno natural não reflete as repercussões sociais, econômicas e culturais de seus desdobramentos, enquanto um fato histórico e um discurso inventariado pelos homens das mais diferentes condições sociais, intenções e experiências de mundo.

Diferentemente das abordagens à respeito do tema da seca, para refletir e pesquisar o fenômeno de 1877-79, nas províncias do antigo Norte, buscamos, a partir de outras perguntas de pesquisa, estabelecer como o fenômeno vai ser constituído do ponto de vista discursivo, tornando-se um marco, pensando no que se produziu, de que forma, como e para quem se produziram os escritos; que consequências essa produção trouxe para a história das secas,

¹³ Veio à luz em 24/06/1879, em Fortaleza. Dizia-se órgão da opinião pública e tinha como redatores Dr. Antonio José de Mello, João Cordeiro e Vicente Linhares. Impresso na Typographia Imparcial, na rua Major Facundo, nº 40, por Francisco Perdigão. Publicação semanal. (STUDART, 1924)

¹⁴ Publicado aos domingos em Fortaleza, sob a redação de Luiz Miranda, na Typographia Imparcial. Veio à luz em 24/06/1877 e dizia-se órgão das vítimas da seca, combatente da administração provincial do conselheiro João José Ferreira de Aguiar, que governou de 24/11/1877 a 21/02/1878. (STUDART, 1924)

¹⁵ A partir deste momento sempre que nos referirmos ao antigo Norte esse deve ser compreendido como a área atualmente designada como Nordeste, termo que se estabelecerá a partir da década de 1930, como produto das necessidades políticas diante da marginalização da antiga região Norte do país. (MELLO, 1999)

relacionando e analisando a representação da seca nas cartas catalogadas. Para isso avaliamos como essa escrita baseada em recursos retóricos inerentes à época das cartas publicadas nos periódicos do século XIX sobre o assunto bem como o romance *Os retirantes*, de José do Patrocínio, atuaram como as primeiras representações dessa seca, evento que passou nesse momento de um fenômeno climático natural para um fenômeno social, político e ideológico.

Normalmente, os autores, ao estudarem o fenômeno da seca na literatura partem de romances mais conhecidos na atualidade, como, por exemplo, *Luzia-Homem*, de 1903, do autor cearense Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (1850-1906), *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo (1853-1932) ou *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz (1910-2003), todos escritos a *posteriori* do fenômeno. A seleção de *Os retirantes*, o primeiro romance que tem como ambiente a seca de 1877, deu-se justamente por seu autor – José do Patrocínio – ter atuado como correspondente do jornal carioca *Gazeta de Notícias* na província do Ceará, sendo o romance fruto de sua estada na província, pois parte com o intuito de relatar os efeitos da seca, entre maio e setembro de 1878, com a missão de enviar informações qualificadas para o jornal que publicara, nessa época, a correspondência do autor sob o título “Viagem ao Norte”, na coluna “Folhetins”.

O autor de *Os retirantes*, segundo Magalhães Júnior (1972), está entre os precursores da literatura da seca em nosso país e a obra representa bem o tema, sendo Patrocínio o autor que inaugurou esta temática no romance no suporte jornal. Assim, publicando primeiro em folhetins no jornal *Gazeta de Notícias*, Patrocínio falava na imprensa como fazer um romance sobre a seca e o que ele pensava sobre esse fenômeno, privilegiando primeiramente o suporte. Podemos confirmar o que Chartier (2002) e Barbosa (2007; 2011) afirmam sobre o suporte – jornal – a respeito do poder e da força da palavra impressa e de como esses escritos não prescindiam de um nome de autor para ser lido e produzir efeitos sobre a comunidade de leitores dos periódicos.

De acordo com Magalhães Jr. (1972), Patrocínio tinha as letras como instrumento de ação em favor da luta pela liberdade e na defesa dos necessitados em seus mais amplos aspectos. Assim, veremos mais adiante no trabalho o modo como a composição do romance dialoga, em grande medida, com os escritos da época e com seus próprios escritos, como as cartas de “Viagem ao Norte”, pois os periódicos aparecem, em nossa leitura, como fonte privilegiada na configuração dessas representações de um fato histórico e, como tal abre um horizonte de expectativas de uma época e de suas sensibilidades.

A importância desta pesquisa dá-se justamente por essa abordagem literária e cultural que vê nas representações escritas a imbricação entre o jornal, enquanto fonte, as cartas e o romance, enquanto fontes, produções literárias e, consequentemente, culturais. Outro fator interessante é que esses escritos foram os primeiros que trataram desse fato histórico que ocorreu - a seca de 1877.

A escrita dos romances, fruto de determinações históricas, ajuda a revelar uma “verdade” possível desse fato histórico, mas é preciso retomar o conceito de literatura da época, pois a compreensão que se tem atualmente foi construída através dos tempos e enfrentou situações desconcertantes, próprias à rigidez conceitual em qualquer área do conhecimento. Isto significa, evidentemente, que a ideia de literatura que temos não é a mesma que se teve em outros momentos.

Autores como Barbosa (2007; 2010), Ferreira (2011) e Zappone & Wielewiczki (2009) corroboram com esta compreensão histórica inerente ao termo literatura. Desse modo, no século XIX o gênero epistolar, nos dias atuais considerado gênero textual, era tido como gênero literário e retórico, como bem nos informa o cônego Fernandes Pinheiro em seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, de 1862, em que ao discorrer sobre a epistolografia assinala que ela:

Constituí o gênero epistolar pela universalidade dos assuntos que pode abranger verdadeira pedra de toque do talento do escritor. Não ha quem não faça uma carta; poucos porém sabem conservar-se no justo meio que lhe é prescrito pelo bom gosto. Cumpre que nem se perca o autor nas nuvens da *hipérbole* e da *ênfase*, nem rasteje pelas baixas e grosseiras expressões. Pretende Blair que seja a carta à conversação escrita, natural como esta, e subindo, ou descendo de tom, segundo a importância da matéria. Poucos são os escritores que verdadeira nomeada tenham alcançado em tais composições; (PINHEIRO, 1862, p. 137)

Observamos que o gênero epistolar retórico e literário apresenta um caráter dinâmico e versátil que se molda as mais diferentes situações e contextos, principalmente no suporte jornal, pois, segundo Barbosa (2011), a carta é um dos gêneros fundadores da escrita em jornais e periódicos e contava com manuais que regulavam a forma mais ou menos estável do gênero e que circulavam com grande prestígio até fins do século XIX. Esses manuais, ou mesmo os tratados de retórica, surgiram para regular a função secular de comunicação à distância que as cartas exerciam há muito tempo, pois essa escrita, tão necessária, deveria ter suas próprias regras que seriam do conhecimento de quem precisava escrevê-las, apesar de ser uma escrita restrita aos letrados, para que seu entendimento fosse, na medida do possível,

claro. Alguns desses escritos eram tão especializados, refinados e esteticamente tão bem feitos que se tornaram modelos para uma escrita, por excelência, dos ‘homens de letras’.

As cartas normalmente ocupavam um lugar de destaque nos jornais os mais variados possíveis, pois os editores pediam a ajuda dos leitores que se tornavam correspondentes dos periódicos, como podemos observar no exemplo que segue:

As publicações de interesse particular serão feitas por ajuste. Para serem publicados escritos que contenham responsabilidade faz-se preciso que venham legalizados.

Todas as correspondências e reclamações deverão ser dirigidas ao escritório da redação á rua de Hortas n.º 24 1º andar. (*BRADO CONSERVADOR*, 12/01/1877, n. 14, p. 01)

Publicações particulares: 80 rs por linha. (*ECO DO POVO*, 02/07/1879, nº 02, p. 01)

Publica-se duas vezes por semana. Anúncios á 40 rs. por linha para os assinantes, 80 para os que não forem, e as demais publicações serão feitas por convenção. Nº avulso 200 rs. (*A OPINIÃO*, 01/07/1877, nº19, p. 01).

Esses avisos colocados logo abaixo do título dos jornais convidam a ativa participação dos leitores, nos mais diferentes escritos e não somente anúncios, mas estendendo-se as cartas, textos, poemas entre outros. Segundo Barbosa (2007) os leitores tornavam-se autores, o que mostra sua importância e relevância para compreendermos como a seca repercutiu na sociedade do Norte e explicaria a participação de leitores comuns nas publicações sobre a seca.

A pesquisa e o uso das epístolas e do romance como fonte e como objeto para a História Cultural apresentaram-se de forma inovadora a partir dos novos questionamentos que surgiram nas mais diversas disciplinas. Surgiu como um movimento iniciado dos estudos da Escola dos *Annales*, na França, e trouxe consigo um novo olhar para o mundo através de mudanças epistemológicas, nos campos temáticos e nas fontes¹⁶. O pesquisador propõe a ‘ler’ o passado por meio dos códigos de outro tempo, vestígios que, por assim dizer, são representações do passado que se oferecem como fontes para o olhar do estudioso.

A análise das cartas e do romance de Patrocínio favorece o que Pesavento (2008) afirma sobre as representações da ficção, o que nos permite conhecer o clima de uma época, a maneira pela qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, seus valores, preconceitos, medos e sonhos, valores, sensibilidades. Desse modo, a literatura “[...] representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário”. (p. 82)

¹⁶ Acerca desse assunto conferir Le Goff (1988); Chartier (2002; 2010); e Pesavento (2008).

É nas cartas e matérias publicadas nos mais variados jornais da época e da escrita do folhetim *Os Retirantes* que observamos as regularidades e as práticas discursivas das cenas mais imagéticas e simbólicas, que vão permanecer na construção histórica de um evento regular, no caso, o da seca. Segundo Chartier (1998; 2002), o suporte influencia e, por vezes, determina ou modifica os gêneros e os mais variados modos de ler que são decisivos para a construção de sentido e interpretação da leitura em qualquer época. É o que observamos no suporte jornal do século XIX, em que à união de forma e conteúdo dos escritos podem revelar o discurso e o modo de pensar de uma época.

A análise de nosso *corpus* investiga as possíveis relações dos escritos sobre a seca enquanto um momento controlado, intencional e de efeitos incalculáveis, entendendo sua dinâmica e, ao mesmo tempo, compará-los com outros documentos para se chegar a conclusões mais amplas sobre a representação do contexto cultural, social e ideológico em que foram produzidos.

Desse modo, tomamos o conceito de representação de acordo com Chartier (2002, p. 17), para analisarmos os discursos desse fenômeno climático, que assume os escritos, como a capacidade do discurso histórico de representar o passado, pois as representações do mundo social, apesar de aparentemente universalizantes, refletem sobretudo os interesses dos grupos sociais que as tramam, devendo-nos, portanto, pensar que uma “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.

Nosso momento de estudo em questão é o Segundo Reinado, e é importante nos situarmos historicamente, pois perder a determinação histórica dos fatos nos leva, conseqüentemente, a perder o sentido histórico dos eventos e seus mais diversos, e por vezes inesperados, desdobramentos.

Segundo temos notícias¹⁷, desde o período Colonial, o Norte brasileiro sofre com constantes secas catastróficas, porém a historiografia considerada tradicional¹⁸ refere-se ao fenômeno climático de 1877-79 como sendo a “seca grande” do século XIX. Esta dita seca foi uma época em que os retirantes migraram para as cidades mais desenvolvidas, como Mossoró, no Rio Grande do Norte, por exemplo. Segundo Almeida ([1923] 1994), Neves (2000) e nos escritos dos jornais analisados, nas províncias da Paraíba, Ceará e Pernambuco também não

¹⁷ No *Tratado da terra e da gente do Brasil*, de Fernão Cardim, encontramos o primeiro registro na literatura dos colonizadores de seca na região Norte da Colônia, no ano de 1583. Livro disponível na biblioteca Brasileira Eletrônica, da UFRJ. Conferir também Aguiar (1983).

¹⁸ Acerca deste assunto conferir as obras de Guerra (1951), Almeida ([1962] 1978), Sobrinho (1979), Guerra (1981), Carli (1984), Santos (1984), Almeida([1923] 1994), Alves ([1953] 2003).

foi diferente e acarretou a morte de centenas de pessoas pela fome ou pelas doenças que grassavam como uma epidemia.

A seca já no seu primeiro ano havia causado grandes estragos que se alastravam por toda a parte e deslocava a população do interior em direção ao litoral. O tema era recorrente em todas as colunas do jornal tratado, como também dos relatórios com que os Presidentes de Província passavam o cargo aos seus sucessores.

A partir do fenômeno climático, aliado às construções das epístolas e matérias publicadas nos jornais que os discursos sobre a seca foram construídos, propagados e representados nos diversos meios. Segundo Albuquerque Júnior (2011), foi a partir dessa seca que se descobriu um tema que mobilizava e emocionava, a ponto de se exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado entre outros benefícios, tornando-se discurso central para os representantes políticos explicarem, entre outras, a miséria na região. Nesse sentido, procuramos compreender como se construiu essa representação em torno desse fenômeno climático específico – a seca de 1877-79 -, buscando alguns dos diversos escritos que circulavam no país naquele momento, principalmente na imprensa que exerceu papel fundamental na sociedade brasileira do século XIX, principalmente político.

Assim, procuramos estabelecer, em três capítulos, as análises de acordo com os estudos acima mencionados, a fim de estabelecer um constructo possível sobre a seca de 1877. No primeiro capítulo, analisamos como se deu o início da construção desse discurso na escrita das cartas, presentes nos jornais anteriormente relacionados, e no romance *Os retirantes*, pensando na representação dessa escrita e no cenário histórico do momento. Procuramos também compreender como se encontrava a imprensa brasileira nesse momento histórico, meados da década de 70 Imperial, bem como compreender a representação desse fenômeno nos jornais e na literatura de cunho regionalista.

O segundo capítulo também conta com a análise de algumas cartas dos leitores que versavam sobre o fenômeno climático que assolou o Norte, e que é considerada por estudiosos, tais como Albuquerque Júnior (1987; 2011), Ferreira (1993) e Neves (2000), como um marco das secas no antigo Norte, observando-as enquanto um objeto literário e retórico, seu caráter evidentemente dialógico e suas características jornalísticas nos periódicos paraibanos, pernambucanos, norte rio-grandenses e cearenses.

Por último, no terceiro capítulo, no estudo de *Os retirantes*, restabelecemos o romance em seu contexto histórico de primeiro livro da ficção brasileira a construir um discurso sobre a seca. Assim, observamos como os elementos narrativos da obra atuaram em função da

temática da seca, bem como contribuíram para a representação do fenômeno climático. Também observamos a recepção crítica do romance à época de sua publicação, nos livros de história da literatura e sua apreciação nos dias atuais; por fim, procuramos contrapor os escritos da seca de Patrocínio, o romance e as cartas publicadas sob o título “Viagem ao Norte”, no jornal *Gazeta de Notícias*, observando as semelhanças dos discursos e as regularidades práticas do discurso no seu movimento cíclico.

Essa pesquisa nos possibilita compreender como os sujeitos utilizaram a literatura para forjar a construção discursiva de um evento, de modo que não foram quaisquer gêneros os escolhidos para essa função, cabendo ao gênero epistolar, literário e retórico à época, também responsável pelo surgimento dos jornais (BARBOSA 2010), bem como ao gênero romance, popular e também caro a imprensa disseminar um modo de articular e pensar a seca a partir de então.

CAPÍTULO I

OS DIAS SECOS E ARDENTES: O INÍCIO

Desde dezembro uma tristeza, densa como um nevoeiro, tinha empanado os espíritos ao verem a florescência dos cajueiros desperdiçada aos calores crus do estio. Nem um suor de tempestade embaciou a atmosfera, sempre de limpidez cristalina. Começou desta data a devoção solene, mas foi inteiramente vão o apelo para o céu diante da misantropia da natureza. Os dias secos e ardentes continuaram a devastar o gado, as plantações e as pastagens, ao passo que os rios e os açudes empobreciam como fidalgos pródigos. (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p. 23).

1.1 O ano de 1877 – uma confluência de fatores políticos e financeiros

Nos fins do século XIX denominava-se, de acordo com Silveira (2009), de região Norte onze províncias setentrionais – Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Neste trabalho, em específico, quatro províncias nos interessam – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco que, ainda segundo a autora, constituem um núcleo delimitado como zona de exportação do mercado de Recife, pois as quatro províncias de modo geral escoavam suas exportações e tinham como centro financeiro da região a representativa província de Pernambuco enquanto um pólo político e econômico forte.

Em relação às finanças, os principais produtos de exportação dessa área eram o açúcar e o algodão que, no momento, passavam por uma crise de mercado, principalmente devido à queda dos preços no mercado internacional. Fora esse cenário confuso que a seca de 1877 encontrou nas províncias do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988)

De acordo com Mello (1999, p.14), três momentos críticos foram fundamentais para a história do Império e para a região Norte, em especial para a estiagem de 1877, que ocorreu em um momento de estagnação ou mesmo de retrocesso financeiro, como podemos observar no trecho que segue:

[...] as repercussões da ‘grande depressão’, que afetou a economia mundial de 1873 a 1896; a ‘crise do norte’, que praticamente eliminou o açúcar e o algodão nortistas do mercado internacional; e a agonia do regime monárquico, cujo declínio a historiografia política costuma datar da queda do terceiro gabinete Zacarias (1868). (MELLO, 1999, p.14)

Assim sendo, percebemos que a década de 1870 surge como um marco na história, num momento em que as discrepâncias entre as chamadas regiões Norte e Sul, pois, enquanto à região Sul adentrava uma fase, principalmente, econômica, próspera, a região Norte enfrentava uma crise financeira que viria a agravar-se com a seca de 1877-79. Nesse sentido, podemos conferir nos periódicos notas e notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelas províncias, a exemplo do periódico *Diário de Pernambuco*:

Acertada providência – A presidência da província, considerando as más circunstâncias financeiras dos cofres provinciais, e especialmente á que, na quadra presente, de extremo verão, de pouco ou nada serve o trabalho de conservação de estradas e de açudes no interior da província, com a qual se despende mensalmente cerca de 6:000\$000, acaba de ordenar á repartição de obras publicas que faça cessar semelhante despesa até ulterior deliberação. É medida de toda a conveniência, não só pela economia que se faz, como porque vem ela trazer a cessação de alguns abusos que se tem dado, e podem dar-se. (14/12/1877, p. 02)

As dificuldades financeiras da província ficam expostas nessa nota em que observamos o corte de despesas, principalmente pelo momento calamitoso da seca que o Norte atravessava e a província de Pernambuco, como vimos anteriormente, era o centro financeiro das províncias aqui analisadas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Segundo informações do jornal *A Opinião*, a província pernambucana era procurada pelos emigrantes dessas províncias, como nos mostra a nota a seguir:

Pernambuco.- Segundo os jornais que recebemos dessa província pelo paquete brasileiro que tocou no porto desta cidade a 29 de maio próximo passado, continuava ali a falta de chuvas, aumentava progressivamente a seca e avultava o número dos famintos e necessitados em consequência da emigração que afluía a diversas localidades, procedente das províncias vizinhas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – assoladas também pelo mesmo flagelo. (*A OPINIÃO*, 03/06/1877, p. 03)

Uma das consequências do fenômeno climático foi o imenso fluxo de retirantes não só para as províncias vizinhas, mas também para as províncias da Amazônia, Pará e as regiões produtoras de café. Essa emigração foi bem representada pelas notícias dos jornais e

periódicos da época, como no órgão conservador de Fortaleza, *Pedro II*, e no *Diário de Pernambuco*, por exemplo, nos trechos que seguem:

Emigrantes – o vapor inglês *Lisbonense* conduziu desta província para a do Pará 772 emigrantes. (*PEDRO II*, 18/06/1878, p. 02)

Emigrantes do Ceará – A bordo do transporte de guerra brasileiro Madeira vieram ontem do Ceará 250 retirantes, com destino ao Rio de Janeiro. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 09/11/1877, nº 258; p. 02)

O romance de Patrocínio também nos dá uma dimensão desse cenário de fuga, pois narra a retirada da família da personagem principal - Eulália, sua tia e duas irmãs, a procura de uma vida melhor, pois circulavam histórias de que emigrar rumo à região sul era muito bom:

Era como sair de um inferno para entrar num paraíso. Os retirantes, ao chegar, eram recolhidos em casas de ótimas acomodações e delas só saíam empregados e ainda protegidos pelo governo. Enquanto não tinham emprego, conservavam-se nessas casas, sustentados pelo imperador, que era para a crédula gente o que nós outros chamamos o governo. (*PATROCÍNIO*, v. 33, 1973, p. 292).

Revelando compromissos repetidos e exagerados, sob a auspiciosa proteção financeira do Imperador, segundo as promessas da época que não se cumpriam. Essa procura por uma vida melhor era baseada na esperança de encontrar trabalho numa região próspera, pois a produção de ambos os produtos, o açúcar e o algodão, de maior representatividade para a região, encontrava-se no meio de uma crise de mercado.

Outra transformação do século XIX que afetou a região Norte foi a abolição do tráfico negreiro que, segundo Mello (1999), representou um problema financeiro, político e emocional para as províncias, mas não de mão-de-obra, visto a abundância de braços à disposição dos grandes produtores (SILVEIRA, 2009). Poderia haver sim a falta de braços especializados para o trabalho, mas braços eram abundantes e baratos. Segundo Eisenbrg (1977), as principais províncias produtoras de café – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – apropriaram-se dos escravos nortistas após 1850 com o fim do tráfico internacional de escravos, o que contribuiu para uma maior concentração de renda e de população no Centro-Sul em relação à região Norte. A seca de 1877-1879 também é responsável por um maior escoamento dessa mão-de-obra escrava rumo aos cafezais, pois foram utilizados, de maneira geral, como moeda para sanar as dívidas de seus senhores.

No romance *Os retirantes*, de Patrocínio, podemos observar essa representação do fato de que um grande número de braços foram escoados rumo à região Sul quando o personagem Rogério Monte, dono de uma fazenda de criação, levado a bancarrota por consequências da seca, precisa vender seus escravos para saldar uma dívida, mas um dos escravos morre a caminho de fechar os negócios:

Houve dois dias de máxima provação para Rogério, depois das tremendas decepções que o perseguiram desde que se retirou da paróquia. A primeira dessas foi a morte de um dos escravos, com a venda dos quais contava saldar inteiramente as suas dívidas e readquirir a boa vontade dos seus credores. (PATROCÍNIO, 1973, p. 208)

Os escravos funcionavam como uma espécie de ‘moeda viva’ com que se negociava ou empenhavam dívidas, traço esse comum de se conferir nas páginas dos jornais, principalmente com uma economia em crise e com a própria seca, que foi o auge da migração escrava que, em muitos casos, obrigou seus proprietários a se desfazerem de seus investimentos e reservas financeiras.

Outro ponto a ressaltar é o setor da população que vivia mantida pela produção de subsistência, pois, segundo Furtado (2001), grande parte da população do interior das províncias produzia apenas o necessário para subsistir. Desse modo, a seca veio encontrar uma boa parte da população com nada mais do que plantou para sobreviver, o que causou uma rápida devastação nas lavouras e um rápido fluxo de retirantes a procura do mínimo necessário para a sobrevivência.

Além das dificuldades financeiras geradas pelos principais produtos de exportação, Mello (1999, p. 255) ressalta a espoliação fiscal a que o Norte fora submetido durante o Segundo Reinado, de 1840 a 1889 em que, até finais da década de sessenta, a região proporcionou, sozinha, os excedentes fiscais para o Império e, ainda na década de setenta “[...] a despeito da crise do açúcar e do algodão, o Norte efetua remessas mais de quatro vezes superiores às realizadas pelo sul.” Assim, Mello (1999) denuncia a autêntica espoliação fiscal da qual a região Norte foi vítima, em benefício das províncias do sul, em especial do Rio de Janeiro, sede da corte, como podemos observar no trecho que segue:

[...] é inegável que, durante todo o Segundo Reinado, verificou-se uma transferência líquida de recursos do norte para o sul, sob a forma de movimento de fundos governamentais; e que o Império assentou-se num processo de espoliação que no norte se aparentou bastante a uma situação colonial de tipo clássico, isto é, de tipo fiscal. (p. 257)

Essa espoliação fiscal arruinava as províncias e uma das maneiras de se desembaraçarem de suas dificuldades orçamentárias era aumentar e lançar mão de impostos sobre o consumo, a importação, seja das províncias vizinhas ou do estrangeiro, e sobre a exportação. Quando a concorrência apertava sobre os produtos de exportação nortistas – o açúcar e o algodão, como no caso da concorrência com o açúcar das Antilhas, não se podiam aumentar as taxas impunemente, diferentemente do que ocorria com a produção cafeeira que, devido a sua posição dominante no mercado internacional, podia transferir ao consumidor estrangeiro o encargo dos incrementos fiscais sobre o café exportado que passava despercebido.

No entanto, a recessão da década de 1870 fez com que a ‘grita’ contra os impostos aumentasse, principalmente sobre o consumo, sobre a importação dos produtos estrangeiros e sobre o comércio entre províncias, no intuito de proteger os mercados internos. Pouco tempo depois, a seca começou e agravou as condições econômicas e sociais da região Norte.

Segundo Mello (1999), uma grande depressão (1873-1896) leva as províncias definitivamente à ruína econômica e social. No Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte a situação era penosa. As receitas não chegavam a 50% do total dos gastos e as províncias viam-se obrigadas a criar ou aumentar os impostos sobre os ombros já exauridos dos produtores e da população. Assim, “foi neste contexto crítico que irrompeu a grande seca de 1877-1879, que lançou a pá de cal nas finanças provinciais” (MELLO, 1999, p. 258).

O fenômeno climático de 1877-79 foi intenso e veio piorar uma situação econômica já muito desgastada, principalmente pela recessão enfrentada pelos mais diversos mercados naquele momento, em especial o brasileiro, causando diversas mortes e muitos prejuízos. Também observamos que a região foi atingida por outros problemas políticos e sociais importantes, em um momento relevante e agitado como foi o Segundo Reinado.

1.2 A construção de um discurso

No princípio de 1877 começam a aparecer nos jornais das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco notícias de falta de chuvas, a princípio sobre a seca no interior das províncias. Deste ano, contamos com os jornais *A Liberdade*, *Diário de*

Pernambuco, Brado Conservador e A Opinião. Já em janeiro de 1877, encontramos uma notícia alarmante publicada na coluna “Noticiário” do jornal *A Liberdade*:

SECA – A falta de chuvas que parece geral em toda província vai dando lugar as mais sérias apreensões.

Como em 1845, já começam a aparecer e em larga escala os retirantes dos sertões vizinhos, que não podem por mais tempo suportar a fome. (*A LIBERDADE*, 25/01/1877, n. 17, p. 02)

Pouco depois, *A Liberdade* começa a publicar em seu editorial, com especial destaque na primeira folha, a transcrição da memória - *Estado meteorológico da província*, escrita por Thomaz Pompeu de Souza Brasil¹⁹, dividida em seis números (08, 15 e 29/03/1877; 05, 12 e 19/04/1877). Esse extenso editorial traça a história da seca na província do Ceará desde o ano de 1723, e, segundo o editor, será publicado porque “além do precioso contingente que presta á ciência, avulta de interesse na atualidade, quando a – seca -, esse hóspede importuno de todos os tempos, ameaça bater-nos á porta, tão pronunciados são os sintomas da sua aparição.” (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, n. 19, p. 01). Além disso, o jornal era órgão do Partido Liberal, do qual o senador Pompeu era militante e, naquele momento, de 1868 a 1878, o Partido Conservador encontrava-se no poder e seria o responsável pelo atendimento aos flagelados da prenunciada seca que começava.

Já no *Diário de Pernambuco*, encontramos a primeira referência à seca na coluna “Notícias do Norte do Império” que reúne informações através dos jornais recebidos, de modo geral, das províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, algumas vezes de Sergipe e Alagoas. Nesse momento, as duas províncias às voltas com a falta de chuva são a do Ceará e a da Paraíba, nas passagens que seguem:

CEARÁ

[...]

- Lemos no **Cearense**:

<O inverno este ano é todo topográfico, como já dissemos. Tem chovido em alguns pontos e n’outros a seca vai produzindo estragos.

<Do Crato escrevem-nos o seguinte, em 19 do passado:

<Estamos com uma terrível seca em perspectiva, e só Deus sabe quanto nos será doloroso esse flagelo.

< Até agora tem sido tão escassas as chuvas nesta zona, que é geral o receio de grande penúria na colheita.

<Ao mesmo tempo são desanimadoras as noticias que nos chegam de outros pontos.

¹⁹ Conferir relação de jornais pesquisados na introdução.

<Que novos flagelos nos reservará ainda a Providência após esse e o *empenho de honra?*>

<Do Caixoçó nos dizem o seguinte, em 25 do passado:

<A seca está assolando tudo, a mortandade dos gados é espantosa em todo este termo do Pereiro. A pobreza está sofrendo os terríveis efeitos da fome; se Deus não nos acudir não sei o que será de nós.

Os gêneros de primeira necessidade são raros e por preços fabulosos; a farinha e o milho está se vendendo a 10\$000 o alqueire. É desastrosa a nossa situação.>

<De Santa Quitéria nos dizem no 1º do corrente:

<A seca por aqui está no seu furor, depois de poucas chuvas que caíram do fim de janeiro a 9 de fevereiro maior desanimo, porque já perdeu o melhor tempo de plantar. Os criadores estão já quase sem esperança de lucrar mais o insano trabalho que lhes tem dado para escapar as poucas rezes que já restam. É uma coisa horrorosa, meu amigo, uma seca no sertão!>

<Do Icó escrevem-nos em 16 de fevereiro último:

<Por aqui vamos muito mal de inverno: já se fez duas plantações e morreram ambas; o povo está a morrer de fome, não porque haja falta absoluta de viveres, mas porque não há com que compra-los.

<Alguns salteadores querem aproveitar o pretexto para dar largas á rapinagem e já dizem de publico que hão de brevemente saquear as casas que têm dinheiro. Não se pode duvidar que o façam, pois aqui só ha 16 praças n'uma cidade como esta, nada podem fazer contra a horda enorme de ladrões e assassinos que existe.

<Peça ao poder competente para aumentar o destacamento de modo que fiquemos garantidos enquanto passa essa crise.>

<Outra carta de 24 diz o seguinte:

<O inverno parece ter começado; desde o dia 20 chove bem. Os larápios, todavia, continuam acelerados.>

<Praza a Deus que as chuvas que nestes dois dias têm caído nesta capital, tenham sido gerais.>

<Escrevem-nos de Milagres em 27 do passado:

<Vamos atravessando uma seca inesperada. As chuvas, que ha dois meses eram sempre constantes, desapareceram inteiramente. A fome bate na porta da população desvalida. Os legumes morrendo nos roçados por falta de chuva e por causa das lagartas. E até esta data esperamos pelas chuvas.>

(*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 24/03/1877, n.69, p. 01, grifos nossos)

Nas notícias gerais sobre a província do Ceará, o editor publica o extrato de seis cartas encontradas em exemplares do *Cearense* e notamos que as notícias sobre o andamento da seca nessa província começam a circular de vários pontos, mas já criando um péssimo cenário dos próximos meses para estas regiões. Os seis extratos referem-se às localidades de Crato, Caixoçó²⁰, Santa Quitéria, Icó, a capital – Fortaleza, e Milagres, e em meio às informações de falta das chuvas outras consequências são inseridas, tais como o aumento dos preços dos alimentos, a morte dos animais e a questão do crescente aumento dos roubos em um momento em que a população não tem recursos suficientes para arcar com a compra dos alimentos.

²⁰ Segundo nossas leituras, Caixoçó era um distrito da então vila de Pereiro, no Ceará.

A representação desse momento é marcada por muitos adjetivos e advérbios que funcionam como amplificadores de força e intensidade das palavras, como – grande, doloroso, desanimadoras, fabuloso, desastroso, enorme, raros, maior, bem, já, muito mal, pouco – entre outros exemplos que assomam e modificam as informações que estão sendo dadas a ler. Também podemos observar construções redundantes - “falta absoluta de víveres”, e imagéticas - “a fome bate na porta”, “os legumes morrendo nos roçados”.

Outro ponto interessante são as constantes referências a Deus e ao Providencialismo divino, pois, segundo Chauí (2000, p. 26), para a doutrina providencialista divina a história é unitária e contínua, a “manifestação da vontade de Deus no tempo que é dotado de sentido e finalidade, graças ao cumprimento do plano divino”, ou seja, a seca era tomada enquanto um castigo divino. Esse discurso, também um artifício retórico, era caro à classe dominante, uma vez que justificava, dogmaticamente, “o direito natural ao poder” (CHAUÍ, 2000, p. 36) dos que tinham condições financeiras de passar pela seca e daqueles que estavam ligados ao Estado, mas, ao mesmo tempo, do lado dos dominados, daqueles que dependiam da ajuda governamental, a prática providencialista operava dois efeitos principais - “a visão do governante como salvador e a sacralização-satanização da política.” (CHAUÍ, 2000, p. 36).

É possível observar o aspecto do governante como salvador em um trecho de carta do jornal cearense: “pedindo o *dinheiro que lhes mandou a rainha*.²¹” (PEDRO II, 10/01/1878, nº 03, p. 03, grifos do autor), a sacralização da família imperial na figura da princesa Isabel, já a satanização da política encontramos no trecho que segue:

Tamboril. – D’aquela Vila escreve-nos *um amigo*, em 19 de Setembro:
Não se pode fotografar e nem se quer descrever *o quadro negro, conflagrante e horrído, de que está sendo teatro esta parte da província*, tão miseravelmente desprezada *pelo nosso desmoralizado governo*, o maior esbanjador do século, o sugador do suor do povo, *o abutre de garras mais aduncas!* (O RETIRANTE, 07/10/1877, n. 16; p. 02-3, grifos nossos)

Logo no início da notícia, o editor refere-se ao extrato da carta como sendo de “um amigo”, um recurso retórico que confere maior credibilidade ao que é dito. Metaforicamente, a situação da vila é descrita como um “quadro negro”, o povo é tido como coitado enquanto o governo é representado como um abutre, ave de hábitos necrófagos, isto é, não é só a seca o único nem o mais astuto inimigo dos flagelados. O artifício retórico do amigo pode ser

²¹ A princesa Isabel era tida como a rainha do Brasil e nas ausências do Imperador D. Pedro II, ela atuou como regente. Nos períodos de 1870 — 1871, 1876 e 1877; 1887 e 1888. (PRADO JÚNIOR, 1959)

encontrado nos outros periódicos das diferentes províncias, conforme podemos observar nos trechos a seguir:

Bananeiras – Carta de um amigo dessa vila, escrita á 3 do corrente, diz-nos: (*A OPINIÃO*, 14/06/1877, n. 14, p. 02)

SECA – Escrevem-nos da Boa-esperança a 25 do passado – (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, n. 19; p. 01-2)

Vila Bela – Escrevem-nos em 14 do corrente: (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 28/03/1877, n. 72; p. 02)

Campo Grande. – De uma carta escrita d’ali em 22 do passado extraímos o seguinte trecho: (*O RETIRANTE*, 07/09/1877, n. 12, p. 02, *sic*)

Esse modelo de escrita, enquanto relato de alguém presente *in locu*, o correspondente, normalmente mencionado como ‘amigo’, é um artifício retórico de dissimulação, inserido com o intuito de conferir maior legitimidade e inspirar maior confiança nos leitores. O próprio uso dos extratos, que é quando partes escolhidas de uma correspondência são extraídas e dadas a ler, conferem maior legitimidade às informações passadas, pois as notícias são dadas por quem, teoricamente, presencia a situação e sobre elas pode atuar de forma mais convincente, mas ao mesmo tempo esses extratos são tecidos geralmente pelo editor do jornal e podem esconder, omitir ou mesmo transmitirem uma mensagem distorcida ou descontextualizada da carta original.

Segundo Barbosa (2007), os periódicos do século XIX também trabalham sob a perspectiva da economia interna da linguagem, para facilitar a divulgação e a circulação do literário. Assim, o uso dos extratos das cartas pode operar uma dupla significação – além de conferirem uma maior credibilidade aos escritos, pois, teoricamente, são testemunhos oculares, também pode significar uma quantidade maior de informação em circulação ocupando um espaço menor nos jornais para que o tema da seca de 1877 possa ser divulgado e representado em seus detalhes e nuances, por meio desse gênero caro à imprensa.

A seca passou a ganhar importância a partir do fenômeno de 1877 e tornou-se um grande tema, uma Tópica que, segundo Barthes (1985), é uma reserva de estereótipos, de temas consagrados, colocando-se como tema obrigatório, acompanhado de um tratamento fixo, do mesmo modo que a Tópica da paisagem ideal, devendo da mesma maneira basear as provas na natureza do lugar em que se passa a ação, pois “a paisagem destaca-se do lugar [...] a paisagem é o signo cultural da Natureza” (BARTHES, 1985, p. 69), tornando-se um tema reificado.

Na literatura analisada, tanto nas cartas quanto no romance *Os retirantes*, o signo da natureza apresenta-se como um fator crucial para a configuração do tema da seca, esmiuçada em muitos detalhes e particularidades pode ser tomada como mais um personagem inanimado, porém, ativo do drama da seca e de suas consequências para a vida dos flagelados e da região atingida como um todo.

Com o tema da seca ou de suas consequências, encontramos um dos primeiros extratos de carta publicados no periódico conservador *Brado Conservador*, da cidade de Assú, no Rio Grande do Norte, como podemos observar:

Febre – De Caraúbas *nos dizem por carta* de 23 de fevereiro, e que só agora nos chegou às mãos, o seguinte:
«A febre acha-se entre nós, já tendo feito oito vítimas, o que tem causado profundo terror na população, principalmente com a demora do inverno»
(BRADO CONSERVADOR, 23/03/1877, nº23, p. 03, grifos nossos)

Podemos observar que uma das consequências da seca já se manifestava na vila através das doenças, bem como podemos notar os novos usos que as missivas estavam ganhando dentro do espaço jornalístico: ao passarem pelo crivo dos editores dos jornais eram inseridas nas folhas por meio de uma breve explicação, permitindo que a missiva se transformasse em uma “uma espécie de reportagem”, como bem afirma Barbosa (2010), para serem publicadas como notícias.

Outro fator importante para se observar é como esses escritos podem nos fornecer uma dimensão social nesse momento específico da história, como a seca de 1877. Em geral, esses extratos de cartas utilizados para a composição das notícias apresentam-se da mesma maneira: são notícias ou relatos de pessoas que se encontram na referida localidade e passam a escrever suas impressões pessoais sobre os acontecimentos da vila ou da cidade em que residem.

Assim, a Tópica da seca, enquanto elemento que se quer transformar em discurso persuasivo, inicia seu caminho apresentando argumentos em seu campo associativo do tema proposto – a seca, associando as implicações que o tema traz à tona, estabelecendo comparações, efeitos, causas, consequências, repugnâncias, argumentos. Desse modo, “a Tópica dá à luz o latente: é uma forma que articula conteúdos e assim produz fragmentos de sentido, unidades inteligíveis.” (BARTHES, 1985, p. 68)

Retomando, o autor da missiva vai aos poucos armando uma rede, abarcando diferentes aspectos que se relacionam a seca, construindo um todo coeso e persuasivo que busca cumprir os efeitos desejados. As cenas imagéticas da seca vão aos poucos se delineando

e se sedimentando na mente dos leitores pela prática discursiva que se torna regular, presente e legitimada pelos periódicos, nas diversas cartas e notícias que exploram as condições sociais e políticas do fenômeno, que se apresenta como uma rachadura na vida cotidiana dos sujeitos, evento inexorável e desorganizador da sociedade, como analisamos no trecho que segue:

Alagoa de Baixo.- Escrevem-nos dessa localidade, em 28 de maio:

«A *seca* continua horrível. Já não há mais esperança de obter-se legume, pois que *o que se plantou está irremissivelmente perdido no todo*. A pobreza há mais de dois meses que se sustenta em comidas bravas, como mucunã, macambira, parreira, etc. Há poucos dias sepultou-se aqui uma pobre velha, que *morreu de fome*: pois não tendo outro recurso, preparou uma comida da tal mucunã, sem saber como se fazia, e comeu, vindo a falecer pouco depois com sinais de cólera. Posso assegurar-lhe que iguais fatos irão se reproduzindo, pois não vejo outro recurso. *Deus tenha misericórdia de nós!*

«Veja se consegue que o governo se lembre deste infeliz lugar, que parece estar completamente abandonado!

«A vila, que foi criada em 1872, só agora vai gozar de foro, porque no dia 1º do corrente deve ser instalado o termo. Talvez que isso melhore as nossas circunstâncias.» (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/06/1877, nº 134; p. 02, grifos nossos, *sic*)

Observamos que o autor da missiva inclui-se no grupo de flagelados que necessitam de ajuda ao escrever na primeira pessoa do plural – com o pronome nós, ao mesmo tempo esse “nós” se encaixa num grupo de pessoas abandonadas pelo poder público. A frase de abertura do extrato da carta com o uso de um termo forte e excessivo, uma hipérbole, nos oferece um panorama do que vai ser dito – “A seca continua horrível”, ao tratar da plantação perdida devido a seca o leitor-escritor utiliza um pleonismo, pois “Já não há mais esperança” e reforça a mensagem com mais uma redundância - “irremissivelmente perdido no todo”, que confere um estado vivo e emotivo à linguagem que assim atua de modo mais eficaz em seus objetivos de sensibilizar o leitor, amplificando crescentemente o estranhamento causado pelo arranjo da composição para além da credibilidade, servindo para despertar pateticamente no público afetos partidários e, segundo Lausberg (2004), consiste na figura do alargamento semântico por tropo, em que a função principal do tropos é o estranhamento que funcionalmente convém ao *ornatus*.

Nas cartas, como na de “Alagoa de Baixo”, a referência à ingestão de comidas bravas ou “brabas”²² também é constante devido a falta de alimentos e a notícia de uma “pobre velha

²² Segundo Sampaio (1944, p. 242), comida brava é a “denominação dada no Nordeste, nas regiões atingidas pelas secas periódicas, aos alimentos de emergência, de que se servem os sertanejos nas épocas calamitosas; folhas de macambira, farinha de mucunã, parreira-brava, xiquexique, mangerioba, macaíba, pau-do-serrote, fava-brava, maniçoba, mamãozinho, etc.”

que morreu de fome”, pois não havia mais nada para se comer, reforça a mensagem de desespero de forma mais expressiva. Novamente temos o apelo ao pragmatismo divino, um recurso retórico, nesse caso uma apóstrofe, constante na escrita das cartas – “Deus tenha misericórdia de nós!”, a seguir, temos um apelo ao governo e uma ambiguidade, pois não sabemos quem deve ver se consegue a ajuda governamental – Deus, o editor, os leitores do jornal ou os três. O uso constante e repetitivo de figuras e ornatos como as hipérboles, pleonasmos, ambiguidades e conotações vai aos poucos naturalizando a escrita ornamentada e figurada do discurso sobre a seca.

Nessas seleções, os editores ressaltam a *narratio* que, segundo Barthes (1985), deve apresentar a narrativa dos fatos de forma clara, verossímil e breve, e a *petitio*, em que se procura pedir alguma coisa, às vezes de forma velada, às vezes de forma clara e, nesse caso, geralmente clamava pela ajuda das autoridades competentes. Esses códigos retóricos eram oferecidos aos letrados da época através de manuais próprios em que se apresentavam abertamente seus métodos, regras e estilos.

É comum as missivas terminarem com um apelo tanto ao pragmatismo religioso quanto as autoridades públicas competentes, como o presidente da província. A seca apresenta-se como um mal irremediável, pois por mais que chova, as plantações já estão perdidas e essas queixas são repetidas, como podemos observar neste extrato que segue:

SECA – Escrevem-nos da Telha a 8 deste:
«A fome por aqui está assolando e já tem feito algumas vítimas.
Três bois que distribuirão com a pobreza não chegou para nada.
O povo está em preces: toda noite corta-se á disciplina uma grande chusma de penitentes a pedir chuvas, porem debalde.
Chova ou faça sol, a fome ha de ser grande, visto não haver legume de qualidade alguma.» (A *LIBERDADE*, 15/03/1877, nº 19; p. 02-3, grifos nossos)

No extrato acima, o mal irremediável outra vez se afirma, não importa que haja chuva, a lavoura está definitivamente perdida, apresenta-se como um meio de amplificação do discurso através da infinitização, em que a função é elevada a máxima potência, como sem solução (LAUSBERG, 2004). A religiosidade também é uma marca das missivas pelo seu caráter retórico e pragmático do Providencialismo divino, que perdurou no Brasil até fins do século XIX e apresenta duplo sentido – material e imaterial. Material pelo seu caráter prático como pela falta d’água, pelos dias luminosos, quentes e secos, pelas mortes; e imaterial pelo seu caráter abstrato, como um conjunto de crenças e valores morais, consequência direta dos pecados humanos, um sistema de orientação para a vida dos praticantes religiosos.

Freire (2008) afirma que a religião, em específico a católica, exercia um papel importante na vida familiar brasileira em meados do século XIX. Na época do Brasil Império a Igreja e o Estado mantinham um regime de união e cabia a Igreja Católica a execução de atividades administrativas como a regularização e oficialização dos nascimentos, casamentos e mortes no território brasileiro. (VIANNA, 1975) Nesse contexto, a sociedade brasileira tinha um profundo cunho católico que se refletiu na escrita das epístolas, em que a vida dos sujeitos coloca-se nas mãos da religiosidade, como vimos em cartas analisadas anteriormente.

De modo geral, notamos que as missivas refletem uma profunda descrença na ajuda governamental, posto que a assistência oficial “precisava” atender não só as necessidades dos flagelados, mas também e, geralmente, em primeiro lugar, dos políticos e proprietários rurais, isto é, segundo Albuquerque Júnior (1988), a classe dominante e, por consequência, os atingidos pela seca criavam um maior apego e crença na ajuda divina, já que a falta de chuvas, para os flagelados, era considerada um castigo divino para os pecados humanos.

Segundo Neves (2000, p. 45), em 1877 “a ação oficial, quando acontece, é ainda pontual e episódica”, pois o “governo provincial ainda não havia assumido esta função de proteger os pobres em caso de seca, o que era pensado como parte integrante da esfera privada das relações paternalistas”. Esse processo de manutenção da pobreza em períodos de seca começou a ser articulado com o fenômeno de 1877, em que a “caridade particular”, como observamos no terceiro trecho citado acima, mostra-se cada vez mais insuficiente para dar conta das carências de uma população retirante que aumenta exponencialmente.

A pragmática do divino constitui-se então como mais uma Tópica, um dos elementos que compõe o discurso persuasivo, estabelecendo um novo predicado – o religioso, para compor a sua rede linguística convincente e eficaz da palavra. A antiga prática retórica que, segundo Barthes (1985, p. 20), reinou no Ocidente “do século V antes de Cristo ao século XIX depois de Cristo”, como uma metalinguagem, um discurso sobre um discurso, que comportava várias práticas: uma técnica, enquanto uma arte; um ensino, transmitida por vias pessoais ou instituições de ensino; uma ciência, enquanto efeitos de linguagem e classificação desses fenômenos; uma moral, enquanto um sistema de regras; uma prática social, uma técnica privilegiada de propriedade da palavra; e, por fim, uma prática lúdica, como práticas de um sistema institucional vai se estabelecendo na arte da construção do discurso sobre a seca.

Deste modo, o jornal como palco privilegiado da vida cultural do século XIX, podemos observar essas práticas linguísticas nas folhas impressas, em especial na escrita das

cartas que contavam com manuais que regulavam a sua escrita ao mesmo tempo em que podemos observar certas mudanças características do suporte jornal, como a construção das notícias com o uso de extratos das epístolas.

Com relação à autoria dos três trechos acima destacados, o primeiro é um extrato publicado em meio a outros extratos, referente à cidade do Crato; o segundo extrato é inserida pelo editor como sendo “carta de um amigo de Cabaceiras” (*A OPINIÃO*, 31/05/1877, n. 10, p. 02); e o terceiro trecho é de uma carta intitulada “Aquiraz”, publicada na coluna “A Pedido”, e assinada com o pseudônimo “O Justo” e podemos observar que as cartas são introduzidas com o intuito de conferir autenticidade à informação passada, mas, ao mesmo tempo, não há quem possa ser diretamente responsabilizado por estes escritos.

A construção simbólica das imagens duras, às vezes, por mais poéticas que sejam, e imagéticas da seca foram sendo construídas aos poucos, misturadas com notícias de chuvas esparsas e esperanças perdidas. Podemos observar, por exemplo, no período de oito meses que equivalem a 33 números a que tivemos acesso do periódico liberal *A Opinião*, um total de 18 cartas entre extratos e textos integrais tratavam da seca, bem como há um crescente no número de notícias e cartas observadas que versam sobre tema e suas consequências.

No exemplar de 24/05/1877 do periódico *A Opinião*, observamos uma notícia que traz um apanhado de cinco extratos epistolares sobre as cidades e as vilas das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte, tirados do jornal liberal *O Cearense*. Segue um dos extratos (na íntegra, ANEXO 05):

- *Extrato de uma carta do vigário de Lavras, Rvdº Miceno Clodoaldo Linhares, datada de 21 do passado:*

«Lutamos com os horrores da seca. Caíram algumas chuvas, como lhe mandei dizer, porem estamos agora com um sol abrasador! As plantações estão quase perdidas.

O povo dessa pobre freguesia continua a emigrar para o Cariry.

Faz pena ver a retirada dessa pobre gente. Ha grupos de 30 maltrapilhos, esquilidos com a miséria estampada na fronte, trouxas nas cabeças, sacos ao ombro; seguem esses infelizes em busca de uma Canaã fantástica!

Tem si dado aqui diversos assassinatos, facadas, tiros, furtos de gado etc. tudo isto por causa da fome!

No Cariry ha muito legume velho, ha farinha e rapaduras, entretanto vende-se ali a farinha a 5 e 6\$000 a quarta.

Deus queira que o governo se lembre deste pobre povo» (A OPINIÃO, 24/05/1877, nº 08, sic, grifos nossos)

Na missiva acima, podemos observar a desesperança na fala do remetente quando se refere às poucas chuvas que caíram, mas que cessaram de todo e, com argumentos lógicos ou pseudológicos, razões convincentes como a falta de alimentos e de água. O contínuo passar

dos retirantes, a violência, os altos preços dos alimentos, tinham o intuito de sensibilizar o leitor para o que o leitor-escritor afirma.

Em “Lutamos com os horrores da seca”, temos o uso de “horrores” como um sinônimo de “medo” das calamidades que estão por vir, colocando em evidência suas implicações reais para a vida dos sertanejos, mas o uso de sinônimos também funciona como amplificadores (LAUSBERG, 2004) que assumem uma função agressiva e agravante nos efeitos de sentido do discurso. O “sol abrasador”, que tudo toca e destrói, lembra novamente o fogo e é mais uma construção figurada que busca reforçar a ideia de desespero para produzir os efeitos desejados sobre os leitores com a intenção de convencê-los, de modo exagerado e disfarçado, a concordarem com as colocações do escritor.

Nessa representação dos retirantes, também poética, a perífrase delineia-se numa imagem simbólica da desesperança, em que seres disformes caminham rumo a lugar nenhum ou a qualquer lugar, já que a “Canaã fantástica” ou a terra prometida é imaginária. Os retirantes são vistos em cada uma das imagens, de seus atributos - “esquálidos com a miséria estampada na frente”, “trouxas nas cabeças”, “sacos ao ombro” (A *OPINIÃO*, 24/05/1877, nº 08).

Por fim, o remetente parte para a segunda característica da *inventio* - uma das cinco partes da técnica retórica, artifício em que procura comover o leitor/ ouvinte através dos sentimentos, dos afetos, invocando primeiramente uma entidade divina superior e depois as autoridades competentes de modo a cooptar a simpatia, a solidariedade e a confiança dos leitores. (BARTHES, 1985)

A esse tipo de epístola, Freire (1823) denomina de cartas de queixas, em que é um alívio comunicar a angústia e a aflição, bem como o compadecimento de seu leitor. Composição sem muitos preceitos, já que o desgosto naturalmente se faz expressivo, sendo que:

em semelhantes Cartas poremos primeiramente as razões da nossa queixa; depois mostraremos que esperamos ver-nos livres da aflição, que nasce das queixas; para o que fundar-nos-emos em alguma coisa. São também muito próprias em semelhantes Cartas as interrogações, e as exclamações, porque fazem um bom efeito: primeiramente, porque melhor se move á compaixão a pessoa, a quem escrevemos; e em segundo lugar, porque também mostramos mais vivamente a grandeza do nosso desgosto. (FREIRE, 1823, p. 165-166, *sic*)

Desse modo, notamos uma clara cobrança das autoridades competentes, do governo, bem como um aflito pedido da entidade divina em favor dos desvalidos, com o intuito de mover os sentimentos do leitor em seu favor. Ao mesmo tempo, observamos que esses extratos não apresentam característica nos preceitos das cartas de queixas, pois observamos o caráter persuasivo, petição em relação ao socorro dos flagelados da seca.

Segundo Barbosa (2011a, p. 277), “as regras da retórica, entre elas a da escrita epistolar como atividade regrada e artificial, que prevê um auditório, não está totalmente fora de propósito e permanece, com mudanças próprias aos gêneros, nos periódicos.” As normas e prescrições da *ars dictaminis* ou a arte epistolar ainda vigorava, em maior ou menor grau, na medida da necessidade e das intenções dos autores dessas missivas. Assim, a palavra fingida, dissimulada, isto é, no seu uso social como arte da palavra ainda permaneceria até fins do século XIX, quando o raciocínio excessivamente refinado do antigo sistema retórico continuava moderno em suas proposições e objetivos.

No periódico liberal cratense *A Liberdade*, encontramos dois trechos de cartas, um visto anteriormente²³ e o outro que analisamos a seguir:

SECA – Escrevem-nos da Boa-esperança a 25 do passado –

«Até hoje ainda não tivemos a mais pequena chuva, e o pobre povo já começa a morrer á fome.

Os gêneros alimentícios sobem de preço e escasseiam de um modo espantoso; e se não chover nestes quatro dias as plantações estarão irremissivelmente perdidas.

A única coisa que nos dava alguma esperança era uma açude que aqui construiu o P.e Ibiapina²⁴, mas esse mesmo está de todo seco, de sorte que estamos apanhando água para beber a cerca de uma légua de distância.

Estamos *em preces* e á hora em que faço esta confrange-me o coração o triste espetáculo de alguns homens que se cortam á disciplina, procurando *com o seu sangue que corre a jorros aplacar a cólera celeste*.

O gado urra de fome e sede, e os retirantes atravessam a cada momento as estradas desta povoação.

Triste futuro aguarda a este pobre povo.» (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, nº 19; p. 02-3, grifos nossos)

Na missiva, a escolha seletiva de algumas palavras, bem como o seu arranjo, vem reforçar o que está sendo expresso, como o advérbio de tempo “ainda”, “já” e o adjetivo “pequena”, que trabalham retoricamente com a função de intensificar o sentido do que é

²³ Observar extrato de carta intitulada “Seca” de 15/03/1877, na página 28.

²⁴ Homem culto, José Antônio Pereira Ibiapina (05/08/1806 a 19/02/1883), formou-se em Direito, tendo ocupado cargos na magistratura e na Câmara dos Deputados. Decepcionado, abandonou a vida civil para seguir o catolicismo. Aos 47 anos, iniciou uma obra missionária, percorrendo a região Nordeste em missões evangelizadoras, erguendo inúmeras casas de caridade, igrejas, capelas, cemitérios, cacimbas d’água, açudes. Ensinou técnicas agrícolas aos sertanejos e defendeu os direitos dos trabalhadores rurais. (MARIZ, 1997)

expresso. Já na expressão poética “com o seu sangue que corre a jorros aplacar a cólera celeste”, temos uma cena imagética que assim recortada não sabemos mais a que o leitor-escritor refere-se pela sua abstração e o uso do exagero na composição.

Com essa ordenação das palavras que amplificam o discurso, engrandecendo o assunto de que trata a missiva, desenvolvendo-o mais e adicionando-lhe ornatos e argumentos, o autor procura conferir força e grandeza aos pensamentos expressos. Ao mesmo tempo, a enumeração sucessiva e ascendente de circunstâncias agravantes, como a falta de chuvas, o aumento dos preços, a escassez de alimentos, a falta de esperança e a morte contribuem para o incremento das repercussões das formulações linguísticas. (LAUSBERG, 2004)

Novamente, a religiosidade é um fato marcante das missivas, bem como vimos anteriormente no outro extrato de carta publicado pelo periódico *A Liberdade*, em que “O povo está em preces: toda a noite corta-se a disciplina uma grande chusma de penitentes a pedir chuvas, porém debalde.” (15/03/1877, n. 20, p. 02). A seca é interpretada como fruto de um grande pecado cometido pelo povo e que deve ser expiado. Ainda assim, “Triste futuro aguarda a este pobre povo” (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, n. 19, p. 02). Notamos mais uma vez o trabalho com a palavra no uso dos adjetivos “triste” e “pobre”, que também são usados para modificar e intensificar a composição escrita, reforçando a ideia de desespero e desesperança passado pelo autor da carta.

No extrato, podemos considerar a situação da localidade, Boa-esperança, com uma notícia que será considerada comum do interior da província como a escassez de chuva, de gêneros alimentícios bem como pedidos de misericórdia celeste. De caráter subjetivo, supõe-se que o interlocutor já tenha informações prévias sobre os fatos narrados, como observamos na expressão “até hoje”, uma vez que a intenção ainda é manter o hipotético leitor - o grande público e os leitores-escritores, em constante estado de alerta, mantendo na ativa uma espécie de rede de informações não só sobre a seca como também de temas relacionados ou possivelmente a ela associados.

Informando, mas também persuadindo esse suposto leitor, observamos que essas cartas apresentavam um eminente caráter político a ela associada, na dissimulação de uma leitura para todos, mas ao mesmo tempo implicitamente politicamente direcionada, numa época de conturbação social e financeira para as províncias. Embora os epítetos de conservador e liberal não sejam suficientes para uma apropriação coerente destes objetos culturais – conforme aponta Barbosa (2011a), observamos que os jornais, que prontamente

começaram a discutir e propagar a seca, colocavam-se na condição de opositores ao governo que vigorava, como é o caso, por exemplo, dos jornais *A Liberdade*, *A Opinião* e *Pedro II*.

Já o *Diário de Pernambuco*, órgão oficial do governo no período, de 1866 a 1891, publicava notícias sobre a seca principalmente de outras regiões, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, as publicações nos periódicos também serviam bem a formação de um pensamento político para as províncias, haja vista que, segundo Costa (2007, p. 55), “é nas páginas dos jornais e pasquins que se discutem então diferentes projetos de país, como era pela imprensa que se sabia das discussões e insucessos dos representantes ou deputados das províncias do Brasil”.

Os periódicos do século XIX, segundo Barbosa (2007, p. 98), são considerados objetos culturais “indisciplinados”, “resultantes dos ‘artifícios’ empregados pelos editores...”, e pelas suas características peculiares como a ampla presença das cartas nas mais diversas seções e páginas dos jornais ou mesmo elas se travestindo de notícias e o uso indiscriminado dos extratos epistolares, mas a composição discursiva das cartas selecionadas para publicação estão impregnadas de intenções persuasórias relevantes para a propagação eficiente de seu conteúdo.

Nas cartas publicadas pelo jornal *A Liberdade*, por se tratarem de novas configurações de ‘reportagens’, uma vez que foram obtidas com a ajuda das missivas, observamos que a mensagem propriamente dita, onde se dá o encontro entre o remetente e o destinatário, ganha destaque. Já a conclusão mais estereotipada e performática dá-se em ambos os extratos na última frase – “Chova ou faça sol, a fome ha de ser grande, visto não haver legume de qualidade alguma” (*A LIBERDADE*, 15/03/1877, n. 19; p. 02-3); e “Triste futuro aguarda a este pobre povo” (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, n. 19; p. 02-3).

No primeiro extrato, de 15/03/1877, observamos uma conclusão baseada na prova do testemunho público e de uma espécie de consenso de todo um grupo, no caso da localidade de Telha. No segundo extrato, de 08/03/1877, observamos uma força persuasiva baseada numa dupla operação lógica: a partir desse momento, mesmo que chova, não haverá mais legumes para alimentar as pessoas. Essa dedução, também uma espécie de sentença, dá-se por uma argumentação lógica de causa e consequência, portanto, mais poderosa e vigorosa.

Outro argumento muito persuasivo que escapa à lógica dos argumentos, que se apresenta como um fragmento do real já constituído em linguagem pela sociedade, sem passar por qualquer operação técnica do autor é o constante apelo a uma força divina superior, em ambos os extratos. Também é uma forma de relegar a todos os sujeitos a ‘culpa’ pelo que está

acontecendo enquanto um castigo divino pelas ‘faltas’ cometidas. Desse modo, as autoridades competentes isentam-se de todo e qualquer erro ou omissão cometidos nesse período de calamidades.

Esses breves extratos, de estilo simples e sucinto, de fácil entendimento, seguem uma norma em que deve ter as qualidades de “brevidade, clareza, probabilidade, elegância, desembaraço e propriedade.” (FREIRE, 1823, p. 198), pois a forma, bem como o conteúdo, também é responsável pelo impacto causado nos leitores, tal como o suporte jornal o é pelo modo de recepção e de apropriação dos leitores dessas composições e desses novos modos de utilização das epístolas. De tal modo que as cartas são encontradas nas mais diversas seções dos jornais, geralmente inseridas por uma breve explicação, como é o caso dos extratos encontrados nos periódicos pesquisados, de modo geral na seção de notícias, a depender da folha com grande atenção.

Nesse sentido, o jornal *Diário de Pernambuco* portava-se de modo diferente dos outros periódicos daquela época. Era uma caso especial, pois a província de Pernambuco, até meados do século XIX, fora um importante núcleo financeiro do país, mantendo a primazia em relação às províncias vizinhas da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe, sendo que Recife só perdia em importância política e econômica para a província do Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2009). Conta, por exemplo, com a coluna ‘Notícias do Norte do Império’, que traz notícias das províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, algumas vezes de Sergipe e Alagoas. Percebe-se que a província não se coloca dentre as províncias do Norte do Brasil e, nessa seção, de modo geral, apresentam-se notícias sobre a seca e de suas terríveis consequências nessas localidades, bem como defende os presidentes das províncias citadas.

Os editores utilizam, nessa mesma coluna, vários jornais como o potiguar *Conservador* e o órgão conservador *Jornal do Assú*, o paraibano *A Opinião* e *Jornal da Paraíba*, o *Cearense*, nas outras colunas e notícias notamos uma constante dialogismo e intertextualidade entre os jornais do século XIX. Um exemplo disso é que a carta publicada no periódico liberal cratense *A Liberdade*, de 08/03/1877, n. 19, citada anteriormente, com o título de ‘Seca’, também se encontra na coluna ‘Notícias do Norte do Império’, do *Diário de Pernambuco* de 04/04/1877, n. 76, órgão do governo, ao tratar da província do Ceará, como uma carta retirada do jornal liberal *Cearense*, quando o autor introduz o tema da seca (ANEXO 06).

Assim, já podemos constatar que o mesmo extrato de carta pode ser encontrado em três periódicos diferentes de duas províncias distintas. Este caráter dialógico e polifônico dos periódicos era normal e constante, conforme já observou Barbosa (2010a, p. 11):

[...] se consideramos que a escrita jornalística luso-brasileira do século XIX era pautada pela prática dialógica, e que seus escritos, porque resultavam do embate de muitas vozes sociais, são dialógicos e assumem, segundo a concepção de Bakhtin (2004), um caráter polifônico; se consideramos que esses textos são polifônicos, eles o são justamente pelo fato de possibilitar que estas vozes sejam ouvidas, temos que a carta foi por excelência o instrumento que possibilitou este diálogo.

Observamos que a carta “Seca” pode ser encontrada em jornais de filiações diferentes, o que envolvia múltiplas vozes, correspondentes e periódicos. Nesse contexto de seca, também encontramos muitas cartas-respostas sobre outras cartas publicadas em diferentes jornais, de defesa ou acusação, por exemplo, dos comissários da seca. No periódico cearense e conservador *Pedro II*, a carta “Comissão de socorros de Imperatriz” (ANEXO 07) estabelece uma relação dialógica entre as folhas; que pode ser conferida abaixo:

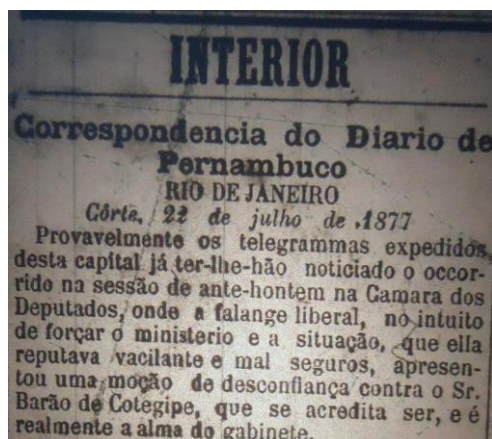
O Cearense de 6 d’este mês publicou uma carta datada da Imperatriz em que o reverendo tesoureiro da comissão de socorros, denominada – *comandita dos vales ao portador.*, mentindo á própria consciência escreveu o seguinte:
«Por aqui vamos mal e muito mal.
«Tem sido tão escassos os socorros enviados pelo Sr. conselheiro Aguiar, para esta vila, que já morre gente á fome dentro d’esta e mais longe.
«Aqui do dia 20 para 23 morreram 2 meninos, nos Campos e Missi – 4.»
A leitura d’essa carta nos causou verdadeira indignação, pois é sabido que o Exm. presidente da província tem enviado para aquela localidade, repetidos socorros em dinheiro e gêneros alimentícios. (*PEDRO II*, 13/01/1878, nº04, *sic*, grifos nossos)

Podemos observar que o conservador *Pedro II* entra em ataque a uma carta publicada pela folha liberal *O Cearense*, em defesa do presidente da província do Ceará, o conselheiro João José Ferreira de Aguiar que ocupou o cargo de 24/11/1877 a 21/02/1878, quando da ascensão do partido Liberal ao poder. Essa troca de farpas e de acusações era comumente encontrada nos periódicos do século XIX.

Outro dado interessante do *Diário de Pernambuco* da época é apresentar as notícias e cartas do Rio de Janeiro, capital do Império, na coluna ‘Notícias do Interior’, como podemos observar, na figura abaixo. Assim, o jornal possibilita refletir sobre o centro do país, numa

configuração financeira, política e social bem diferente da que conhecemos, em que o centro do país encontrava-se na capital do Império, mas também em Recife.

Figura 01 – Imagem do jornal *Diário de Pernambuco*, 31/07/1877, n. 174



Outro ponto interessante observado é que a maioria das notícias sobre o fenômeno climático de 1877 veiculadas pelo *Diário de Pernambuco* são de outras províncias do Norte do Brasil, como Ceará, Rio, n. 176Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, como vimos na coluna “Notícias do Norte do Império”. Notícias sobre a seca na província eram publicadas na coluna ‘Noticiário’, sob o título ‘Comissão central de socorros’, em que se divulgavam ofícios administrativos da província com as relações das despesas com o envio de gêneros alimentícios para o interior da província entre outros gastos relacionados à seca na região. Das 17 cartas encontradas no periódico, 12 tratam da seca na província, sendo que uma carta está repetida, e as outras cinco cartas se referem às províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.3 Um momento da imprensa

Estudar o século XIX é complicado, uma vez que o que podemos interpretar são apenas representações desse período. Portanto, estudar o século XIX é colocar em destaque diversas redes de sociabilidade em formação em um jogo de mutações e permanências que, para nós, sobrou apenas vestígios, recortes e escolhas que não excluem outros olhares e possibilidades de compreensão e interpretação do passado que está em contínua confecção.

Barbosa (2010, p. 16) afirma que a história da imprensa não se apresenta como um espelho fiel da realidade e nem, como aponta uma desconcertante ausência da imprensa na

história, como uma possível falseadora do real. Ela pode contribuir sim, com uma questão interpretativa ou de invenção da narrativa, pois “é a interpretação que permite visualizar como os homens do passado consideravam as múltiplas representações da imprensa.”. Nesse universo cultural distante de nós, o século XIX, devemos passar do texto ao contexto, tendo o *corpus* documental como elemento fundador do conhecimento para podermos atribuir sentidos a essa escrita impressa tão cara àquela época.

A imprensa, desse modo, de acordo com de Le Goff (1988), constitui o “lugar de memórias” de um tempo, de representações de uma época, as quais, geralmente, apresentam visões diferentes de um mesmo fato que servem como fundamentos para pensar e repensar a História, ao mesmo tempo em que intervém nos acontecimentos não só como um simples ingrediente, mas também como agente histórico. Nesse sentido, a nova perspectiva da História Cultural pode expressar novas questões socioculturais, visto que a fertilidade da imprensa oitocentista – espaço de produção de lugares, ideias e projeções em torno de questões político-sociais – faz dos periódicos uma rica fonte para a abordagem sobre a seca de 1877, sobretudo se a sua leitura for entrecruzada a outras fontes.

As novas perspectivas de abordagem da história da literatura, assim, ajudam a compreender, por exemplo, as novas pesquisas ‘da e por meio da imprensa’ (LUCA; 2010) e dos mais diversos gêneros que circulavam e que ainda circulam neste instrumento de comunicação que se apresenta como uma construção social, política e cultural, pois coloca em evidência uma série de discursos e representações de uma sociedade como suporte e fonte primária em que circularam “várias vozes e vários discursos, em um pulsar heterogêneo e variado, que pode revelar múltiplas perspectivas de uma época e maneiras desiguais de se apropriar e de se aproximar da cultura escrita” (BARBOSA, 2007, p. 40).

A busca dessa história é complexa, pois nela estão concebidas relações políticas, sociais, culturais, falas e não ditos, os quais cabe ao pesquisador a tarefa de indagar pelos silêncios e pelas constantes afirmações em seus mais diferentes motivos, contextualizando os fatos e eventos, ocorrências, costumes, instituições que se confrontam ou se conformam antes e depois dos fatos.

Esse modo de pensar e analisar a palavra escrita, a forma como os sujeitos pensam e comunicam a sua existência deve ser considerada, visto que, segundo Chartier (2002, p. 17), as próprias representações do mundo compõem a realidade social dos sujeitos que, assim construídas, “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os

utiliza.” Assim, como bem nos direciona o autor, devemos estar atentos ao campo de concorrências e de competições em que a palavra imprensa, com a força da pena, nos conduz em termos de dominação e poder que ocorre a revelia dos sujeitos.

Segundo Barbosa (2010), a força da pena no século XIX é tão intensa quanto a efemeridade de muitos periódicos, bem como a eficácia e a energia com que os impressos espalhavam-se pela sociedade pelas práticas da oralidade em que letrados e não letrados são diretamente afetados pelos mais diversos escritos, tornando as discussões simbolicamente mais perenes, agrupando ou desunindo os sujeitos publicamente. Transformando as folhas numa espécie de “teatro performático, no qual os temas da atualidade são discutidos e debatidos entre os periódicos.” (BARBOSA, 2010, p. 49). Assim, os responsáveis pelos escritos alcançavam a notoriedade que o domínio das fórmulas retóricas, bem como das artimanhas letradas produziam sobre os sujeitos.

Segundo Carvalho (2000), os periódicos do século XIX caracterizam-se pelo movimento de construção pela via discursiva da ação política de seus órgãos, em que temas sensacionalistas, a quebra da normalidade e o apelo às fórmulas retóricas eram fundamentais para a conquista dos leitores.

Desse modo, os impressos incluíam-se na ordem do dia como objetos de conversas pela cidade. Essas composições, assim, eram perpassadas por características do mundo oral, visto que mais do que lidas, os escritos eram vistos e ouvidos. As notícias e cartas migravam de um jornal para o outro “constituindo uma teia de significações impressas.” (BARBOSA, 2010, p. 50), amplificando os debates e as polêmicas, tornando-se a imprensa um lugar privilegiado do espaço público, pois

[...] ao sair do mundo da oralidade para o mundo do letramento, via publicação nos jornais, folhetos e panfletos, ganham novo sentido: tornam discussões simbolicamente mais perenes, agrupam pessoas que têm pensamentos similares, constituem grupos de discussão, e, sobretudo dão notoriedade – transformando-os em personagens de relevo político – àqueles que são responsáveis por sua publicação. (BARBOSA, 2010, p. 51)

Assim, Barbosa (2010) afirma que ter a força da palavra impressa é um meio de tornar-se reconhecido e distinguido num momento em que o burburinho das vozes é marca evidente e onde as palavras se divulgam aos gritos. Os impressos acabam por espelhar esse mundo de natureza oral – a força simbólica da pena está inerentemente ligada à força da voz. A autora discute a história cultural da imprensa e atenta para como ela é pródiga em se autorreferenciar, pois produzia textos que falavam da vida diária em uma linguagem

plurivalente, que diz e não diz, que revela e esconde, linguagem que é sempre diferente do que é narrado, logo devemos observar que:

Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido (2010, p.11).

Assim, de acordo com Barbosa (2010b, p. 202), “Em certo sentido, os jornais e periódicos faziam circular em suas páginas toda a vida cultural da província”, com suas pequenas narrativas, cartas e notícias, escritos que hoje pode nos ajudar a construir uma história sobre esse fenômeno climático, a seca de 1877, observando os efeitos de sentido, algumas vezes velados, através da ordem do repetível, que se utiliza de discursos regularizados, dispersos e integrados à memória coletiva e que se mantém mesmo hoje, visto que os sujeitos são constituídos pelos discursos de seu tempo e que o discurso sobre a seca apresenta-se, mesmo nos dias atuais, como uma das principais características dessa região na memória coletiva dos sujeitos.

A história da imprensa²⁵ mostra que em todos os momentos de contestação, agitação política ou social multiplicam-se pelo país o número de periódicos que lutaram por essas causas, que se incluíam na ordem do dia, baseando suas estratégias de leitura em técnicas retóricas seculares que se adaptavam as novas exigências dos leitores desse suporte para a conquista do público, funcionando como o palco de um teatro performático em que os jornais amplificavam os debates e polêmicas políticas. (BARBOSA, 2010)

A busca pelo tema da seca na literatura e de seu contexto na imprensa é complexa, pois nela estão concebidas diversas relações – políticas, sociais, culturais, falas e não ditos velados em uma complexa linguagem literária que não só expressa como também cria ou ajuda a criar a realidade que parece refletir, de modo que podemos tomar os discursos como práticas que sistematicamente constroem os objetos de que falam.

Era o momento, segundo Sodré (1999), da atuação dos “notáveis e talentosos” homens de letras que faziam a imprensa e que eram, quase sempre, além de jornalistas, o que geralmente marcava o início de suas atuações, também literatos, oradores e políticos engajados. José do Patrocínio, portanto, como um homem do seu tempo, um homem de letras

²⁵ A respeito dos estudos sobre a história da imprensa conferir Sodré (1999), Barbosa (2004; 2010); Martins & Luca (2011).

do Segundo Reinado, é um representante legítimo de sua classe em um momento no qual era preciso discutir, duvidar, analisar e combater a pretensa sacralidade das instituições acima destacadas. A imprensa, dessa maneira, também atua como uma linha de frente historicamente necessária que se alinhava com os interesses de alguns segmentos, como os que defendiam a abolição da escravatura, mesmo que estes interesses sejam também da instância de uma nova forma de economia nascente, forte e do interesse dos grandes mercados e potências da época.

1.3.1 O literato José do Patrocínio – um homem da imprensa

José Maria do Espírito Santo, que assinava, desde criança, José do Patrocínio (09/10/1853-30/01/1905), nasceu em São Salvador dos Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro, cidade mais conhecida como Campos. Filho do cônego João Carlos Monteiro (1799-10/01/1876), principal figura do clero na cidade, dono da fazenda conhecida como Imbé, maçônico, político (ora deputado provincial, ora vereador da câmara municipal) e dono de ‘africanos livres’²⁶, possuía 92 escravos. Aos 54 anos o padre encantou-se por uma de suas escravas, Justina Maria do Espírito Santo (com 12 para 13 anos), que engravidou do menino batizado como ‘exposto’, ou seja, de pais desconhecidos. A situação materna foi depois regularizada em nota pelo padre Luís Ferreira Nobre Pelinca, mas seu pai nunca o perfilhou. (ALVES, 2009)

Segundo Magalhães Jr. (1972), o menino conhecido como Zeca, tinha todos os caprichos proporcionados pelo pai, sendo muito mimado, mas a negra Justina, com 27 anos, já não era a preferida do cônego e as outras mulheres do padre destratavam a mãe do garoto que já enfrentava problemas com o pai por reclamar contra os castigos corporais e até ajudar na fuga dos escravos. Ele então toma a dor materna e deixa de maneira súbita a casa paterna (03/1868) rumo ao Rio de Janeiro com o firme propósito de obter uma colocação que lhe pudesse facilitar os meios para seguir a carreira médica.

Em 29/05/1884, José do Patrocínio publica notas autobiográficas no jornal *Gazeta da tarde*, na coluna intitulada *Uma explicação*²⁷, em que de modo sucinto e marcadamente defensivo, procura esclarecer como um “filho de uma pobre quitandeira de Campos [é] hoje proprietário de um jornal e [pode] fazer uma viagem a Europa” (p. 01). Em um longo relato,

²⁶ Denominação dada aos negros apreendidos em navios negreiros após a extinção do tráfico legal em 1831. Eles eram entregues em ‘depósito’ por 14 anos com a condição de ficarem livres ao fim do prazo, o que era considerado suficiente para a aprendizagem de ofícios, da língua e da disciplina do trabalho, com a anuência das autoridades navais inglesas. (MAGALHÃES JR, 1972)

²⁷ Conferir a nota na íntegra em ANEXO 01.

Patrocínio dividiu a sua vida até o momento em três fases e começou a descrever, sem muitos detalhes, sua história desde que chegou ao Rio de Janeiro, principalmente citando os nomes das pessoas, amigos e companheiros, que o ajudaram até então, especialmente financeiramente.

A princípio, trabalhou como aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa da Misericórdia, em 1868. Depois foi empregado na Casa de Saúde, e então começou a estudar, sempre com a ajuda de alguns amigos e benfeitores. Contou com a ajuda financeira mensal da Sociedade Beneficente para ajudá-lo a terminar o curso de farmácia e “... recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Calado.” (*GAZETA DA TARDE*, 29/05/1884, n. 124, p. 01)

Ao perder a proteção de Sebastião Catão Calado quando terminou o curso de farmácia em fins de 1874 e seu amigo retornou à terra natal, Patrocínio foi acolhido pela família de um companheiro de estudos no Externato Aquino, João Rodrigues Pacheco Vilanova que o levou para a casa de sua família, o padraсто capitão Emiliano Rosa de Sena. Assim, para retribuir a generosidade da família, o jornalista passou a ser o professor de primeiras letras de quatro filhos do João Vilanova e, “destas relações nasceu a estima entre mim e minha mulher, filha dos seus honrados velho.”, ao mesmo tempo em que passava a atuar mais firmemente na área jornalística. (*GAZETA DA TARDE*, 29/05/1884, n. 124, p. 01)

A estreia de Patrocínio na imprensa na nova folha que surgiu no Rio de Janeiro em 03/12/1870 é o início do íntimo vínculo do menino de Goitacazes com as letras impressas, que o marcaria de modo indelével por toda a sua vida. O órgão *A República*, se denominava “[...] órgão do clube republicano que então se transformava em partido, pregoeiro das ideias democráticas.” (MAGALHÃES JR., 1972, p. 14). Mas a passagem pelo jornal foi rápida, pois a folha foi contra um projeto de lei caro a Patrocínio, apresentado pelo Visconde do Rio Branco, em 12/05/1871, e que conhecemos como Lei do Ventre Livre. O antiescravocrata fervoroso começava a surgir.

Assim, Patrocínio passou a ser colaborador em vários jornais, como no jornal estudantil *O Lábaro Acadêmico*, em que publicou diversos poemas de sentimentos abolicionistas e republicanos. Acabado o curso, seu grande amigo e mecenas Sebastião Catão Calado, a quem dedicara à coletânea de versos *Ritmos Selvagens*²⁸, retornou a província natal e Patrocínio se viu novamente desprotegido na capital do império.

²⁸ Atualmente, segundo Alves (2009), não se encontra mais no Arquivo de Autógrafos da Academia Brasileira de Letras, a obra está desaparecida.

Pouco antes de terminar a faculdade, juntamente com seu colega Dermeval da Fonseca, estudante de medicina, criam a folha *Os Ferrões*, de publicação quinzenal. De curta duração, de 01/06/1875 a 15/10/1875, formando um volume de dez números, em que usaram os pseudônimos “Notus Ferrão” (José do Patrocínio) e “Eurus Ferrão” (Dermeval da Fonseca). Declaradamente republicanos, foram críticos contundentes, por exemplo, de Salvador de Mendonça, do soldo e dos castigos aplicados aos soldados brasileiros, como a solitária, e da Princesa Isabel, entre outros nomes e assuntos. Assim, no prospecto do jornal *Gazeta de Notícias*, podemos conferir na coluna de anúncios, a informação de que o jornal *Os Ferrões* faz: “Análise crítica e satírica dos acontecimentos do dia. Vende-se e assina-se nas Livrarias de Moreira Maximino & C., á rua da Quitanda n. 111, e E. G. Possollo, rua do Ouvidor, 71.” (s/d, s/n., p. 01)

Patrocínio continuou colaborando em outras folhas como *A Reforma*, *O Mequetrefe*, a revista *A comédia popular* entre outros periódicos. Embora Magalhães Jr. (1972, p. 32) afirme que o jornal *Gazeta de Notícias*, fundado em 02/08/1875²⁹, “representou no dizer do próprio José do Patrocínio, uma verdadeira revolução no jornalismo brasileiro da época.”, acreditamos que o jornal insere-se nos moldes dos periódicos do século XIX e que Patrocínio tenha cumprido com seu papel de jornalista e, mesmo no caso da seca, ainda que a contragosto acabou corroborando com os discursos que ajudaram a sedimentar uma visão sobre a seca. Fundada em imagens e palavras fortes que se naturalizaram na escrita sobre o fenômeno climático.

O jornal *Gazeta de Notícias*, segundo Magalhães Jr. (1972), Sodré (1999) e Alves (2009), trouxe as mais variadas colunas combatendo a abolição, tratando de literatura, arte, moda, crônicas, poesia, ilustração, caricaturas e notícias diversas. Atraiu colaboradores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, os portugueses Eça de Queirós, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão. Das “Crônicas de saudade”, de Raul Pompéia, originou-se o romance *O Ateneu*, publicado no ano da abolição da escravatura, 1888. Em seu prospecto, na coluna “Folhetim”, Ferreira de Araújo, sob o pseudônimo “Bob”, esclarece ao público que o jornal não apresentará um programa, pois, segundo ele, é uma coisa muito tola:

²⁹ Fundado pelo mulato Ferreira de Araújo²⁹, ao lado dos jornalistas Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves. O mulato José Ferreira de Souza Araújo (1848-1900) se formou em medicina em 1867, mas abandonou a área médica. Trabalhou como redator dos jornais críticos o *Mosquito* e o *Guarany* e em 1875 fundou a *Gazeta de Notícias*. Aparecia frequentemente sob os pseudônimos de “Lulu Sênior”, “José Telha” e “A”. Ferreira de Araújo foi umas das penas mais brilhantes da nossa imprensa e um das forças mais expressivas no engrandecimento da profissão do jornalismo. Disponível em <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/fjrv20120104t.htm> Acessado em 01/07/2013.

Os programas em geral, são como as constituições do tal rei.

Nada, nada.

O melhor programa d'um jornal que quer agradar ao publico é – agradar-lhe – sem programa. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, s/d, s/n., p.01)

Em janeiro de 1876 falece o vigário João Carlos Monteiro, aos 77 anos, em Campos do Goytacazes e, segundo Alves (2009), sem nenhum lamento do filho nunca reconhecido que, em sua nota autobiográfica, afirmou que o pai “... não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era o meu pai.” (*GAZETA DA TARDE*, 29/05/1884, n. 124, p. 01). O início do ano de 1877 é marcante para Patrocínio que se liga ao jornal *Gazeta de Notícias*³⁰. Logo no início do ano assinou com o pseudônimo “Nemo” a coluna *Gazeta Métrica*, toda em versos em que figuravam os mais diversos assuntos, de anúncios comerciais rimados a fatos correntes até o noticiário policial. Podemos observar no trecho que segue um comentário sobre a moda parisiense:

Paris, Paris a capital da moda,
Pátria dos ideais,
Que nos faz a cabeça andar á roda,
Não sabe, Senhor Deus, que invente mais.
Já não se comi ali só pela boca;
E, pura imitação de umas velhitas,
Os homens usam touca!
Modas que muita gente cá da terra
Consideram bonitas
(*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 20/01/1877, n.19, p 01)

Foram apenas três *Gazetas Métricas* publicadas, em 20 e 29/01 e em 05/02/1877. No início também publicou a crônica semanal em prosa, em que trata dos mais diversos assuntos, na coluna *Conversemos*, assinada com o pseudônimo “Nemo”. Desaparecendo a *Gazeta Métrica*, Patrocínio passou a escrever em versos o noticiário policial *Ocorrências de Rua*, em que assinava o próprio nome e que se parecia com sua antiga coluna *Métrica*.

³⁰ O jornal *Gazeta de Notícias* foi fundado em 1875 com Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves como principais redatores do periódico semanal, considerado alegre, barato e livre. Isso de acordo com o próprio Patrocínio em artigo publicado no jornal *A notícia*, no dia 09 e 10/01/1905, sob o pseudônimo Justino Monteiro.

Segundo M. Barbosa (2010, p. 111), nesse tempo a *Gazeta de Notícias* “circula com apenas oito páginas, nas quais se distribuem colunas estreitas, com notícias diversas, incluindo também na primeira página os telegramas distribuídos pela Agência Havas, destaca as primeiras matérias em favor da emancipação, transformando-se, em pouco tempo, no lugar predileto para as correntes abolicionistas moderadas.”.

Já em 26/02/1877, começa a publicar a *Semana Política*, assinando com o pseudônimo “Proudhomme”³¹, em que tratava das questões políticas da corte e, ao mesmo tempo, continua publicando sonetinhos e poemas tanto na *Gazeta de Notícias* quanto na revista *A Comédia Popular* e artigos nas páginas de *O Besouro*. Teve muitos pseudônimos além de “Notus Ferrão”, “Nemo” e “Proudhomme”, como “Justino Monteiro”, “Zé do Pato”, “Zé” entre outros. (ALVES, 2009)

No periódico *Gazeta de Notícias*, tido como um “jornal vivo, popular, empenhado em dar aos leitores informações colhidas por observadores diretos.” (MAGALHÃES JR; 1972, p. 55), Patrocínio publicou seu primeiro romance - *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte* – de 1877 a 1878³². O romance baseia-se em uma história verídica, já muito conhecida: Manuel da Mota Coqueiro, rico senhor de muitos escravos, fazendeiro em Macabu, no município de Macaé, mas residindo em Campos, fora acusado de exterminar uma família humilde em 1852, é condenado à morte e executado em 1855. Muito tempo depois, descobre-se que a justiça havia cometido um engano e condenado um inocente. Com esse romance pretendeu Patrocínio combater a pena de morte, como podemos observar em um anúncio de um jornal da época:

A *Gazeta de Notícias* começou anteontem a publicação de um folhetim original do Sr. J. Patrocínio, intitulado *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, historia dramatizada da causa celebre que levou ao patíbulo um homem, cuja inocência agora vieram revelar as declarações de um individuo ultimamente falecido.

Levando em vista aduzir mais um argumento contra a pena de morte, é uma generosa ação a da *Gazeta de Notícias*. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24/12/1877, n. 345, p. 01)

Durante vários meses a *Gazeta de Notícias* anunciou que “o romance que bastante nomeada adquiriu acha-se à venda no escritório desta folha, pelo preço de 1\$500. Para as províncias, o preço é de 2\$000, indo registrado pelo correio.” (28/03/1878, n. 85, p. 01). Já em fins de dezembro de 1878 a *Gazeta de Notícias* começava a anunciar, junto com outras notícias, a nova empreitada de Patrocínio – *Os retirantes*:

³¹ Numa busca pela rede mundial de computadores encontramos Proudhomme como um sobrenome francês, mas é provável que o pseudônimo seja parte corruptela, parte homenagem ao filósofo político francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), já bem conhecido antes de seu falecimento.

³² Folhetim publicado entre os exemplares de 22/12/1877, nº 353, a 03/03/1878, nº 62. Disponível no site < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

O autor foi comissionado por esta empresa para ir ao Ceará expressamente estudar os horrores da seca, que esta devastando aquela província, o seu trabalho tem, pois todo o mérito de uma verdadeira narrativa histórica. (21/12/1878, n. 351, p. 06)

Desde o início de 1877, a notícia da seca já começara a circular nos periódicos da corte, e em maio de 1878 vemos na *Gazeta de Notícias* a nota sobre a viagem de Patrocínio rumo à província do Ceará, que durou entre maio e agosto, como podemos observar na notícia:

Segue hoje para o Ceará, no vapor nacional *Pará*, o nosso companheiro de redação José Carlos do Patrocínio.

Os sucessivos horrores por que tem passado ultimamente aquela infeliz província, os dramas de miséria que ali se tem repetido, despertaram no nosso distinto colega os desejos de apreciar de perto tão horrível situação, e *fazer com tais elementos um livro*, que há de necessariamente comemorar tão triste acontecimento, e ser ao mesmo tempo mais uma prova do talento do festejado autor do *Motta Coqueiro*.

É louvável e pouco vulgar o escrúpulo do jovem escritor, que se arrisca a tão incomoda viagem para escrever com verdadeiro conhecimento de causa.

A empresa da *Gazeta*, a quem ele comunicou os seus desejos, resolveu comissioná-lo nessa província, resolução que trará uma dupla vantagem para os leitores desta folha: a de notícias exatas e minuciosas acerca do estado da população daquela parte do império, e a *publicação do livro do nosso companheiro*, a quem desejamos feliz viagem. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10/05/1878, n.127, p. 01, grifos nossos)

A partir de 01/06/1878, o jornal começa a publicar sua correspondência como crônicas na coluna “Folhetim”, sob o título “Viagem ao Norte”, contando desde as primeiras impressões e apontamentos da viagem, pois o navio fez escala em vários portos, o que lhe dá a oportunidade de escrever sobre o estado das capitais visitadas e da administração de algumas províncias, sempre no rodapé da primeira página do periódico, no lugar habitual dos folhetins políticos de “Proudhomme”, assumido pelo jornalista Ferreira de Meneses³³, que assinava “F. de M.”, desde 19/05/1878.

A publicação do romance *Os retirantes* na *Gazeta de Notícias* começa dia 29/06/1879 (n. 176), e termina em 10/12/1879 (n. 339). O romance é assim apresentado pelo jornal:

Amanhã começaremos a publicar em folhetins *Os retirantes* romance original do nosso colega José do Patrocínio.

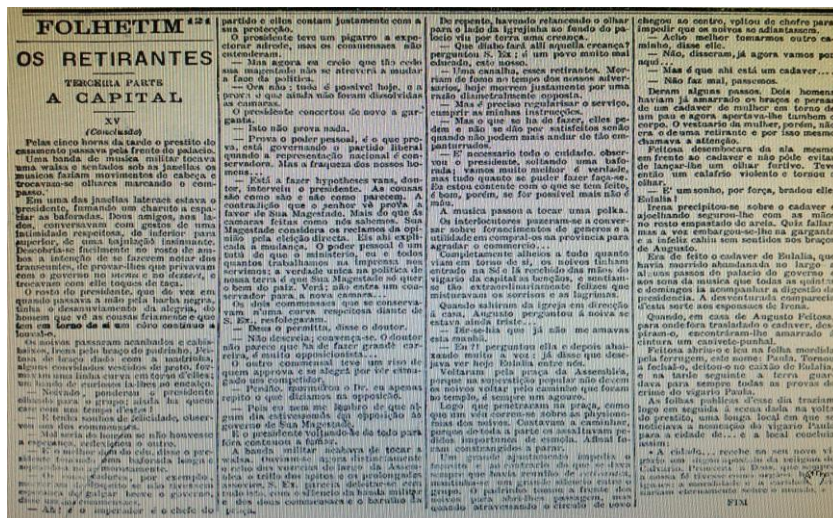
³³ Segundo Magalhães Jr. (1972) o mulato abolicionista de talento Ferreira de Meneses, advogado criminal formado pela Academia de São Paulo, divide a pena junto com José do Patrocínio na *Gazeta de Notícias* e, mais tarde, funda a folha *Gazeta da Tarde*, em 10/07/1880, a qual Patrocínio compraria mais tarde, em 1881, após a morte de seu fundador.

Como os nossos leitores sabem o festejado autor do Motta Coqueiro foi comissionado pela empresa da *Gazeta de Notícias*, em viagem às províncias do Norte, onde, na ocasião em que os horrores da seca se faziam sentir com mais intensidade, observou todas as cenas comoventes que transportou para o romance.

O nosso colega, que viu de perto os efeitos de tão grande calamidade, preocupou-se sobretudo em fazer um livro verdadeiro" (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 28/06/1879, n.175, p. 01)

Fruto dos apontamentos recolhidos ao longo de sua permanência na cidade de Fortaleza, bem como de suas andanças pela província, notamos o forte realismo do folhetim, ao estilo jornalístico de denúncia social, bem como o autor fez com o folhetim *Motta Coqueiro*.

Figura 2- Última dia da publicação do folhetim *Os retirantes* no jornal³⁴



A obra introduz e representa bem a literatura sobre o tema da seca, sendo Patrocínio o autor que inaugurou o romance sobre esse fenômeno. Posteriormente, observamos a produção de vários romances que tomam a seca como tema de fundo ou personagem inanimado de suas histórias. Publicado em folhetins, portanto, vendido a preço baixo e com grande tiragem, o romance resultou do contato de Patrocínio com a seca e sofreu grande influência da escrita e produção jornalística na medida em que a preocupação com a descrição realista e seus efeitos de sentido permeavam a sociedade da época. Assim, Patrocínio valendo-se de sua imaginação e das notas e reportagens que trouxe do Ceará, escreveu a narrativa que buscou amarrar o público por meio do detalhamento de cenas animais e chocantes, que relegou os retirantes à condição de animais.

³⁴ Fonte: *Gazeta de Notícias*, 10/12/1879, n.339, p. 01.

A venda do folhetim em livro começa a ser anunciada pela *Gazeta de Notícias* no dia 21/02/1880, n.51, em que uma pequena nota avisa que *Os Retirantes*, o “romance dos acontecimentos da seca do Ceará, por José do Patrocínio, preço 2\$000. [encontra-se] A venda neste escritório.” (p. 01)

O livro *Os retirantes* foi o primeiro romance-folhetim que dissertou sobre os problemas sociais que o fenômeno climático acarretava e essa composição do sertão cearense, sob a vertente da literatura da seca de cunho descritivo, veio sedimentar muitas das ideias que se fazia a respeito dos sujeitos que moravam no Norte do Brasil, instaurando no público sulista com ampla receptividade, uma sensibilidade sobre aquele espaço sertanejo. Embora o autor julgue tomar as letras como instrumento de ação na luta em favor dos retirantes, flagelados e necessitados, enquanto uma denúncia social, de um lugar específico e de uma região pouco conhecida pelo restante do país, Patrocínio não problematizou a sua produção, tornando-se mais um colaborador para a formação do discurso sobre essa seca. Ele assumiu a premissa de busca da verdade, uma vez que viaja para “escrever com verdadeiro conhecimento de causa” e, mais a frente, vamos observar que muitos dos casos narrados sob o título “Viagem ao Norte” foram utilizados no romance, na apresentação dos fatos tais como aconteceram, sem problematizá-los e colocá-los no contexto de sua produção.

Assim, confirmamos que a escrita do literato dialoga, em grande medida, com os escritos do jornalista, em especial com sua coluna literária de “Viagem ao Norte” como fonte privilegiada do autor no resgate dessas representações de um fato histórico e, como tal, nos abre um horizonte de conhecimentos de uma época e de suas sensibilidades, bem como nos afirma Lima (1997, p. 214) que a “história habita a encruzilhada entre a ciência e a arte.” e, nesse momento, o autor é parceiro do processo de conhecimento, “sustentado em uma linguagem sobre a qual atua e pela qual é conduzido.”, revelando assim, pela linguagem historicamente datada, muito da história do momento e mesmo da ficção.

Já em janeiro de 1881, Patrocínio casa-se com Maria Henriqueta de Sena, depois do pedido formal de casamento feito pelo amigo Ferreira de Araújo que terminara de desfazer as últimas relutâncias do capitão Sena. O casamento foi anunciado pelas folhas amigas do jornalista, mas virou tema predileto do jornal sensacionalista *O Corsário*³⁵, cujo proprietário e

³⁵ Publicado entre 1881 e 1883 na Corte Imperial (com algumas interrupções), *O Corsário* – periódico crítico e literário circulava em dias alternados, à exceção de domingo. Fundado por Apulcro de Castro e redigido quase que exclusivamente por ele, o jornal era barato, custando quarenta réis a folha avulsa. Assumindo o comando de fazer publicar uma folha agressiva contra figuras públicas e levantando todo tipo de escândalos, Apulcro de Castro atraiu inúmeros inimigos. Ainda que pedisse proteção policial depois de ter recebido várias ameaças de morte foi assassinado brutalmente em 1883, quando saía da delegacia de polícia. (SILVA, 2006)

redator - Apulcro de Castro, fora impiedoso no ataque ao mulato e sua esposa branca, também julgando-o um filho ingrato, que abandonara a mãe. (SILVA, 2006)

Em 1880 começa a ser publicado um jornal fortemente abolicionista - *Gazeta da Tarde*, fundada por Ferreira de Meneses que logo depois se desligaria da *Gazeta de Notícias*. A partir daí a campanha abolicionista contava com duas folhas na sua ampla defesa. Ainda nesse momento, um dos intelectuais mais cortejados pelos abolicionistas era Silvio Romero, que publicou um artigo na *Revista Brasileira* em que se postava a favor da libertação dos escravos. Entretanto, após se comprometer a tomar parte numa série de conferências abolicionistas, na qual Patrocínio até já havia participado como conferencista, não atendia mais aos apelos para que marcasse a data de sua palestra.

Pouco depois, o já renomado intelectual publica outro artigo na *Revista Brasileira* – *A questão do dia: a emancipação dos escravos*, em que se voltava claramente contra a questão dos escravos, Joaquim Nabuco, Patrocínio e Ferreira de Meneses. Foi o estopim para uma batalha entre Patrocínio e Romero através da imprensa. Sob o título *Ajustando contas*, de 13 a 21 de fevereiro de 1881, Patrocínio minuciosamente ataca vários pontos da vida e obra de Romero. (SILVA, 2006)

Já em maio de 1881 Patrocínio não conta com o mesmo apoio para os seus artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, principalmente ao publicar um artigo questionando o comércio nacional e o colocando todo em mãos estrangeiras. Os responsáveis pelo periódico, alguns portugueses, não gostaram da empáfia do jornalista negro que teve o último artigo de “Proudhomme” publicado em 27 de junho de 1881. (ALVES, 2009)

A situação do moço recém-casado era difícil. Em 06/06/1881, falecera repentinamente Ferreira de Meneses. Assim, a folha *Gazeta da Tarde* apresenta-se como uma opção para Patrocínio que recorre ao sogro, abolicionista e republicano convicto, que prontamente ajuda o genro e no dia 17/08/1881 a firma de José do Patrocínio & Cia. substituíu no expediente do jornal a anterior, Meneses & Ribeiro. (SILVA, 2006)

Ao assumir a folha, Patrocínio afirma encampar a luta do amigo Ferreira de Meneses no “combate á vigente imoralidade administrativa, com a defesa da autonomia do cidadão brasileiro, com a propaganda das ideias republicanas e da abolição da escravidão” (*Gazeta da Tarde*, 17/08/1881, nº190, p. 01).

Demorou um pouco para Patrocínio sanear a empresa e, em última instância, quem o salvava de suas constantes dificuldades financeiras era o sogro, capitão Sena. Já em fins de 1882, Patrocínio faz nova viagem ao Ceará, em um momento bem mais próspero da província

em que frutificava a ação dos abolicionistas. Durante o tempo que lá ficou, participou de várias conferências e eventos abolicionistas que resultaram na primeira província do país a declarar a abolição da escravatura em 25/03/1884.

Por fim, Patrocínio publica o folhetim *Pedro Hespanhol*³⁶ (1884) em seu periódico *Gazeta da Tarde*, também fruto de uma viagem que faz a Lisboa com duplo interesse – de saúde e para estudar a topografia da capital portuguesa, na primeira viagem empreendida a Europa pelo mulato jornalista.

Em 1886, Patrocínio é eleito para a câmara municipal, sendo reeleito em 1887. Já em 28 de setembro de 1887, começa a circular o novo jornal de Patrocínio – *A Cidade do Rio*, e um ano depois festeja a extinção da abolição da escravatura. Após a proclamação da República, retrai-se e publica artigos atacando os abusos da república, assim permanece na Europa de 1890 a 1892 com a esposa e o filho. Ao voltar ao Rio de Janeiro, é acusado de participar do golpe que pretendia depor o governo do marechal Floriano Peixoto, é preso e desterrado para Cucuí, no Amazonas. Segue-se o empastelamento do seu periódico, *A Cidade do Rio*.

Anistiado, Patrocínio retorna a capital do país onde colabora nos jornais *O País* e *A Notícia*. Ao mesmo tempo dedica-se à construção de um aeróstato, empolgado com os avanços da navegação aérea. É considerado o precursor do automobilismo no Brasil, pois mandou vir de Paris o primeiro automóvel que transitou pelas ruas do Rio de Janeiro.

O jornalista morreu tuberculoso em 29 de janeiro de 1905, na penúria e esquecido pelos velhos amigos, mas o seu enterro, bem como o seu romance-folhetim *Os retirantes*, foi uma espécie de apoteose, em que, segundo Magalhães Júnior (1972) e Alves (2009), apareceram de ex-escravos a homens públicos para prestarem a última homenagem ao jornalista.

1.4 A seca de 77 e os “anos malditos”: um capítulo especial

A seca, enquanto um fenômeno climático de natureza secular em algumas localidades do Norte brasileiro, e mesmo nos dias atuais, ainda acarreta muitos prejuízos para a atual região denominada Nordeste brasileiro. Fenômeno estudado por muitos pesquisadores, encontramos uma vasta produção que versa sobre a seca, por vezes pensada como um mal

³⁶Publicado entre os exemplares de 05/04/1884, nº 80, a 14/10/1884, nº 240. Disponível também no site <<http://hemerotecadigital.bn.br/gazeta-da-tarde/226688>>.

inerente e próprio da região e origem de todos os problemas de um território, com historiadores tradicionais, como Felipe Guerra (1951); Thomaz Pompeu Sobrinho ([1925] 1979) e o clássico Joaquim Alves ([1953] 2003). São produções, por exemplo, que se baseiam em memórias, numa ordem cronológica e fatalista, com o objetivo de inventariar todas as secas passadas, levantando causas e possíveis soluções.

Proliferam também obras técnicas, de especialistas que, geralmente, abordam o problema rigorosamente do ponto de vista técnico, limitando-se as causas e as soluções do fenômeno da estiagem, como os engenheiros agrônomos José Augusto Trindade (1915) e Paulo de Brito Guerra (1981), agentes do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS). Pensando o fenômeno climático de forma mais abrangente, ou como um problema mais complexo de implicações políticas, sociais e econômicas temos historiadores como Fátima Guerra Ferreira (1993), Pinto de Aguiar (1983), Frederico de Castro Neves (2000; 2007); Durval Muniz de Albuquerque Júnior. (1988; 2011), entre outros.

A seca de 1877, nomeada por alguns pesquisadores como a “grande seca” é, frequentemente, tomada como um marco do início da história sobre esse fenômeno climático, como um momento sem precedentes, tal como podemos observar em um trecho de carta publicada no jornal cearense *Pedro II*:

Está a expirar o malfadado 77.

A sua historia é lúgubre e cheia de quadros bem contristadores para nossa desventurada província.

A seca, que nos demais anos a este tempo já não existia, ainda oferece-nos o aspecto do mês de agosto ou setembro; os dias substituem-se ressecados por um sol límpido e abrasador. (*PEDRO II*, 10/01/1878, nº 03, p. 03)

Mesmo que a carta comece com a esperança de que o ano seguinte não traga mais seca, novamente, temos o início de uma carta que narra às condições de uma região de modo marcado no uso de adjetivos – malfadado, lúgubre, desventurada, límpido, abrasador, que funcionam como amplificadores de sentidos, aumentando a sensação de grandeza das consequências do fenômeno climático. A missiva é assinada por “M. da Penha” e na nossa fonte, o jornal cearense *Pedro II*, encontramos duas cartas assinadas pelo mesmo nome, ambas dando notícias enviadas da cidade do Crato e publicadas na coluna “A Pedidos” do periódico.

O atual Nordeste brasileiro sempre sofreu com o fenômeno da seca, mas a vasta literatura³⁷ que trata sobre esse assunto é unânime em afirmar que esta foi à primeira seca a chamar a atenção da opinião pública nacional, conforme nos afirma Guerra (1981, p. 28) “Capítulo especial merece a seca de 1877”, pois antes dela os períodos de estiagem são apenas citados, mas é a partir dessa seca que se constrói uma história das secas que preocupam os poderes públicos e é considerada, unanimemente, um marco na história das secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988).

O evento marca o momento no qual as autoridades passam a se interessar por esse fenômeno, tirando-a do âmbito do regional para transformá-la em “problema nacional” não só pelos pedidos das autoridades locais por ajuda, mas principalmente por causa da ampla repercussão que a imprensa conferiu a essa seca e isto se deve a uma série de fatores que pouco são levados em consideração como problemas sociais, políticos e financeiros. Nesse sentido, Sobrinho ([1925] 1979, p.50) afirma que “esta seca pavorosa e mortífera impressionou consideravelmente o espírito público e determinou na ação administrativa um movimento acentuado de interesse pela questão”. A principal ação das autoridades foi o envio de alimentos e de dinheiro para as províncias afetadas, e a viagem empreendida a província do Ceará pelo jornalista José do Patrocínio tem como um dos objetivos investigar como a ajuda governamental estava sendo de fato usada pelas autoridades locais em benefício dos retirantes.

Ainda podemos observar que o periódico conservador cearense *Pedro II* transcreve na coluna “Interior” um editorial do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em que aponta que a seca prossegue em sua devastação, mas que a princípio o governo não tinha como prever tamanha catástrofe:

A seca prossegue em sua devastação, e ainda que em tempo próprio, Deus se compadeça da sorte daquelas populações, e as favoreça com chuvas; antes que estas tenham fertilizado o solo requeimado, e produzido os seus benéficos efeitos, muito terá ainda o governo a fazer, para atenuar os sofrimentos daquelas desventuradas províncias.

Quando se anunciou a seca não houve quem previsse as proporções que ela tomou, e a opinião geral considerou exageradas as primeiras notícias que nos foram chegando, e atribuíu a negrura do quadro ao terror pânico que em tais ocasiões se apossa dos que se deparam sob a eminência de uma calamidade.

[...]

³⁷ Sobre a literatura a respeito da seca e sua história na atual região Nordeste conferir Aguiar (1983); Albuquerque Júnior (1988; 2011); Almeida (1987); Almeida ([1923] 1994); Alves ([1953] 2003); Carli (1984); Ferreira (1983); Guerra (1981); Neves (2000; 2007); Santos (1984); Sobrinho ([1925] 1979).

De modo nenhum pretendemos censurar o governo, porque não descortinou o futuro, que, aliás, ninguém imaginou atingisse á dolorosa realidade a que se acham reduzidas aquelas províncias. (*PEDRO II*, 06/01/1878, n.02, p. 01)

A questão da seca é observada sob o ponto de vista de uma determinada região – denominada naquela época Sul, sobre outra região muito diferente, naquele momento, Norte. Ela não é problematizada, mas sim tida como um evento em que só as mãos dos homens não são capazes de contê-la, concebida como um castigo divino, pois, segundo Rosa (2011), nesse contexto é a mão de Deus que dirige e trabalha o mundo, não só como uma força interventora, mas também organizadora do processo histórico através da noção de um Governo de Deus.

É por isso que, nesse momento, o discurso religioso é marcante na escrita literária que também é histórica. A linguagem literária é retórica porque tem a intenção de persuadir o seu auditório, nesse caso, ao trazer o discurso providencialista e afirmar que “ninguém imaginou atingisse á dolorosa realidade a que se acham reduzidas aquelas províncias”, está-se amenizando a culpa do governo que não “esperava” lidar com a “calamidade” (*PEDRO II*, 06/01/1878, n.02, p. 01).

O editor justifica a inépcia do governo até então, paradoxalmente, porque “considerou exageradas as primeiras notícias que nos foram chegando”, assim “a negrura do quadro” da seca era considerada exagerada, numa oposição entre claro *versus* escuro em que a “negrura” é sinônimo de enigmático, incompreensível.

Embora concordemos com Albuquerque Júnior (1988) quando afirma que a seca é uma constituição simbólica e imaginária construída historicamente, principalmente a partir da seca de 1877, também observamos que quem primeiro formulou as imagens e significações que vão variar ao longo do tempo e conforme o contexto social em que é pensada e analisada esse fenômeno climático natural foram os periódicos através das regularidades práticas e discursivas de sua escrita, principalmente a escrita epistolar, na construção dos estereótipos marcantes da seca – os retirantes, enquanto animais e canibais; e o governo enquanto ladrões e abutres, animal conhecido como devorador de entranhas e um símbolo da morte (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1989), que enriquecem as custas da morte dos flagelados.

É inegável a existência da seca de 1877-79, mas a versão construída sobre esse fenômeno confere uma maior credibilidade e legitimidade à construção histórica da “grande seca”. Consideramos criação ou construção, pois acreditamos que para a história e para a operação historiográfica, um conceito chave é o de interpretação, pois qualquer história é “[...] reinterpretação, reinvenção, reescrita.” (BARBOSA, 2004, p. 04). A narrativa histórica é inventariada pelo homem, visto que existem diversas maneiras de se contar uma história.

Assim, a seca do Norte conseguiu se transformar na principal explicação histórica para todas as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos na atual região Nordeste, tornando-se um problema dispendioso e de âmbito nacional.

Nesse sentido, a imprensa da época, bem como a literatura figura como agentes que colaboraram para sedimentar uma ‘verdade’ determinada, imagens duras da seca transmitidas nas narrativas, ao sensibilizarem a opinião pública nacional para um lugar desconhecido do país, tornando-se, muitas vezes, fundamental para se construir uma representação simbólica duradoura da seca e de toda uma região, baseadas na força da pena no século XIX como uma estratégica na luta dos diferentes sujeitos sociais e seus conflitos na região. Essas imagens duras da seca podemos encontrar tanto nos escritos da imprensa, bem como nos escritos literários, como podemos observar nos trechos que seguem:

Quem conhece os sertões do Brasil, e tem visto *o sol dos trópicos requeimar as plantas*, dessecar as fontes, evaporando na última gota d’água, *arreatada pelos tufões ardentes que varrem os campos como a labareda de um incêndio*, toda a seiva do vegetal e a derradeira esperança do homem e do vivente, em geral, não estranha às cenas horrorosas que descrevem os jornais [...]. (*ECO DO POVO*, 09/07/1879, n. 3, p. 03, grifos nossos)

Enchia-o [o engenho] agora a inundação da miséria, *o vômito da esterilidade do sertão*, gente seminua, cadavérica, faminta, que era atirada pelo cansaço por sobre os seus entulhos, como *o náufrago moribundo cuspidado pelo mar no lodaçal de um mangue*. (PATROCÍNIO, 1973, v. 33, p. 80, grifos nossos)

Podemos observar que, ao mesmo tempo em que se descrevem as consequências da seca faz-se dela matéria poética. Essas descrições, de tão metafóricas e imagéticas, são abstraídas a tal ponto que não sabemos mais a respeito do que o autor está tratando, como em “o vômito da esterilidade do sertão” ou “o náufrago moribundo cuspidado pelo mar no lodaçal de um mangue”. Requentadas palavras e imagens que compõem um forte apelo emocional acerca de um fenômeno natural e secular, pois o uso dos vocábulos trabalhados literariamente, como é o caso das duas sentenças citadas anteriormente, isoladamente, não nos remete diretamente a questão da seca, mas poderiam estar presentes em um poema, por exemplo.

Já em “o sol dos trópicos requeimar as plantas” e “arreatada pelos tufões ardentes que varrem os campos como a labareda de um incêndio” (*ECO DO POVO*, 09/07/1879, n. 3, p. 03), podemos observar a implícita comparação do sol com o fogo que tudo destrói e consome, imagem típica da seca que constantemente encontramos nos periódicos e apresenta-se como um elemento material catalisador, que resume em essência a destruição e a violência que a seca traz para os sertanejos em todos os aspectos de suas vidas.

A veiculação dessas imagens e metáforas confere uma poeticidade singular aos textos da seca e foram uma das primeiras representações com as quais a população do Sul do país entrou em contato, através da leitura dessas obras carregadas de significados fortes e que desenhavam um quadro de extrema penúria, com a “realidade” da região Norte. Assim, o discurso político nortista aproveitou-se dessa literatura e de sua repercussão por abordar os aspectos humanos da seca para legitimá-la, enquanto um problema de âmbito nacional, corroborando com seus pedidos políticos.

A imprensa, agente de circulação dos mais variados escritos do Oitocentos, notadamente durante a seca 1877-79, demarca seus territórios políticos e sociais, nomeando-se órgão do Partido Liberal ou Conservador, num momento histórico de grande agitação política, econômica e social em todo o país, como vimos anteriormente, momento em que muitos homens de letras vão estabelecer uma base sólida sob seu nome. Importante veiculador de ideias. Sem dúvidas, a imprensa colaborou para a construção dos discursos a respeito do fenômeno climático de 1877, como podemos observar no periódico paraibano *A Opinião*, no trecho que segue:

Pernambuco. – Segundo os *jornais*, que recebemos dessa província pelo paquete brasileiro, que tocou no porto desta cidade á 29 de Maio p. passado, continuava *ali a falta de chuvas, aumentava progressivamente, e avultava o número dos famintos e necessitados em consequência da emigração, que afluía á diversas localidade, procedente das províncias vizinhas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – assoladas também pelo mesmo flagelo.* A comissão central de socorros, criada na cidade de Recife, acabava de remeter para o sertão daquela província, por intermédio de Piranhas os gêneros seguintes [...] (03/06/1877, nº 11, Noticiário, p. 03, grifos nossos.)

Mesmo em uma notícia comum do jornal, percebemos o recurso retórico para persuadir os leitores, nesse caso o uso da gradação “continuava ... aumentava progressivamente ... e avultava ... afluía ...”, de modo que a leitura em voz alta desta notícia nos dá a clara sensação de uma progressão ascendente no número de retirantes para a província de Pernambuco. Mais uma vez, a circulação dos jornais entre as províncias e de seus usos dialógicos entre os jornais (BARBOSA, 2007) fica claro, já que essa notícia provem de jornais pernambucanos.

Podemos observar que os discursos eram formados pelos jornais, repetidos e legitimados pelos próprios periódicos, constituindo um ciclo de formação dos discursos, esse caráter de construção da seca delineado primeiro pelos jornais, como vimos anteriormente, com a constante referência a falta de chuvas, a natural falta de produção de alimentos que tem

por consequência a emigração, a morte, a perda dos valores morais que vão aos poucos reificando a seca, uma entidade abstrata que vai ganhando contornos concretos e metafóricos, delineando um evento singular.

Todos esses fatores são amplamente trabalhados e divulgados pelos jornais que não exploram o contexto de produção dessas falas e os seus interesses, o que o torna um tema forte e bastante eficaz para recair sobre ele questões de outros interesses - financeiros, políticos e sociais. É justamente o caráter dialógico³⁸ dos periódicos do século XIX que possibilitam e favorecem essa tessitura dos discursos, que acaba por compor uma história forte e coesa o suficiente para sobre ela trabalhar os sujeitos interessados em sedimentar uma fala específica e determinante sobre a região Norte, na tentativa de explicar, por exemplo, a miséria das províncias.

A notícia acima também nos revela que a cidade do Recife se via progressivamente cheia de retirantes que, geralmente, eram mal vistos e mesmo caçados como animais, segundo nos informa Santos (1984, p.131), “os retirantes eram tidos como seres desprezíveis, uma espécie de estorvo na existência dos ‘nobres’. Não raro, eram enxotados do convívio entre os mais afortunados”. Essa ação contra os emigrantes também está presente no romance *Os retirantes*, quando da chegada da personagem principal, Eulália, à região de serra, pois segundo um velho que dá abrigo aos retirantes:

A serra não dá para todos e nós que aqui moramos já não podemos. Fomos forçados até a impedir que subissem retirantes para cá. Daqui para baixo, para cima ninguém, que não vá de passagem. Se não fizéssemos assim, morreríamos também de fome. (PATROCÍNIO, 1973, v. 33, p. 208)

Consideramos a elaboração desses discursos estrategicamente confeccionados e compostos com um objetivo e um fim último político e social, em que o autor baseia-se nas

³⁸ De acordo com Bakhtin (1997), a fortuna e a variedade de gêneros do discurso são infinitas, já que a variedade da atividade humana é inesgotável, assim cada esfera dessa atividade constitui um repertório de gêneros textuais que, com o tempo, vão se diferenciando e se especializando. Da curta réplica do diálogo cotidiano em sua ampla diversidade temática ao tratado científico mais longo, podemos observar uma alternância dos sujeitos falantes. E, no caso das missivas publicadas nos periódicos, podemos observar *in loco* que “[...] cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva.” (BAKHTIN, 1997, p. 294)

Interessa-nos então, observar de que maneira o sujeito que fala se alastra para todo e qualquer discurso, pois tudo o que é dito e expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes muito distantes, anônimas, quase impessoais, imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala. Assim, pensamos em conceitos bakhtinianos como dialogismo, polifonia, intertextualidade, citatividade.

mais diversas fontes para compor um discurso extremo e, nesse sentido, heterogêneo. Chartier (2002, p. 22) afirma que assim a representação “transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata”. O discurso sobre o fenômeno climático de 1877 mascara-se sob dissimulações necessárias, como a notícia vista anteriormente, abordando questões econômicas, políticas e sociais, visto que os grandes proprietários de terra da região Norte viram na seca um argumento inquestionável para reivindicar suas queixas e conseguir recursos do governo Imperial. O mesmo aconteceu com José do Patrocínio, que tendo escrito um romance social, buscando ajudar os retirantes, teve sua obra “usada” como mais um agente corroborador de um discurso político, econômico e social que justificou o funcionamento de toda uma engrenagem que acabou beneficiando quem não precisava.

Esta profusão de enunciados impressos e literários do século XIX, a respeito da seca, logrou êxito, na busca dos nortistas em dar respostas aos problemas, bem como oferecer argumentos que embasassem as propostas que carregam, uma vez que esse festival de escritos, em sua heterogeneidade, serviu de base para as mais diversas reivindicações, como a obtenção de novos investimentos na região.

Até meados de 1878, o governo Imperial era controlado pelo Partido Conservador e nesse momento de agitação política, em que muitos ideais abolicionistas e, por consequência, republicanos já circulavam pelo país, as folhas utilizavam da força da palavra impressa para fazerem circular as propostas, congregando os sujeitos e formando opiniões a fim de somar forças nesse efervescente período de transição do país. Este momento pode ser observado, por exemplo, no periódico potiguar *Brado Conservador*, da cidade de Assú, de 20/04/1877, nº27, em que na sessão Correspondência, sob o pseudônimo “O Santanense”, o leitor-autor de uma carta assim se pronuncia a respeito da divulgação das diferentes ideias nas folhas políticas:

Tenho recebido regularmente o «Brado Conservador», e visto a luta desabrida, à que tem sido provocado pelos redatores do «Correio», que todos os dias perdem terreno. Quando n’uma localidade dois periódicos que sustentam ideias opostas, discutem e batem-se no terreno político, e na defesa dos princípios que professam, é belo e majestoso o espetáculo que oferecem aos olhos da sociedade em geral.

As palavras, algumas vezes cuidadosamente medidas, outras vezes desabridamente incendiárias, utilizando palavras inusitadas, com sentidos dúbios e ataques verbais diretos tornam os jornais o palco de um teatro baseado no desempenho de gestos e palavras em que

letrados e não letrados são diretamente afetados pelos impressos, visto que eram lidos em voz alta. Mais uma vez vemos, de acordo com Costa (2007), os jornais são o palco de uma formação política para o Brasil.

A seca também é tema do editorial do periódico *Brado Conservador*, em que faz um retrospecto do ano de 1877, afirmando que “Uma grande seca é como uma grande guerra que, ainda depois de haver cessado, deixa após si vestígios tão pronunciados, que tarde ou nunca se desvanecem” (*BRADO CONSERVADOR*, 04/01/1877, n. 55, p. 01). O discurso dominante da seca, aquele que, segundo Albuquerque Júnior. (1988), é elevada a condição de problema central do Norte, no sentido de trazer recursos para a região, é legitimado através da síntese dos discursos necessários e inerentes a sua formação, corroborado por enunciados tais como o do órgão conservador de Assú, que politiza a seca e suas consequências, bem como por todos os anônimos, leitores-autores, que publicam cartas nos mais diversos periódicos.

Neves (2000) data do fenômeno de 1877 o nascimento dos movimentos de multidão em períodos de seca, que extrapola os limites do mundo rural para invadir o universo urbano, dito civilizado e moderno, afirmando que:

A aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento e, ao mesmo tempo, o mais poderoso meio de pressão que os retirantes trazem para o ‘cenário’ de negociação; e a fome – ou a perspectiva de passar fome – é a motivação essencial (2000, p.10).

Nesse momento, os retirantes começavam a se aperceber como uma força política detentora de direitos e a presença impactante deles nas capitais, Fortaleza, por exemplo, também atuava de forma “ofensiva” à civilização, com suas misérias e doenças, em que a cidade torna-se a arena principal do drama da seca. Ao mesmo tempo, os retirantes têm suas ações constantemente figuradas nos jornais, em que são representados e utilizados como mais um argumento em favor do discurso dominante. Como podemos observar em um trecho de uma carta publicada no periódico cearense *Os retirantes* em que são narradas as cenas duras da seca:

Consternadora miséria, espetáculo cruento de sofrimentos e agonias de um povo de bravos, desvendando á face de desbriado governo para vergonha de uma nação inteira.

Centenas de vítimas, de homens que tombaram sublimes de patriotismo e coragem aos pés do pendão auriverde, nos lagos dos pampas, aqui morrem de fome!

De fome!! (08/07/1877, n. 03, p. 02, grifos nossos)

O tema dos retirantes é representado nos seus mais variados desdobramentos e consequências, como mortes, doenças, humilhações entre outras coisas numa linguagem performática que narra o espetáculo da seca em seus íntimos detalhes para colaborar na formação da opinião pública nacional que entra numa espécie de comunhão, de irmandade com os retirantes e seus sofrimentos.

A seca torna-se um espetáculo, como o de um teatro, como podemos observar na parte em destaque da citação, e que toma as folhas dos periódicos como palco para narrar cenas fortes e brutais, próprias para prenderem a atenção dos espectadores, na qual o espaço torna-se um estereótipo da natureza árida e ardente, caracterizada pelo excesso de imagens e metáforas, pelo grande número de referências ligadas a morte em um estilo simples, mas de múltiplas repetições, de modo a reforçar a ideia de desespero e morte. Os personagens são descritos como animais a beira da morte, capazes de tudo para saciar a necessidade primeira – as indescritíveis torturas da fome. Esse era o motivo capital para explicar a corrupção, a prostituição e a imoralidade que permeava muitas das notícias publicadas pelos jornais.

Ao mesmo tempo, podemos observar na parte destacada uma clara referência à recém-terminada guerra do Paraguai (1864-1870)³⁹, em que sobressai um grande paradoxo: o sujeito resiste a uma guerra internacional para falecer por uma necessidade básica no próprio lar. A preocupação em se formar a opinião pública não se dava somente em âmbito nacional, mas também regional, na formação de um público leitor que corroborasse com esse discurso, a fim de doutrinar os sujeitos em direção a uma única explicação e solução possível para o problema. Nesse sentido, os periódicos trabalhavam com o intuito de congregiar os sujeitos em torno de suas “verdades”, utilizando os mais diferentes artifícios ficcionais e retóricos, procurando os efeitos de sentido adequados, tais como a construção imagética do tema, o uso de figuras de linguagem, o estilo simples, mas convincente das notícias e das cartas publicadas. Um discurso único e heterogêneo é difícil de conceber haja vista que ele não daria conta de todas as realidades possíveis, já que os sujeitos encontram-se em posições diferentes com objetivos diversos.

As representações literárias, as cartas em específico, foram relegadas a um segundo plano desde o século XIX para um ponto menor na hierarquia dos discursos e tido como somente ficção, sinônimo de mentira, no momento em que o Positivismo opera uma clara divisão entre discurso científico e discurso literário, em favor da própria História, que se diz neutra, com o único objetivo de captar a verdade última dos fatos. (PESAVENTO, 2008).

³⁹ Sobre este assunto conferir: CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

Neste trabalho, não concebemos nenhuma espécie de hierarquia entre os discursos aqui tratados, no sentido de que uns são mais verdadeiros que os outros. Todo o discurso, científico ou não, carrega “verdades” muito transitórias e historicamente datadas. Consideramos, portanto, válidos todos os discursos que, de alguma maneira, contribuíram para a construção da representação dessa seca para o imaginário nortista e brasileiro, pois mesmo nos dias atuais muito do que julgamos conhecer da atual região Nordeste está presente nessa representação traçada a partir da seca de 1877-79.

À medida que é transformada em problema nacional, a seca torna-se tema privilegiado de uma literatura sobre a seca, em livros, em grande parte responsável não só pela repercussão do fenômeno, mas também pela construção do *locus* da Região Norte, em específico, do que consideramos sertão, no momento peculiar da estiagem que é passada aos leitores através das imagens duras da seca e da difícil vida cotidiana do nortista com todas as privações inerentes a seca no século XIX. Essas imagens espalham-se e aparecem como o primeiro contato da população do Sul com o Norte e todas as suas dificuldades em um momento de crise. A literatura então se torna uma aliada na construção do discurso da seca e de sua “realidade” hostil e desumana, mesmo tendo o objetivo de denunciar a realidade do sertanejo e do atraso da região em relação ao antigo Sul do país, trabalhando o aspecto humano dos sujeitos.

Assim, mesmo na atualidade, quando sabemos de uma seca no Nordeste logo nos vem à mente as difíceis e desumanas imagens de romances mais conhecidos hoje, como, por exemplo⁴⁰, *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos. De modo que também procuramos restabelecer *Os Retirantes* como um romance escrito no calor do momento, ou seja, das impressões de um jornalista e folhetinista, enquanto um referencial anterior a esses romances mais conhecidos pelo grande público e trabalhado pelos pesquisadores⁴¹.

O valor da literatura para uma criação de uma imagem da seca e para reforçar valores sociais patentes é indiscutível. Com a criação de estereótipos que se tornaram clássicos, os autores colocam em evidência valores humanos tais como honra, educação, a moral e os bons costumes entre outros, questionando-os ou reforçando-os, contribuindo assim para um conhecimento considerado distorcido da atual região Nordeste. Podemos observar essa

⁴⁰ A este respeito abordaremos o romance em relação à história da literatura brasileira no capítulo 3

⁴¹ Ao procurarmos trabalhos sobre o romance de Patrocínio, encontramos trabalhos de historiadores como Frederico de Castro Neves com o artigo “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”. Disponível em <www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a05>. Acessado em 11/08/2013. Também uma dissertação na área de história, de André Gustavo Barbosa da Paz Mendes, “A invenção da terra da luz: história, literatura e paisagem (1875-1914)”. Disponível em <repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/1/8826>. Acessado em 02/09/2013.

construção de imagens nos periódicos da época, em que fazem uma composição dos flagelados e retirantes da seca, a “cruenta hecatombe”⁴², que são designados pelos periódicos como:

... as pessoas aqui chegadas de fora já comem carne de animais mortos, de gatos, cachorro, ainda mesmo com princípio de putrefação. (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03)

Em um dos últimos dias de fevereiro foram entregues aos cães os restos mortais de um indivíduo, de quem foram encontrados os pedaços.
Nas Barreiras foram encontrados um pai e um filho mortos n’uma casinha, tendo um cão pendurado e metade esfolado.
Parece que os infelizes não tiveram tempo de preparar o cão para refeição; morreram em meio do trabalho.
No Assaré um irmão matou e cozinhou uma irmã; pelo que se acha preso.
Na Soledade mataram uma burra e comeram.
Em Quincuncá uma família, conhecida por Tatús, comeu dois cavalos, e já morreu toda, restando dois doentes. (*PEDRO II*, 24/03/1878, n.23, p. 01)

Um exército imenso de famintos, andrajosos, de olhar desvairado, boca ressequida, rosto descarnado, pálidos como o mármore, verdadeiras múmias egípcias, cambaleantes, tombam inanidos e às centenas, estorcem-se em convulsões, entregam a alma ao Criador, e com os seus corpos desnudados juncam as nossas ruas, praças, arabescos e desertos caminhos, labirintados de cruces, e por onde já se não ouve, ao romper d’alva, nem o doce trinar dos passarinhos festejando o poder divinal e o aparecimento do astro-rei. (*O RETIRANTE*, 07/10/1877, n.16, p. 02-3)

... viam à beira da estrada cadáveres apodrecendo ao sol e servindo de pasto aos bandos de corvos. (*PATROCÍNIO*, v.33, p. 55)

As cenas acima são vivamente pintadas e descritas de modo a impressionar o leitor e, nesse caso, a força das palavras reside justamente no poder das imagens que suscitam, uma vez que aos leitores é retratado da forma mais “colorida” possível os sofrimentos e os horrores pelos quais os flagelados estavam passando, característica própria da figura retórica hipotipose. Um artifício que se basta a si mesmo, dado que não necessita de argumentos lógicos ou premissas anteriores, pois “... o que se joga é o poder de visualização da hipotipose, a evocação de algo de modo tão intensivo que é visualizado [e] corresponde a uma cena que se vislumbra vivamente...” (BARTHES, 1974, p. 219)

Desse modo, ao ler esses trechos, podemos imaginar os retirantes rebaixados à condição de animais, canibais, que matam outras pessoas para comerem ou que comem carne já em estado de putrefação. Nos dois primeiros trechos e no último, a santidade do corpo é

⁴² Representação de uma epístola do jornal *PEDRO II*. A Pedido. Fortaleza-CE. 31/01/1878, n. 09, p. 03.

violada e os mortos tornam-se alimento tanto para outras pessoas como para os animais, as imagens são dignas de uma cena de guerra, pois enterrar os mortos é a última despedida em que se manifesta o que as pessoas são e revelamos quem somos e como nos enxergamos, mas a seca de 1877 foi uma catástrofe em que as forças para enterrar os mortos deveriam ser poupadas, já que se contavam em um grande número, e a fome era a doença dos retirantes.

Retomando, já no penúltimo excerto, trecho de uma carta publicada no jornal *O Retirante*, acima citada, a representação é tão imagética e metafórica da multidão dos retirantes, repleta de características amplificadoras – imenso, andrajosos, desvairado, ressequida, descarnado, pálidos, inanidos, em uma enumeração gradativa e ascendente, hipérboles, que podemos compará-la a um devaneio poético do autor, tamanha a sua abstração, uma vez que se lermos fora do contexto de sua enunciação não sabemos mais sobre o que o autor está falando.

A hipotipose é um artifício retórico, claro e imaginativo, pois se baseia na declaração “imaginada” dos sentidos, assim, essas narrações e textos que enchiam as páginas dos jornais que circulavam pelo país e eram repetidos em outros jornais, em um diálogo cíclico e recorrente, começavam a acionar nos sujeitos uma imagem pronta e acabada, identificando um lugar específico – a região Norte - e um sujeito específico – o sertanejo nortista, criando em torno deles uma imagem tão forte e duradoura, que se propagou para os romances e outras formas de arte. (REBOUL, 2004)

José do Patrocínio também faz parte desse ciclo dialógico das imagens da seca, pois em seus escritos ajudou a sedimentar essa fala sobre a região, mas ele entrou para a história da literatura brasileira mais como um grande jornalista que escreveu artigos políticos marcantes do que como um romancista. Tanto que os seus romances, primeiro publicados em folhetins e posteriormente em livros, contaram com poucas edições, como o romance *Pedro Hespanhol*⁴³. Patrocínio foi um dos fundadores da Academia e ocupou a cadeira de número 21, em que colocou como patrono o amigo e jornalista Joaquim Serra⁴⁴.

A literatura compreendida a partir da ótica dos novos estudos da história cultural, que, segundo Chartier (1991), deve levar em conta o suporte, bem como os leitores e o texto, entram em cena e afirmam que compreender a literatura como linguagem é “[...] saber das

⁴³ Após a primeira publicação do romance só recentemente, em 2013, o romance foi reeditado pela G. Ermakoff Casa Editorial e encontra-se a venda online pelo site < <http://www.ermakoff.com.br/> >. Acessado dia 11/03/2014.

⁴⁴ O jornalista e abolicionista Joaquim Serra nasceu em São Luís do Maranhão, 20/07/1838 e faleceu no Rio de Janeiro, em 29/10/1888, também foi professor, político e teatrólogo brasileiro. Fundou na corte os jornais *A Reforma* e *A Folha Nova*. Ajudou Patrocínio em seus anos iniciais nos periódicos. (MAGALHÃES JR., 1972; SODRÉ, 1999).

limitações impostas a qualquer discurso, a qualquer manifestação da linguagem pelo tempo, pelo contexto, enfim, pelas condições de produção e recepção” (VILAR, 2004, p. 127).

Desse modo, a leitura do romance, das epístolas, dos periódicos e dos relatórios de províncias entre outros – nos permite conhecer, segundo Pesavento (2008), o clima de uma época, a maneira pela qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, seus valores, preconceitos, medos e sonhos, que nos permite observar características, valores, sensibilidades. A literatura “representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário” (p. 82) e não da realidade, entendendo a representação como um conjunto das formas de teatralização da vida social, tendo em vista que o representado tem que “fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe” (CHARTIER, 2002, p. 21).

Portanto, os romances de Patrocínio, em especial o romance-folhetim *Os retirantes*, apresenta-se como um precioso objeto literário que abriu uma tradição de escrita dos romances do ciclo da seca e, ao mesmo tempo, como um valioso objeto histórico, uma representação do passado, que pode nos ajudar a entender melhor as especificidades de uma época e de um contexto específico, a seca de 1877-79, bem como as lutas e os desdobramentos ficcionais ou não a ela concernentes.

CAPÍTULO II

AS MISSIVAS DA IMPRENSA NORTISTA: RETRATOS LITERÁRIOS DA SECA

Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar. Admirável invento que aproxima os ausentes dos presentes, encurta as distancias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos da amizade, nutre n'alma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva um monumento durável da afeição e ternura com que dois corações se amaram. E não é só a ausência, senão a multiplicidade dos negócios, e o grande número de relações que nos tempos modernos tem dado grandíssima extensão a esta parte da convivência social. (ROQUETTE, [1845] 1867, p. 208)

2.1 OS CAMINHOS DA ESCRITA E DA LEITURA DA ARTE EPISTOLAR

A cultura epistolar, por muito tempo, foi o principal modo de se comunicar a distância. Mas essa escrita tão necessária deveria ter suas próprias regras que seriam do conhecimento de quem precisava escrevê-las, apesar de ser uma escrita restrita aos letrados, para que seu entendimento fosse, na medida do possível, claro. Alguns desses escritos eram tão especializados, refinados e esteticamente tão bem feitos que se tornaram modelos para uma escrita, por excelência, dos ‘homens de letras’.

Segundo Barbosa (2011, p. 332), essa escrita regrada por normas de escrita antigüíssimas baseadas na oratória e na retórica é “um dos gêneros fundadores da escrita em jornais e periódicos”, assim, mais do que arquivos de textos, as epístolas constituem um meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito, bem como desde a Antiguidade até fins do século XIX, modelado enquanto um gênero literário. Assim, também devido à diversidade de temas abordados Malatian (2009) afirma que as epístolas assumiram uma dimensão educativa, sendo utilizadas na formação dos jovens devido ao seu caráter instrutivo.

Como vimos, a eleição desse *corpus* deve-se ao fato de que percebemos que no século XIX a literatura epistolar presente nos periódicos selecionados construíram as imagens da seca que, mesmo nos dias atuais, povoam os mais diversos tipos de composições, tais como os romances e as artes em geral, como a produção de quadros ou filmes. As cartas pertenciam a

uma tradição retórica clássica, um gênero com prescrições seculares que lhe são inerentes e que, no Brasil, foi amplamente difundido por meio de manuais retóricos e de civilidade até fins do século XIX, como, por exemplo, o *Secretário Português, ou método de escrever cartas*, de Francisco José Freire, publicado pela primeira vez em 1745 e que teve inúmeras reedições, também tido como o segundo livro mais presente em inventários e testamentos do Brasil Colonial (ARAÚJO, 1999).

Um manual de civilidade muito conhecido é o *Código do Bom-tom ou regras de civilidade e bem viver no século XIX*, de José Inácio Roquette (1997), publicado em 1845 e que conta com um capítulo que trata somente das epístolas – “Das cartas”. Segundo Barbosa (2011b, p. 02) em seu estudo sobre a adaptação de livros no século XIX, os autores “Desconhecendo a ideia de originalidade, [...] se pautavam pela cópia, compilação, extração e adaptação de autores e títulos consagrados, que são atualizados tanto pelas formas editoriais como pela comunidade de leitores que deles se apropriam.” Assim, um ano depois, o padre Roquette transformou o capítulo “Das cartas” em um compêndio epistolar que, em sua terceira edição, apresentava-se como o *Novo Secretario Português ou Código Epistolar*, de 1860.

Podemos perceber com Barbosa (2011; 2011a; 2011b), que a produção dos manuais epistolares esteve articulada a um projeto mais amplo de práticas de civilidade, através de estratégias textuais e práticas epistolares que, desempenhando funções tão variadas quanto às motivações que a geraram, longe de refletirem o que de fato aconteceu, demandam esforço interpretativo. E, ao oferecerem os mais variados modelos de cartas para todas as circunstâncias, os manuais epistolares retratam maneiras de narrar e imaginar o passado, expressando um modo de escrita, ratificando modelos normativos e estéticos.

Assim, compreender as diferentes práticas de escrita e leitura, seus múltiplos usos, funções e formas em que foram expressos e os modos pelos quais foram revelados nos diz muito sobre o que mudou no mundo da escrita ao longo do tempo, bem como os diferentes comportamentos associados à vida cotidiana, as mudanças que a escrita tem para aqueles que a usam e as diferentes formas de apropriação dos escritos. Logo, como bem afirma Pécora:

Compreender adequadamente os efeitos propiciados por determinado gênero letrado, aqui, significa determinar as marcas temporais desses efeitos, pois estes não são *permanentes*, no sentido de funcionar em qualquer período histórico, nem demonstram a mesma *qualidade*, do ponto de vista da variedade de recursos utilizados, da intensidade do impacto afetivo produzido ou da posição relativa no conjunto dos empregos de mesmo gênero. (PÉCORA, 2001, p. 15-16, grifos do autor)

A carta para Castillo Gómez (2002) é um artefato também capaz de representar as regras do pacto social e estudá-las possibilita fazer a história de uma prática cotidiana, em que autor e leitor compartilham um código social, o que dá uma prova do quanto somos produtos do ambiente sócio histórico a que pertencemos.

Assim, ao pensarmos nos escritos sobre a seca de 1877-79 também pensamos, em grande medida, nos periódicos do século XIX e mergulhamos numa série de textos inerentes àquela época, alguns já esquecidos da história da literatura, que compõe o suporte jornal, com seus mais variados gêneros textuais.

Os jornais do Norte, provavelmente, foram os primeiros a publicarem as notícias da seca e de suas mais diversas consequências à vida cotidiana dos sertanejos⁴⁵, assim o grande elaborador dos discursos que temos atualmente sobre esse fenômeno climático, pois nesse período, 1877-79, todos os jornais aos quais tivemos acesso⁴⁶, de uma maneira ou de outra, da simples nota embutida nas notícias gerais de uma localidade ao principal tema abordado por um poema, carta de notícias, incendiária e panfletária ou mesmo de caráter político, observamos os diversos modos de se tratar a questão da seca, principalmente como um objeto político com suas variadas consequências.

Nos jornais, observamos que a seca e suas implicações servem de pretexto para, por exemplo, atacar o atual governante, enquanto um periódico de oposição ao regime vigente, nesse sentido é interessante notar a atuação do periódico cearense conservador *Pedro II*. A administração conservadora acaba no governo do Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, em 21/02/1878, e a administração liberal começa com o presidente de província Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros, em 08/03/1878. Nossa análise na fonte começa no dia 03/01/1878 e até fins do mês de fevereiro o jornal trata a questão da seca como algo natural, no qual o governo está se empenhando em tudo oferecer aos flagelados, a partir de então percebemos que a situação dos flagelados e retirantes piora drasticamente, como notamos no trecho de carta que segue:

Aquiraz.

O estado atual d'esta vila é digno de dó! O povo está morrendo á fome! Os emigrantes passam cotidianamente aos centos para essa capital, tão faltos de forças para caminharem, que já alguns aqui tem morrido! Não há um punhado de farinha do governo que se dê a estes famintos, para aliviar a

⁴⁵ O termo é entendido aqui no seu sentido mais amplo em que, exceto o litoral, todo o restante da província na década de 1870 era considerado sertão.

⁴⁶ Conferir relação de jornais pesquisados na introdução.

fome de jejum de 2, 3 dias, que trazem do Aracaty a esta vila! A caridade particular já não pode acudir a tantos, que pedem pão! Miser o povo! Deus nos acuda.

Dizem aqui que alguns liberais, mal intencionados, desta vila, mandaram ao diretório liberal da capital uma lista das pessoas, que deveriam ocupar os cargos de autoridades policiais, entrando nela o nome de um tal Alfredo M. de S. Leão para delegado, ou 1º suplente do mesmo; além da seca, e moléstias que acabrunhão o povo Aquirense, não nos podia vir maior mal maior! O tal de Alfredo não só é bem conhecido aqui, como na capital, e em todas as partes, por onde tem andado; sem habilitação alguma, sem predicação que o recomende, sem saber bem ler e escrever, como se poderá ver na secretaria do governo, quando lá esteve engajado, pouco tempo, que inutilizou alguns registros; diz em toda a parte, que logo, que chegar sua nomeação, se há de vingar e perseguir a estes, e aqueles, uns por não lhe querer prestar dinheiro, outros por reprovarem seus disturbios e desatinos etc.; pedimos, portanto, ao justo administrador, que por sua ilustração e moralidade não consinta em tal nomeação, podendo ser nomeado, qualquer liberal que gose de alguma consideração, respeito e moralidade neste lugar, e não a um homem que não serve nem para inspector de quartelão.

Este mesmo pretendente já foi demitido, por incapaz, de alferes do corpo de polícia, e de adido a secretaria do governo.

Apontaremos aqui liberais dignos de ocupar semelhante cargo, por gozarem de estima e consideração – Os Srs. Jose Pereira Façanha, Alcides Brazil de Mattos, Simões Branquinho, Dr. José Ladisláo e João Alves de Carvalho, que prestou bons serviços na secretaria do governo, onde S. S. o Dr. José Julio foi secretario, e outros que também gozam de bons predicados; esperamos, pois, que o Exm Sr. Dr. José Julio, esculpulo e moralizado como é, não nos dará aqui mais este flagelo.

Aquiraz 27 de fevereiro de 1878.

O Justo. (*PEDRO II*, 24/02/1878, n.16, p. 04)

Esta missiva foi publicada na Coluna “A Pedido” do jornal *Pedro II*, uma carta política que é classificada como carta moral e de conselhos, ou exortatórias, com o intuito de convencer e/ou aconselhar, em que essas sugestões não são dadas a tempo e são escritas “no ardor impetuoso de sua paixão, arrebatado pela violência de seus movimentos; quando chamado por outros assuntos de sua consideração, não tem o tempo suficiente para refletir sobre o que lhe aconselha, ou enfim se estes chegam depois que inutilmente os há dado outra pessoa.” (ROQUETTE, 1860, p. 29).

Na carta, o leitor-escritor compara os males da seca com a nomeação do Alfredo M. de S. Leão, para isso usa de alguns recursos para qualificá-la, como o uso das exclamações, o enunciado pictórico “Não há um punhado de farinha do governo que se dê a estes famintos”, altamente imagético; e de outros recursos para desqualificar Alfredo, como o uso do pleonismo “... maior mal maior!”, o uso repetitivo do conectivo “sem” na apresentação das características, bem como na enumeração gradativa dos atributos negativos do sujeito. Na tentativa de convencer o grande público e mesmo o presidente da província, o destinatário

implícito da carta, de que a nomeação do Sr. Alfredo seria uma espécie de “flagelo” para a região e, ao mesmo tempo, de aconselhar o presidente da província, o Sr. José Julio, de que há outros “... liberais dignos de ocupar semelhante cargo, por gozarem de estima e consideração” (*PEDRO II*, 24/02/1878, n.16, p. 04). Para corroborar com o objetivo da carta o leitor-escritor confere alguns predicados ao presidente da província como – justo administrador, ilustrado, escrupuloso e moralizado – também com o intuito de reforçar a mensagem, pois seria um paradoxo um presidente com esses predicados nomear um sujeito como Alfredo para um cargo de autoridade policial.

A missiva é assinada pelo pseudônimo “O Justo” e dá início a uma série de cartas que, ligadas ao tema da seca somam um total de vinte de denúncia contra a gestão do presidente da província e da corrupção do governo vigente, na pessoa do Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros, Barão de Sobral, questionando a administração pública em vários aspectos. Esse pseudônimo específico – O Justo – ou seja, aquele que procede com justiça, também funciona como um argumento retórico em favor da mensagem do leitor-escritor.

O trecho que segue é de uma carta publicada na coluna “A Pedido” do jornal *Pedro II*, com o título “Ao Exmo. Sr. Presidente da província”, mais uma vez o leitor-escritor da missiva trabalha com o objetivo de sensibilizar o leitor e estabelecer certos efeitos de sentido:

Os socorros públicos que até então se distribuía em n’esta cidade, e que bem ou mal iam mantendo a vida de tantos infelizes, embora famintos e nus, cessaram e desde então para cá as calçadas das ruas que serviam para o trânsito público, transformaram-se em leito de dor dos infelizes famintos, que ao exalarem o último suspiro, preferem um bocado a voz santa do sacerdote lembrando-lhes o nome Deus!

O número de mortos nas calçadas, becos e estradas já sobe a trinta por dia, sendo que já se encontram cadáveres dispersos pelos campos em estado de putrefação, sem que uma alma caridosa lhes dê uma sepultura!

É um horror! A miséria tem atingido ao desespero n’esta época de calamidade, tem varrido dos corações humanos seus mais sagrados sentimentos – amizade, dever e gratidão não ha mais quem os revele, tudo extinguiu-se; os maridos abandonam suas mulheres, os pais, os filhos, estes a aqueles, os irmãos uns aos outros, tudo isto pela fome, e em cada ângulo d’esta cidade encontram-se infelizes abandonados, aqui um morto, ali um agonizando, sempre o mesmo quadro! (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03)

A princípio o autor afirma que a ajuda antes chegava e não chega mais a localidade e para marcar as consequências da falta de alimentos usa de construções imagéticas para chocar o leitor e culpar a administração pública como em “famintos e nus”. Ao mesmo tempo, a composição mostra-se poética e abstrata: “transformaram-se em leito de dor dos infelizes famintos”; “que ao exalarem o último suspiro”; “tem varrido dos corações humanos seus mais

sagrados sentimentos”. Metaforicamente as ruas transformam-se em hospitais e abrigos para os necessitados e os mortos são banalizados e tratados como animais que perecem a vista sem serem socorridos. Imagens que impactam a sensibilidade, com sua força comovente e evocativa, devido ao seu caráter enfático, contundente e direto.

A hipérbole, cujo significado figurado é bem maior ou menor que o próprio, não se apresenta com o intuito de enganar – já se encontram cadáveres dispersos pelos campos em estado de putrefação (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03) -, mas de levar a própria verdade, e de fixar, através do que ela diz de estranho, aquilo em que é realmente preciso acreditar (RICOEUR, 2000).

As consequências da seca transformam as pessoas em seres desprovidos de valores, aquilo que nos distingue dos animais irracionais, assim “os maridos abandonam suas mulheres, os pais, os filhos, estes a aqueles, os irmãos uns aos outros” (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03). Essa linguagem que parece simples, natural e clara afirma que a seca, naquele momento, era falar de seres humanos que se portavam como animais, mas não mostrando uma relação evidente de causa e efeito, justo pelo uso de uma escrita trabalhada e portadora de efeitos de sentidos que procuravam fixar na memória uma história regular e repetitiva – “sempre o mesmo quadro!” (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03).

A missiva política termina com o seguinte pedido: “Longe de mim o pensamento de fazer uma insinuação a V. Exc. para o triste estado de meus infelizes conterrâneos, que já nadam com a morte estampada no rosto, e pedir a V. Exc. que se condoa d’eles dando as providências que o caso exige. Creia V. Exc. no que venho te dizer.”. É assinada por “L. Cabral”, e atualmente um nome desconhecido, mas com esse sobrenome era provavelmente conhecido entre o próprio grupo político e assim demarcava uma posição entre os seus companheiros de partido.

Outra implicação para se tratar da seca é a corrupção dos agentes nomeados para a distribuição de socorros, ou seja, dos gêneros alimentícios enviados, pelo governo, aos flagelados. A denúncia de roubos por parte dos comissários da seca ou o pedido de restauração da honra e explicações com relação aos víveres são constantes. O periódico *Eco do Povo* fez tremenda guerra aos comissários, veremos mais detalhadamente a seguir, mesmo tendo vindo à luz já no fim da seca, 24/06/1879, publicando muitas matérias e cartas denunciando a corrupção e o mau uso dos alimentos enviados pelo governo, como podemos observar na notícia e na carta que segue:

Mortos á fome. – Morreram de fome, dentro do abarracamento do 1.º distrito, d'esta cidade: José Joaquim Vem-vem, casado, natural da Telha, Maria Filomena, solteira, natural do Icó, Joana Batista de Oliveira, viúva, natural da Telha, e Henriqueta Maria de Jesus, solteira, natural do Limoeiro!!!

É vergonhoso registrar-se hoje óbitos d'esta ordem, quando se gasta rios de ouro e os armazéns do governo se acham recheados de víveres!!

Chamamos a atenção do Sr. Dr. José Júlio, para um fato tão sério quanto grave. (*ECO DO POVO*, 16/07/1879, n.04, p. 03)

Aos comissários do Aracati.

Os emigrantes d'esta cidade para que os seus ecos se ergam mais alto, vem por meio da imprensa perguntar inofensivamente aos Srs. comissários Drs. Francisco Fernandes Vieira e Antônio Gomes Tavares, qual a razão de fazer essa comissão maiores despesas e deixando a morrer a fome, ao passo que a ulterior gastava menos e de nós cuidava mais?

Responda-nos.

Aracati, 27 de setembro de 1879.

Os emigrantes. (*ECO DO POVO*, 18/10/1879, n.13, p. 06)

A primeira citação, uma notícia, informa a respeito de mortes ocorridas no abarracamento, lugar onde se reuniam os necessitados em busca de abrigo e alimentos do governo e, ao mesmo tempo, questiona a distribuição de víveres por parte dos comissários, clamando a atenção do presidente da província numa denúncia que espera ser apreciada e investigada. Já na segunda parte, uma carta publicada na coluna “A Pedido”, também questiona os procedimentos de determinados comissários, comparando-a à anterior e intimando-a a responder também pelo jornal, numa tentativa de coagir os comissários.

Ambas as composições, a notícia e a carta, colocam em evidência a morte de pessoas devido à fome e eram muito comuns nos jornais, como podemos observar em alguns exemplos: “Até hoje ainda não tivemos a mais pequena chuva, e o pobre povo já começa a morrer á fome.” (*A LIBERDADE*, 08/03/1877, n. 19; p. 02-3); “Já cinco pessoas foram arrebatadas pela voracidade da fome!...” (*O RETIRANTE*, 16/09/1877, n. 13; p. 02); “O morticínio ocasionado pela fome, continua; sepulta-se diariamente no cemitério publico, nas estradas e até nos cemitérios onde sepultaram-se em 1862 os coléricos, de 18 a 30 pessoas!” (*PEDRO II*, 02/02/1878, n. 10; p. 03); “Há pais que por sua miséria tem abandonado seus filhos, de sorte que as ruas vivem cheias de meninos e meninas no estado mais pungente que se pode imaginar. Há mulheres que vivem nuas e morrendo á fome!!” (*A OPINIÃO*, 01/11/1877, n. 53; p. 02-3).

A violência da fome e de suas consequências no corpo humano são explorados em seus mínimos detalhes de modo a causar o maior impacto possível no grande público, a

notícia do *Eco do povo* coloca lado a lado duas descrições bem diferentes – a de mortos e de um armazém “recheado de víveres” -, esses enunciados são pictóricos, uma vez que se prestam a ser representados visualmente, com detalhes significativos que colocam em evidência dois lados opostos – a dos necessitados e daqueles que podem ajudar, mas não o fazem. Assim, mesmo em uma notícia, verificamos que o editor usa da palavra trabalhada, como na metáfora “quando se gasta rios de ouro” (*ECO DO POVO*, 16/07/1879, n.04, p. 03), que também podemos considerar pictórica, pois gera a imediata produção de imagens que enriquecem a mensagem e produzem maiores efeitos de sentido sobre os leitores.

Esse e os exemplos de cartas vistos anteriormente revelam o poder enfático da palavra escrita em seus detalhes significativos, como no uso do ponto de exclamação, apropriado na identificação de sentimentos fortes, com a função de representar, na escrita, a entonação de exclamação de um enunciado, o que confere mais sentidos a composição.

O artifício retórico utilizado pelo autor da missiva é o anonimato, com o uso do pseudônimo “Os emigrantes”, o que garante a liberdade de expressão e, nesse caso, o escrito ganha uma dimensão coletiva de cobrança dos poderes públicos, uma vez que coloca a pergunta na boca do povo de modo informal e a questão de autoria perde a importância, pois a quantidade de emigrantes era grande e mesmo as pessoas de posses costumavam migrar para as grandes cidades. A identificação dos autores das cartas não é um trabalho fácil, pois:

Uma das razões, a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento. Por isso o uso mais sistemático do artifício encontra-se em escritos amorosos, políticos, em debates e contendas pessoais. (BARBOSA, 2007, p.33)

Ao mesmo tempo, o uso do pseudônimo como uma regularidade prática e discursiva, pelo seu uso sistemático, também pode ser compreendido como sendo o suporte jornal o responsável pela credibilidade e confiança naquilo que é publicado, pois ainda de acordo com Barbosa (2011a, p. 272) “os pseudônimos dos periódicos brasileiros traduzem com bastante propriedade a posição destes em relação ao presente histórico, aos acontecimentos políticos e sociais, bem como a linha do jornal”.

Nas cartas do periódico *A opinião*, com relação às missivas sobre a seca, encontramos os pseudônimos “L.”, “Justus” e “O Sertanejo”. As outras cartas desse tema são extratos geralmente apresentados como sendo de “um amigo”, o que, como vimos, também confere credibilidade ao escrito. Já no jornal *O cearense*, contamos três pseudônimos: “Um

Observador”, “Um pacatubano” e “Um lancheiro”. No *Eco do Povo*, temos “Um pernambucano”, “M. F.”, “Os emigrantes”, “Um do povo”, “Lelê”, “Um vigia da estação”, “A.”, “Um emigrante de Arronches”, “O sentinela”, “Malacaba”, “Os retirantes”, “Os amigos do povo”.

Segundo Carvalho (2012), o Brasil passava por um intenso momento de construção da nacionalidade, em que cabia a elite brasileira a tarefa de construir o novo Estado, nesse momento a imprensa funcionava como uma espécie de arena política, uma vez que a grande maioria das folhas era vinculada a partidos ou políticos. Desse modo, o uso desses pseudônimos, marcadamente populares, conferiam determinadas características a esses jornais e, conseqüentemente, ao programa político ao qual o periódico era associado, o que surgia como uma prerrogativa da preocupação do partido com o povo, embora naquele momento o país não possuía um povo no sentido de povo político.

Também podemos perceber que o uso dos pseudônimos manifesta-se como um artifício retórico, segundo Lausberg (2004), como uma das estratégias da *dissimulation*, que se apresenta de muitos modos, pois a probabilidade de uma carta ter sido escrita, de fato, por algum emigrante é a mesma de ter sido escrita, por exemplo, pelo editor do jornal. Podemos perceber uma aparente unidade nos pseudônimos acima apresentados, uma vez que as cartas da seca são, geralmente, de notícias sobre as conseqüências da seca com pedidos de ajuda. Notamos que os autores conferem uma nova configuração aos seus escritos através dessas assinaturas, estabelecendo um lugar – a posição de retirante, de uma pessoa do povo, e, por conseqüência, daquele que necessita da ajuda governamental; instituindo um grupo – os emigrantes, os retirantes; e, por fim, dando voz a essas pessoas que, de modo geral, estão abandonadas.

Os outros periódicos pesquisados também tratam sobre o assunto, defendendo ou denunciando os comissários da seca por roubo e corrupção. Mesmo no romance de *Os Retirantes*, observamos a má fama dos comissários, que trocavam comida pela honra das moças ou vendiam os alimentos que deveriam distribuir de graça, assim os representa o romance:

Profundamente beato, o comissário misturava às suas frases consoladoras as mais comoventes máximas do catolicismo, de modo que toda a gente acreditava que nele se ocultava o arcabouço de um futuro santo. (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p. 245)
[...]

De si para si o hipócrita julgou seguro o êxito da sua baixa e criminosa empresa: conseguir pelo terror a desonra da família Queiroz. (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p. 252)

Podemos observar a representação da força de um discurso junto aos seus expectadores no romance de Patrocínio, em que novamente a religião é utilizada como um argumento retórico na persuasão de outras pessoas, nesse caso, o comissário quer convencer a família da personagem Eulália de que é uma pessoa digna de confiança.

A seca também foi tomada como justificativa para a criação de um jornal cearense - *Os retirantes*, dizendo-se “Órgão das vítimas da seca” (*OS RETIRANTES*, 01/07/1877), que veio a luz em 24/06/1877, com o intuito de combater a administração provincial do liberal José Júlio de Albuquerque e Barros, conhecido como Barão de Sobral, como veremos mais adiante. Observamos assim, que a seca transformara-se em justificativa suficiente para a criação de uma folha de circulação semanal na capital do Ceará. Antes um fenômeno climático, por fim um discurso elaborado de domínio público.

As cartas e matérias dos jornais sobre a seca de 1877-79, clivadas pelo olhar tanto dos editores quanto dos leitores-escritores dos periódicos, que “... descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19), produziram diversos sentidos com os mais diferentes objetivos, principalmente políticos, econômicos e sociais. Desse modo, estudar as cartas em sua estrutura narrativa acarreta conhecer suas partes discursivas, considerando seus significados, buscando sua temática, objetivos, impactos, sentidos, entre outros aspectos.

Entender as cartas sobre a seca em seus mais diversos desdobramentos como a questão da falta de água, de gêneros alimentícios e das epidemias decorrentes dessas carências, bem como a questão dos retirantes e da violência, em parte na busca da sobrevivência do mais forte, apenas como documentos informativos desprezando seus conceitos teóricos seculares é muito crítico, pois deixa de se levar em consideração uma série de elementos fundamentais para a compreensão de um discurso historicamente datado, que deve estar ciente dos “[...] contrastes no campo da linguagem, dos estilos de pensar, dos modos de discurso, das práticas retóricas.” (CARVALHO, 2000, p. 127)

Mas, de acordo com Silva (2009), a tendência de nossa crítica é a de relegar a carta simplesmente para o campo da informação, não a identificando como um gênero, mas como uma impressão dos acontecimentos, um testemunho ambíguo e controverso da história e não como uma operação que busca compreender “como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a

construção de um *texto* (uma literatura)”, devem estar atrelados ao presente de sua enunciação, numa “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. (CERTEAU, 2006, p. 66, grifos do autor)

Pécora, no prefácio do livro *A arte de escrever cartas*, de Emerson Tin (2005), afirma que a compreensão das cartas como mera fonte de informação é mentirosa, pois desconsidera as disposições que tomam os

[...] documentos epistolares, muitas vezes lidos ainda ingenuamente como informação direta neutra, de conteúdo denotativo e referencial simples, como se as prescrições de gênero, algumas delas seculares, fossem apenas transparências frágeis facilmente penetradas pelo olhar superior do crítico contemporâneo. Nada mais enganoso. (PÉCORA in TIN, 2005, p. 12)

Assim, não podemos pensar numa pretensa naturalidade e simplicidade da escrita epistolar, como se ela não fosse carregada de uma teia de significados em que a própria forma estrutural da missiva não seja significativa de sentidos, que excedem seu aspecto visual, e culminam em conteúdos definidos historicamente através de sua retórica.

As cartas analisadas e observadas nas nossas fontes – os jornais supracitados⁴⁷, apresentam modificações daquelas prescritas pelos manuais, desenvolvendo novos padrões de escrita epistolar, que começam a se delinear por se encontrarem neste suporte em específico. Mesmo assim, segundo Barbosa (2011a, p. 277) “as regras da retórica, entre elas a da escrita epistolar como atividade regrada e artificial, que prevê um auditório, não está totalmente fora de propósito e permanece, com mudanças próprias aos gêneros, nos periódicos.”.

Desse modo, graças ao caráter mutável do gênero dinâmico e versátil que eram as epístolas nas mais diferentes situações e contextos, podemos observar nos periódicos como essa escrita moldou-se as necessidades de uma época, selando um comprometimento da linguagem das folhas com o presente de sua enunciação, bem como com sua comunidade de leitores, por meio dos artifícios retóricos e da linguagem figurada como um modo de escrever e de se ler de uma época no suporte jornal.

As cartas eram divididas de acordo com três gêneros de causas, tradicionais da retórica: demonstrativo, que consiste no elogio e no vitupério, ou seja, elogiar ou depreciar uma pessoa, um objeto ou um lugar; deliberativo, que compreende muitos tipos de cartas, como as persuasivas, as de conselhos, as exortatórias e não-exortatórias, as que pedem por

⁴⁷ Conferir relação de jornais pesquisados na introdução.

uma pessoa ou algo entre outras e, por último, o judicial, em que suas funções mais importantes são a de acusação e defesa de uma pessoa ou de uma ação. (FREIRE, 1823)

Com Freire (1832) e Roquette (1860), compreendemos que os extratos das cartas, encontrados nessa pesquisa, de modo geral, são marcadamente de gênero deliberativo, pois é próprio desse gênero a tentativa de persuadir o leitor da utilidade de suas afirmações, bem como de pedir ou convencer o público leitor, com eficácia, da veracidade de suas informações. Segundo Roquette (1860), as epístolas que oferecem informações sobre determinadas pessoas ou lugares podem ser chamadas de cartas de participação ou notícia, pois:

Nestas cartas é onde mais se emprega a narração; [...]
Também nestas cartas podem muitas vezes entrar as descrições de lugares, sítios, edifícios, objetos materiais e inanimados, exterior de uma pessoa, seu caráter moral, etc., e para que estas descrições sejam interessantes devem ser verdadeiras, fieis, animadas, isto é, devem pôr-nos a vista o objeto que descrevemos com tanta pontualidade e retratado tanto ao vivo que pareça que o estamos vendo. [...] que a esta forma de representar o objeto dão os retóricos que vale o mesmo que evidência. (ROQUETTE, 1860, p. 404)

Nos jornais, a identificação desses tipos de cartas é simples. Durante este trabalho, já verificamos vários trechos de cartas que correspondem a esse modelo epistolar. Ainda segundo Roquette (1860), as cartas de participação ou notícia são divididas em três espécies: simples participação ou notícia, que versam sobre os negócios familiares ou públicos; narrativas, que narram um fato ou fatos acontecidos que ouvimos ou presenciamos; e, por fim, descritivas, que descrevem pessoas ou coisas que observamos.

As composições literárias narrativas e descritivas são as mais numerosas e variadas, pois “... seu estilo pode elevar-se até a poesia descritiva.” (ROQUETTE, 1860, p. 405). A seguir temos mais um exemplo de extrato epistolar que, segundo os preceitos de Roquette (1860), é descritiva, pois trata de relatar, detalhadamente, as condições da cidade de Campina Grande:

Campina Grande: - Desta importante localidade escreve-nos um amigo, em data do 2 do corrente, o seguinte: -
«Cresce a emigração; acabou-se a depósito de víveres; o povo está em desespero; os gêneros sobem de preço, e de uma maneira espantosa; as chuvas não aparecem; nos dias de 5ª e 6ª feira, nos currais e feira de gado, vê-se para mais de 1.000 emigrados; no dia 28 p. p. um sertanejo, que não se pôde conhecer, deu duas facadas em um soldado do destacamento; os criadores de gado fazem grandes soltas nos terrenos de plantação, e não ha autoridade para os conter; acham-se presos os Barros, pai e filho, criminosos

pelo morte do Hyppolyto Cassiano, de Fagundes...» (A *OPINIÃO*, 08/07/1877, n. 21, p. 02)

As notícias sobre a cidade são dadas de modo geral e sucinto, com ornamentos enfáticos e persuasivos no uso de elementos que nos remetem a uma gradação progressiva de acontecimentos amplificados – “cresce... acabou-se... o povo está em desespero... de uma maneira espantosa... não há autoridade para os conter ...”, em que a ideia de desespero e desesperança continua forte, principalmente nas ações do governo.

Neste caso, o editor fez a seleção de um extrato de carta em que o leitor-escritor não utilizou de metáforas e comparações e essa ausência pode igualmente ser interpretada como uma tentativa de tornar literal a descrição, mesmo com a capacidade da linguagem de supostamente nos fazer ver as imagens por meio de sua expressiva visibilidade e descrição.

As cartas são divididas, segundo o Anônimo de Bolonha, que escreveu as *Rationes dictandi*, em: *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*. A *salutatio* é concebida como uma cortesia amistosa entre as pessoas envolvidas, seriam as qualificações ou os adjetivos que tem por objetivo agradar o destinatário. A *captatio benevolentiae* seriam os recursos retóricos, os artifícios para chamar a atenção do destinatário. A *narratio* é a apresentação dos fatos que devem ser breves e claros. A *petitio* é a parte em que o autor tenta pedir alguma coisa e, para isso, existem nove formas prescritas e, por último a *conclusio* que é a passagem que termina uma carta. É importante salientar que não é obrigatória a presença de todas as partes. (TIN, 2005)

O trecho de carta supracitado privilegia a *narratio*, a exposição dos fatos, aparentemente objetiva, mas sempre orientada segundo as necessidades do leitor-escritor, nesse caso, de modo abrupto, sem preâmbulos, começa a enumerar uma série de acontecimentos da cidade. Podemos entender essa tática como mais um modo de impactar os leitores, o grande público.

Nessa confecção de uma notícia a partir do extrato de carta, podemos observar que o nome do autor não é importante para validá-la, pois, segundo Barbosa (2007), nos jornais do século XIX não havia espaço físico privilegiado, já que a palavra escrita vale mais que o nome do autor, uma vez que “uma coluna pode abrigar tanto textos célebres, de autores canônicos, como outros de anônimos.” (BARBOSA, 2007, p. 35)

Outro ponto de análise é o caráter dialógico e polifônico das missivas, em que nos interessa observar de que maneira o sujeito que fala se alastra para todo e qualquer discurso.

Nessa perspectiva, pensamos os conceitos bakhtinianos fundamentais como dialogismo, polifonia, intertextualidade, citatividade, mantendo a dimensão de incompletude do autor pelo conceito de vozes aí instaurado. Assim, as palavras ou ideias de outras pessoas que costumam os discursos dos sujeitos, como condição discursiva, de modo que as vozes elaboradas, citadas, assimiladas ou mascaradas que se misturam de modo a fazer-se ouvir ou ficar nas sombras autoritárias de um discurso monologizado, único. O discurso, uma forma histórica e falante, faz-se ouvir através de muitas vozes, estabelece uma atitude dialógica, na qual os múltiplos sentidos, disseminados entre as vozes podem se manifestar.

De acordo com estes pressupostos, passaremos a mais interpretações das missivas da seca de 1877-79, publicadas nos periódicos já elencados, enquanto composições historicamente datadas, portadoras de certos sentidos para os leitores da época, mas que tentaremos resgatá-los enquanto objetos retóricos com séculos de especialização e refinamento linguístico, levantando possíveis leituras do documento (PÉCORA, 2001) a esses artefatos culturais nesses diálogos inconclusos.

Apresentamos a seguir uma tabela que contém os títulos e uma síntese das características dos jornais que compõem a fonte de nossas pesquisas sobre a seca no Dezenove.

Tabela 1 – Jornais, suas características e *corpus*.

Jornal	Local	Linha editorial	Números investigados	Período de investigação	Número de cartas/extratos seca
Liberdade	Crato-CE	Órgão do Partido Liberal	63	05/01 – 29/06/1879	03
A Opinião	Parahyba-PB	Órgão do Partido Liberal	33	17/05 – 02/12/1877	22
A União Liberal	Parahyba-PB	Órgão do Partido Liberal	13	21/01 – 29/04/1879	02
Brado Conservador	Cidade do Assú-RN	Periódico conservador	50	05/01/1877 – 07/09/1878	11
Diário de Pernambuco	Recife-PE	Órgão oficial do governo de 1866-1891	300	02/01/1877 – 31/12/1877	17

Eco do Povo	Fortaleza-CE	Dizia-se órgão da opinião pública	19	24/06 – 21/12/1879	10
O Cearense	Fortaleza-CE	Órgão do Partido Liberal	63	05/01 – 29/06/1879	12
O Conservador	Parahyba-PB	Órgão do Partido Conservador	01	Único exemplar de 27/06/1877	--
O Liberal Paraibano	Parahyba-PB	Órgão do Partido Liberal	32	15/05 – 29/10/1879	--
Pedro II	Fortaleza-CE	Órgão do Partido Conservador	93	03/01 – 25/12/1878	45
O Retirante	Fortaleza-CE	Dizia-se órgão das vítimas da seca	35	01/07/1877 – 24/03/1878	24

2.2 As cartas da seca: notícias literárias e históricas dos “anos malditos”

Observamos, nas cartas analisadas, que as prescrições retóricas, entendidas aqui como arte ou técnica de escrever de forma eficaz, persuasiva ou comovente, em que, por exemplo, a escolha do gênero do discurso, judiciário, deliberativo e demonstrativo, como vimos anteriormente, bem como o uso das figuras de retórica, ou seja, aquelas que desempenham papel persuasivo são de fundamental importância na composição desses escritos, visto que influem nos efeitos de sentido pretendidos pelo seu autor.

Nesse sentido, o próprio tema da seca tornou-se, a partir do fenômeno de 1877, um grande tema, uma Tópica retórica que, segundo Barthes (1985), é uma reserva de estereótipos, de temas consagrados, colocando-se como tema obrigatório, acompanhado de um tratamento fixo, do mesmo modo que a Tópica da paisagem ideal, devendo da mesma maneira basear as provas na natureza do lugar em que se passara a ação e “[...] a paisagem destaca-se do lugar [...] a paisagem é o signo cultural da Natureza.”, tornando-se um tema reificado. (BARTHES, 1985, p. 69)

A seca também serviu de tema para se discutir ou se levantar uma série de outras questões ligadas a esse momento específico, como o caso das comissões de socorros públicos, que lidavam diretamente com o que era enviado pela ajuda governamental – alimentos e

dinheiros, por exemplo. O fenômeno climático também serviu de base para a criação de um periódico específico – *Os retirantes*, que se dizia um órgão em benefício das vítimas da seca. Mas o discurso sobre esse fenômeno não é heterogêneo, pelo contrário, esse discurso é múltiplo, complexo, controverso e, por essa razão, é na dispersão das regularidades práticas, sejam elas escritas ou visuais, que a invenção da seca no século XIX obteve sucesso.

2.2.1 O caso das comissões de socorros públicos

Já no início de 1877 com o primeiro alarme da seca que se aproximava começaram as reivindicações dos governos e representantes provinciais. A situação financeira das províncias aqui estudadas era péssima, como vimos anteriormente. A ação do governo imperial nos períodos de seca dava-se pelos conhecidos socorros públicos que tinham um caráter puramente assistencial, quase caritativo, com a distribuição de gêneros alimentícios e remédios.

Segundo Ferreira (1993), foi com essa seca que se deu o nascimento de uma “indústria da seca” que atuava em dois níveis: local, com os desvios de verbas e gêneros alimentícios; e um nível mais amplo em que os representantes nortistas aproveitavam e usavam a seca como meio de conseguir investimentos governamentais na região. Essas afirmações, principalmente no que diz respeito aos desvios locais são amplamente discutidos na imprensa, para acusar ou defender os comissários da seca, pessoas nomeadas pelo governo para distribuir os gêneros alimentícios aos flagelados, ou com o intuito de realizar uma espécie de prestação de contas por parte dos comissários.

Nesse sentido, o órgão cearense *Eco do Povo*, dizendo-se órgão da opinião pública, o que é difícil de acreditar, uma vez que raramente um jornal conseguiu se sustentar unicamente de seus anúncios no século XIX, mas costumavam pertencer ou serem financiados por agremiações partidárias, dentre as dez cartas encontradas na pesquisa, oito tratam do comportamento dos comissários de socorros nas folhas de seu jornal, como podemos observar no extrato de carta que segue:

Maranguape. – Escrevem-nos d’ali em data de 21 do corrente:
«A migalha de socorros que o Sr. Dr. J. Júlio remete para esta localidade, em lugar de ser distribuída pelos necessitados, é absorvida pelos felizardos.
[...]
(ECO DO POVO, 28/11/1879, n.17, p. 02, grifos nossos)

Os comissários, tomados como felizardos, são colocados como os responsáveis pelo roubo da “migalha de socorros” enviadas pelo governo da província. Novamente a escolha das palavras influi sobre os efeitos de sentidos pretendidos sobre os leitores da folha, com o uso da hipérbole – “migalhas”, e alegoricamente eram chamados de “felizardos”, mas que significava ladrões e corruptos. Essa mesma concepção sobre os comissários está presente no romance *Os retirantes*, de Patrocínio, como podemos observar:

Em outubro de 1877 *a improbidade* ostentava-se já na província com o *desavergonhamento dos cães vadios* e havia comissários do governo que podiam zombar da calamidade, que torturava a população, *porque tinham-se locupletado bastante para atravessá-la*. (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p.11, grifos nossos)

Pouco depois do início da seca, pois temos a marca temporal de outubro de 1877, uma perífrase que, segundo Lausberg (2004), encontra grande favor na expressão de dados cronológicos, os comissários da seca eram tidos metaforicamente como “cães vadios”, já que foram os que mais se beneficiaram com a seca, que segundo o romance “... tem sido inverno para muita gente.” (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p. 171), ou seja, um período em que muitos fizeram fortuna, “porque tinham-se locupletado bastante para atravessá-la”, um sutil eufemismo.

Os comissários não eram representados só como ladrões corruptos, mas também eram responsáveis por outros crimes, entre eles o de “comprar” a honra das moças com os gêneros alimentícios remetidos a comissão ou de trocá-los em favores sexuais, como bem concebe o romance. A personagem Mundica, em sua retirada da vila de Boa Vista, acaba como amante do comissário responsável por um abarracamento, era bem tratada tendo maior acesso à comida e respeitada pelos demais retirantes só “[...] pela circunstância de ser a amante de um dos comissários.” (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p. 57). Assim, devido a sua posição conseguiu expulsar a família de Eulália do abarracamento.

No *Eco do Povo*, temos uma carta de denúncia contra um comissário de Pacatuba, publicada na íntegra (em ANEXO 08) na seção “Correspondência”, como podemos ressaltar:

Pacatuba, 24 de novembro de 1879.
Sr. redator do Eco do Povo. – Com quanto tenha o seu jornal publicado diversos artigos sobre a comissão de socorros d’esta localidade, resumida no *Sr. Dr. José da Justa que tem disposto do pão do povo como propriedade sua*, distribuindo-os por seus trabalhadores e protegidos; peço-lhe a

publicação das seguintes linhas para que todos mais se convençam do caráter de tal comissário:

Proximamente deu-se no armazém dos ditos socorros um caso digno de menção, que deve sair a público para comprovar a falta de caridade do Sr. Justa, e é o seguinte: Existem no Rio Formoso d'este termo umas viúvas indigentes oneradas de família, cujo filho de uma d'elas, de menor idade, dirigiu-se ao armazém de socorros á ter-se com o comissário Joaquim Eduardo para dar uma esmola á sua mãe e este tendo inteiro conhecimento da infeliz e julgando-a digna de auxílio houve o saco do menino onde depositou *três litros* de farinha e no ato de entrega-lo ao menino o Sr. Justa que se achava presente, *violentado da perversão e feroz como o leão* avançou ao comissário e tomando-lhe o saco fez despejar a farinha, anunciando que não consentia dar-se *três litros* de uma vez! O Sr. Eduardo, posto sua idade ainda nova, com toda a prudência e energia fez-lhe sentir na ocasião de seu *ato negro e desumano* que acabava de praticar, terminando a não se envolver mais em negócios da comissão, porém, a pedido de alguns seus amigos acedeu e se acha funcionando a fim de evitar fúnebres consequências na indigência.

[...]

[...] todos homens robustos que bem podem ocupar-se em serviço particular, ao passo que estes diariamente ganham pela tabela do Sr. Justa – de 15 litros, para cima, de legume, enquanto *considerável número de velhos, viúvas, órfãos e cegos vive á falta do alimento que o governo propriamente lhe destinou!*

Se o Exm. presidente da província não demitir a esse perdulário dos socorros, ou se não fazer-lhe sentir os seus maus atos, em breve verá a decisão de um grande numero de vítimas, cujas sepulturas a orla de sua coroa presidencial.

Um do povo. (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 3)

Em nosso *corpus* do jornal *Eco do Povo*, temos duas cartas publicadas na íntegra que tratam do comissário José da Justa. A missiva acima é composta de tal modo, que leva os leitores a concordarem com suas afirmações, e o leitor-escritor se propõe a traçar o caráter do referido comissário, enquanto um homem corrupto, que dispõe “do pão do povo como propriedade sua”, só o distribuindo a seus protegidos. Assim, a seca tem outro modo de se tornar um objeto político, de compra de votos, por exemplo. Ao mesmo tempo o comissário é comparado metaforicamente a um leão não só devido a sua ferocidade, mas como o dono da situação, o “rei” do lugar.

Temos também o comissário como um líder que possui mais de 40 empregados que recebem mais comida do que muitos “velhos, viúvas, órfãos e cegos”. As escolhas das palavras e o arranjo delas em construções imagéticas como essa influenciam a leitura da missiva e criam no leitor uma espécie de antipatia, pois, como vimos, o jornal carrega em si a propriedade de conferir legitimidade ao escrito. Nesse sentido, o pseudônimo “um do povo” garante o anonimato do autor, mas também reforça a ideia de que todos conhecem os atos do comissário e que qualquer um da cidade poderia escrever ou atestar essas palavras.

A missiva pode ser dividida em quatro partes: a *captatio benevolentiae* pode ser observada nos artifícios do autor para apresentar o problema, como pedir ao redator para publicar suas linhas, bem como fazer a insinuação primeira de roubo; na *narratio* em si o autor apresenta os fatos de forma clara e para reforçar apresenta um exemplo da conduta do comissário, para tanto faz o uso das palavras corretas para influir no leitor os efeitos desejados; e na *conclusio* apresenta a *petitio* diretamente ao presidente da província, lembrando, ou ameaçando, com os males que acontecerá caso o comissário continue com seu trabalho.

A esse tipo de composição, Roquette (1860) define como sendo carta de repreensão ou vitupério, em que é necessário usar de meios mais fortes para coibir o mal e para:

[...] fazermos ver aqueles a quem temos o direito de dar conselhos que não só desaprovamos sua maneira de proceder, mas que empregamos a repreensão como um remédio que somos obrigados a recorrer para desviar um mal que se há feito notório e de que resultam gravíssimas consequências. A linguagem em tais cartas deve ser grave, refletida, mais severa que nas de conselhos e tanto mais enérgica quanto for mais consequente o assunto sobre que ela versa [...] (ROQUETTE, 1860, p. 71)

Nesse tipo de composição também se pondera sobre a gravidade do mal feito e de suas consequências – “em breve verá um grande número de vítimas, cujas sepulturas a orla de sua coroa presidencial” (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 3), como um modo de alertar o leitor de modo mais eficaz.

A segunda missiva que também disserta sobre o comissário da seca, o José da Justa, publicada na seção “A Pedido” (ANEXO 09), trata a respeito de roubo de gêneros alimentícios. Na carta, o autor defende os empregados da estação de trem, que devem ter sido anteriormente citados em algum periódico como os responsáveis pelo roubo dos gêneros destinados aos flagelados da localidade de Pacatuba, bem como o chefe da estação que estão sendo “injustamente” acusados de roubar os víveres. O autor ainda joga a culpa no comissário da seca, pois “Todos sabem que depois de entregues os gêneros para serem conduzidos para o depósito dão-se os maiores abusos, os maiores escândalos. Aparecem verdadeiros abutres, filhos adotivos do ilustre comissário, que devoram em poucas horas o pão dos indigentes.” (*ECO DO POVO*, 11/12/1879, n.18, p. 04).

Desse modo, o autor coloca o comissário, bem como os seus protegidos ou amigos, novamente no grupo dos ladrões, como na missiva analisada anteriormente, comparando-os a abutres. Essa mesma comparação também é feita na carta intitulada “Tamboril” (ANEXO 04),

anteriormente analisada. Os comissários enriquecem e se alimentam com a morte alheia, pois é isso que o roubo e o desvio dos gêneros causam aos retirantes.

No primeiro parágrafo, o autor apresenta a sua indignação perante o roubo dos pobres por quem deveria ajudá-los, como podemos observar no trecho que segue:

Sr. Redator. – Não posso mais suportar os ímpetos do coração quando vejo gemer na agonia as pobres, as desvalidas e inebriarem-se no néctar esplêndido dos socorros públicos os protegidos da fortuna, os carrascos da pobreza. (ECO DO POVO, 11/12/1879, n.18, p. 04, grifos nossos)

Nesse breve trecho, embora carregado de imagens poéticas como “inebriarem-se no néctar esplêndido”, temos um eufemismo para o roubo. O autor usa de todas as táticas e artifícios para influenciar os leitores, como o uso de adjetivos – pobres, desvalidas, protegidos, carrascos, que jamais são aleatórios, qualificando os ladrões como tiranos cruéis que executam a morte dos flagelados. Ou mesmo na ironia fina “ilustre comissário” para se referir ao Sr. Justa.

A descrição do Sr. Justa⁴⁸ é de uma refinada ironia retórica, metaforicamente comparando-o ao personagem medieval D. Quixote em suas “loucuras” e na “grandiosidade megalomaniaca” de sua figura, “com ressaibos de idiotismo”, como podemos observar no trecho que segue:

Por uma d'essas fatalidades difíceis de explicar o Sr. Dr. José da Justa assumiu o cargo de comissário dos socorros públicos, n'esta vila e sua incapacidade tem-se revelado em todos os atos se a sua fisionomia denota o ridículo, se é um tipo exótico, digno de figurar na ciência teratológica; se parece ter alguma coisa de parvo um orgulho a D. Quixote, com ressaibos de idiotismo não somos nós que o dizemos. (ECO DO POVO, 11/12/1879, n.18, p. 04, grifos nossos)

Nesse momento, o leitor-escritor usa da estratégia de não ser ele quem está fazendo essa descrição, pois “não somos nós que o dizemos”, isentando-se do que é dito e ao mesmo tempo conferindo confiança ao escrito que fica como sendo de “conhecimento geral”. Ao estabelecer a relação entre o Sr. Justa e D. Quixote, o “Vigia da estação”, pseudônimo utilizado na publicação da carta, opera uma dupla operação, primeiro metafórica, entre os dois

⁴⁸ A respeito do Jose da Justa, conferimos o jornal *Eco do Povo* até o dia 01/02/1880, n. 22, encontramos mais uma carta irônica e de reclamação contra o comissário na coluna “Correspondência”, intitulada “Movimento da Pacatuba em 1º de janeiro”, publicada no dia 09/01/1880, n. 20, p. 04, e a despeito de todas as acusações feitas contra o comissário até então, ele continua trabalhando na comissão de socorros da cidade.

personagens, uma vez que a grandiosa loucura de Quixote é bem conhecida e, segunda, ao mesmo tempo afirma ter lido um dos romances mais solicitados à época (ABREU, 2003)

Já ao defender o chefe da estação do comissário, afirma que ele “[...] nenhuma responsabilidade tem com este fato. Homem laborioso, e cumpridor dos seus deveres tem sabido granjear as simpatias de todos.” (*ECO DO POVO*, 11/12/1879, n.18, p. 04). Ao afirmar a idoneidade do chefe da estação, o autor o contrapõe ao caráter do comissário, assim ele é o seu oposto – não é um trabalhador ou um cumpridor dos deveres e é um antipático. Reforça a ideia do que está dizendo ao afirmar que a conduta do comissário faz os flagelados verterem “lágrimas de sangue”, numa lembrança da dor desnecessária infligida aos necessitados.

O periódico *Eco do Povo* não foi o único a publicar cartas a respeito dos comissários, pois esse assunto perpassou todos os jornais, como denúncia ou em defesa dos comissários. Na carta intitulada “Comissão de socorros de Imperatriz” (ANEXO 07), anteriormente citada pelo seu caráter dialógico entre as folhas, podemos observar como o assunto é usado como matéria política, pois temos uma defesa do então presidente da província, o Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, que é acusado pelo periódico de oposição, o liberal *O Cearense*, por não enviar socorros a Imperatriz, como afirma o periódico *Pedro II* em sua carta de defesa, no trecho que segue:

[...]

A tática, a que recorrem, de atribuir ao Sr. conselheiro Aguiar escassez na prestação dos socorros públicos – para fazer acreditar fora da província que S. Exc. assiste impassível ao sofrimento do povo, retardando ou *regateando* os meios de salvação que lhe cumpre liberalizar, é uma lembrança infeliz, que só o espírito de *ganância* ou algum interesse contrariado – pode ter inspirado.

Com tal expediente ou se pretende dar curso às paixões partidárias, ou fazer pressão sobre o administrador da província. (*PEDRO II*, 13/01/1878, n.04, p. 02-3, grifos do autor)

Segundo o periódico *Pedro II*, ele vem defender o presidente da província porque “a leitura d’essa carta [publicada n’*O Cearense*] nos causou verdadeira indignação”. Provavelmente a carta publicada pelo jornal *O Cearense* não é assinada, pois não há nenhuma menção disso na carta do *Pedro II*, mesmo assim é digna de ser respondida, o que nos permite observar a força e o poder legitimador e autenticador do suporte jornal no século XIX, que por si só confere veracidade ao escrito.

Essa carta que age em defesa do presidente da província do Ceará é classificada por Roquette (1860) como apologética, pois

neste direito se fundão as cartas apologéticas que em própria defesa dirigimos ao escritor público, ou a outra qualquer pessoa que de palavra ou por escrito falou em nosso desabono, ou nos imputou ações que não fizemos, e por quem foi mal julgada nossa conduta ou menoscabada nossa reputação. (ROQUETTE, 1860, p. 346)

Observa-se que a missiva é assinada por “Dagoberto”, e atualmente não temos como saber de quem se tratava, mas provavelmente era correligionário do partido do presidente da província, Sr. Aguiar, ou mesmo trabalhava no setor público, uma vez que na defesa ele afirma que “Com tal expediente ou se pretende dar curso às paixões partidárias, ou fazer pressão sobre o administrador da província” (*PEDRO II*, 13/01/1878, n.04, p. 02-3).

No jornal *Eco do Povo*, também encontramos duas cartas intituladas “Carta de Lelé a seu compadre José Badejo”, publicadas em 28/11/1879 (ANEXO 10) e 21/12/1879 (ANEXO 11), de uma ironia retórica requintada. Na primeira carta, o autor assim a começa “São tantas as curiosidades aqui, que não sei por onde comece. Mas como devo principiar por alguma, dou entrada a aquela que mais tem prendido o público.” (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 02). A partir daí começa a contar o que se passa nos arredores da cidade de Aracati, como podemos observar no trecho que segue:

- Hordas de vândalos que, não tendo ocupação durante o dia, aproveitam *as sombras da noite* para darem expansão às *malversações que lhes sugere sua ociosidade*; quadrilhas de pinkistas⁴⁹ crapulosos, que sem temor a Deus, nem respeito a sociedade, só procuram saciar seus instintos brutais; - *falanges sectárias do Deus baco, cujo código de sua religião é a torneira de uma pipa, ou o gargalo de uma garrafa.....*
- Atiram-se, como *nuvens de vampiros*, sobre aquela planície onde se acham tantos *milhares de vítimas do açoite de Deus*, que gemem sob a pressão de tamanhas misérias, e que n’essas caladas horas da noite ainda tem de ser vítimas d’essas hordas de celerados, que ali fazem as mais estroinadas correrias praticando *atos infames, insolentes e horríveis que gela o sangue*,

⁴⁹ Segundo nos informa o jornal *Eco do Povo* (04/11/1879, n. 14, p. 02), pinkista:

“É o nome de uma terrível seita que se está organizando entre nós, mais perigosa do que os *niilistas* russos, pois que está de posse de grande parte do funcionalismo e conseqüentemente da força pública; a qual tem por divisa fazer guerra a honra das donzelas e famílias indigentes, aos dogmas de qualquer religião que tenha por base a moral e o amor próximo, e especialmente ao *tesouro nacional*.

Os estatutos estão sendo organizados pelo Sr. Quadros, na parte *financeira*, segundo nos informam.

É escusado dizer que o célebre *especialista* Julios Pinkas é o grão mestre da desordem e a soldadesca que lhe serve de guarda-costas em suas excursões noturnas atesta-lhe a *proeminência*.

Em guarda, pois!” (grifos do autor)

que contrista a alma, que espanta, que horroriza a sociedade dos homens de bem. (ECO DO POVO, 28/11/1879, n.17, p. 02, grifos nossos)

Neste trecho, podemos perceber que a carta é imagética, ou seja, a composição é rica na produção de imagens para contemplação dos fatos, em que se caracteriza a figura hipotipose e, ao mesmo tempo, poética e irônica, pois o autor sabe como selecionar e arranjar as palavras numa composição capaz de passar os efeitos de sentidos desejados pelo autor – de indignação contra esses grupos que trabalham nos abarracamentos da comissão de socorros. Como atesta o trecho “E mesmo porque aquele campo pertencia a comissão de que eram empregados, em cuja república só eles eram autoridades delegadas pela mesma comissão, e por ela estavam autorizados para fazer tudo quanto quisessem!!! Que tal?” (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 02). Nesse caso, a ironia é utilizada para com ela obter-se um efeito crítico da mensagem passada.

Desse modo, por esses trabalhadores serem ociosos, preguiçosos, passam as noites em “malversações”, agindo metaforicamente como o dedo intolerante da mão do deus Baco, também chamado como Dionísio, conhecido por suas hostilidades as forças conservadoras, pela imoderação dos instintos e pela apreciação de orgias e festas (FEILER, 2011, p. 23). A referência ao deus Baco também funciona como uma ênfase a “sem temor de Deus”, uma vez que na obra *Os lusíadas*, de Camões, ele representa a força “maligna”, que conspira contra a viagem e os feitos gloriosos dos portugueses, que representam o cristianismo e os cristãos, ou seja, o bem e o progresso.

A referência ao período noturno também é forte, tanto na alusão aos símbolos animalescos, seres inferiores quase demoníacos sempre de hábitos noturnos, quanto nas referências textuais presentes na carta - “aproveitam as sombras da noite”, nas “caladas horas da noite”, “suas excursões noturnas”, “sociedade noturna”, período misterioso gerador de mitos em que a visão diminui.

Vândalos que atacam como “nuvens de vampiros”, outra comparação muito simbólica com uma ave noturna. Miticamente, para a fé pagã, os vampiros aterrorizam os vivos porque os matam tirando a sua essência, e só conseguem sobreviver graças a sua vítima, essa interpretação baseia-se também na dialética perseguidor-perseguido, do devorador-devorado (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1989). Temos os vampiros como seres de hábitos noturnos, anticristãos, sugadores da essência humana, que agem do mesmo modo como o grupo agiu para com os retirantes, como “lobos famintos ou lobos furiosos”. Outro aspecto animalesco dos representantes dos socorros públicos, os lobos – predadores selvagens de hábitos noturnos

que, sobretudo a partir do período medieval, possuem a conotação de animal maligno, devorador de homens, mulheres e crianças⁵⁰.

Na carta, o leitor-escritor também faz relação a um momento histórico e religioso – “Há poucos dias houve aqui um quase – S. Bartolomeu”, numa clara menção ao episódio sangrento, de 23 de agosto de 1572, dia do apóstolo São Bartolomeu, de intolerância religiosa na repressão aos protestantes na França, pelos reis franceses, para se referir aos desmandos do comandante do destacamento, capitão Júlio, que ao receber uma queixa foi “prendendo a torto e a direito, e mandando dar pancadas, isto é – fazer lombo – na sua frase de tarimba.” (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 02)

Os flagelados são tidos como “vítimas do açoite de Deus” e a seca é afirmada novamente um mal inevitável, irremediável e, nesse sentido, as instâncias de poder e saber não precisam ser acionadas, assim, elas contextualizaram esse evento, a seca de 1877, em seus discursos de acordo com os seus interesses financeiros, políticos e sociais, como podemos observar na imprensa Oitocentista. O autor prossegue nomeando os grupos e seus feitos, como as orgias em que:

As cestas de cerveja se reproduzem, o vinho corre, a viola atroa e todos se envolvem no turbilhão doidejante do – baião – e nas galopadas descompassadas do – coco – tudo isto ao tempo, e sob uma nuvem de pó que como verdadeiro incenso da urgia cobre tudo, e então ofegantes, inebriados de prazer, atiram-se aos divãs d’esse *salões* ao lado de suas deusas [...]. (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 02, grifos nossos)

Desse modo, as mulheres são obrigadas a trocarem favores sexuais para receberem as rações diárias a que tem direito, pois, segundo o autor da missiva, ironicamente, – “[...] aqui só come bem quem é bonito, ou tem gente bonita. Faça ideia eu como não passo. Muito feio e mudo, sem ter filhas bonitas!...”. As festas nos abarracamentos para divertimento dos trabalhadores da comissão era uma constante e a prostituição, que antes só cabia a poucas pessoas, é agora banalizada perante a desgraça maior que é a fome, como podemos observar no trecho que segue do romance de Patrocínio:

O leilão da honra tornou-se um fato mezinho entre os desgraçados. Os maridos, os irmãos, os pais acossados pela fome entregavam esposas, irmãs e filhas à libertinagem a mais desenfreada, para dela tirarem a subsistência.

⁵⁰ As causas desta atitude parecem ter origem, fundamentalmente, na Igreja Católica, a qual utilizava o lobo como símbolo satânico, animal que punha em causa "o rebanho de Deus", ou seja, a Humanidade Católica. A grande religiosidade do povo medieval, fez com que depressa assimilassem esta ideia, dando ao lobo uma dimensão mitológica e sobrenatural, expressa em várias lendas, histórias e crenças (LURKER, 2006).

A prostituição, esta nódoa que outrora não se lavava nunca mais aos olhos do povo sertanejo, tornou-se uma coisa comezinha, a respeito da qual não se discutia. (PATROCÍNIO, 1879, v. 33, p.256-7, grifos nossos)

Os valores morais e familiares vão perdendo para os gritos da doença dos retirantes – a fome, e os homens responsáveis por ajudarem os flagelados vão se animalizando, tornando-se abutres, morcegos e lobos vorazes da miséria humana, com suas “Muambas, compra de cavalos para pandegas, por quem nunca pode possuir um, soldados á escolta de capangas, urgias sem conta onde a cerveja abunda, o vinho corre e a cachaça entontece, sustento d’esses núcleos de devassidão, *etc. e tal pontinhos.....*”. (ECO DO POVO, 28/11/1879, n.17, p. 02, grifos do autor)

É interessante notar o jogo final de palavras e de sinais de pontuação utilizados pelo autor que corrobora com a afirmação de Barbosa (2007, p. 57), de que “Os pontos e pontinhos preenchem todo e qualquer espaço e produzem sentido para os leitores dos periódicos, a ponto de suprimirem textos inteiros.”. Assim, o autor também parece deixar subentendido várias outras colocações para o leitor, que deve manter-se atento para novas informações.

Já na “2ª Carta de Lelé a seu compadre Badejo”, de início o autor faz referência ao sucesso de público que teve a publicação da primeira, como podemos observar no trecho de abertura da missiva que segue:

A minha carta passada causou grande sensação, os poucos jornais que para aqui vieram não chegaram para os que a queriam ler, rasgando-se todos pelo continuado atrito das mãos dos curiosos. Ainda hoje é ela o assento das conversações das rodas, e com quanto tivesse causado raiva aos – ananes –, todavia não deixaram de confessar que só tinha dito a verdade, contestando-se apenas a muamba dos 15 mil sacos vendidos a Levy, cujo produto dizem ter sido aplicado ao asilo das órfãs, porem quem sabe? Seria mesmo para o asilo das órfãs, ou para as Souzas do asilo? Tudo pode ser. (ECO DO POVO, 21/12/1879, n.19, p. 03, grifos nossos)

Provavelmente devido ao sucesso de publicação da primeira missiva, a segunda ganha um espaço maior no periódico, muda de seção, do “Noticiário” para o “A Pedido”, e continua em suas denúncias dos abusos cometidos pelos trabalhadores dos abarracamentos das comissões de socorros. O autor começa a contar sobre algumas retirantes pobres que já estão ricas devido aos comissários de socorros e aos gêneros alimentícios enviados pelo governo para o socorro dos flagelados:

É mais belo, porém, ver as Souzas-Alvas que *de trapilhas passaram a aristocratas, ricas* e orgulhosas conduzirem e mostrarem por pabulagem a ninharia de 200\$000 que trazem sempre nos seus abençoados bolsos, e apresentarem-se, como há pouco, em um casamento ricamente vestidas (são seis), e pagarem de uma só vez a viúva Raquel uns 30\$000 de feitio de enfeites, flores etc. (*ECO DO POVO*, 21/12/1879, n.19, p. 03, grifos nossos)

A ironia do autor é patente ao descrever as prostitutas que antes eram retirantes e flageladas, pobres e maltrapilhas, mas que nesse momento são “aristocratas e ricas” muito bem vestidas. A hipérbole irônica é empregada com a certeza de que o leitor reconhecerá a incredibilidade da expressão (LAUSBERG, 2004). O autor as chama de “Ah! Souzas!”, provavelmente numa referência e denúncia ao sobrenome de seu protetor que pode ser - Souza. Ainda existem moças honestas, chamadas de “Belas”, que são as “[...] moças pobres e honestas, e que tem sido requestadas por esses D. Juans de farinha do governo”. A ironia sarcástica recai sobre os tidos como “D. Juans de farinha do governo”, os sedutores que se apoiam sobre o dinheiro e as mercadorias enviadas aos necessitados e caso não obtém sucesso em suas investidas vingam-se “tomando-lhes um cartão de socorros”, meio pelo qual podem receber os gêneros. A ironia geral da composição se dá pelo contexto que através da *dissimulation* convém ao discurso, e que consiste na fina ironia retórica, como um efeito constituído pela concreta escolha e ordenação favoráveis ao que se quer convencer, persuadir.

Quase no fim, o autor mostra-se preocupado com o que lhe possa acontecer, mas mesmo assim ainda consegue transformar esse pensamento em ironia retórica ao assim estabelecer suas preocupações:

Diga-me: - arranjou o cantinho que lhe pedi por lá *onde um feio coma descansado*? Preciso sair quanto antes d’aqui porque os homens estão muito aborrecidos comigo, e receio mesmo alguma – surra, visto *como me meto a dizer o que ha*, e a falar das Souzas Alvas, Santas *et reliqua*, e receando que me prendam por *crime de lesa comissário*, requeira ao presidente em meu favor um *salvo conduto* para que eu possa me preparar com descanso para a minha viagem. (*ECO DO POVO*, 21/12/1879, n.19, p. 03, grifos nossos)

O autor não só retoma suas denúncias ao lembrar que as benesses do governo só são distribuídas as pessoas bonitas, que podem oferecer algo em troca desse direito, como as moças citadas anteriormente e as restantes, as quais nem sabemos, mas também utiliza da linguagem jurídica criando debochadamente um novo delito - o de “lesa comissário”, como se não fosse os comissários quem na verdade são os criminosos, para sarcasticamente expor a sua situação na cidade, pois pode ser descoberto a qualquer momento. O uso da palavra latina

“*et reliqua*” tem o intuito retórico de demonstrar o domínio da linguagem por parte do autor e também do código retórico para a escrita epistolar, como um artifício que engrandece a composição. A sua utilização ocorre precisamente no momento em que o autor apresenta uma mistura de denúncia e um “pedido de ajuda”, nesta ocasião ele utiliza um recurso retórico caro ao século XIX, como fiança de seu conhecimento.

Com relação ao seu anonimato, afirma que a sua carta “foi atribuída a diversos: - Chico Fogo, Gustavo Brigido, Dr. Câmara, Raimundo Malveira, Raimundo Peixoto e outros, como se eu não soubesse escrever! Que parvos! Vingo-me porem d’eles contando-lhe o que por cá tem havido, e o que for aparecendo.” (*ECO DO POVO*, 28/11/1879, n.17, p. 02). Bem pode ser que um deles assine com o pseudônimo Lelé e faça essa afirmação justamente para não levantar suspeitas sobre a sua pessoa, mas nesse caso vemos que o pseudônimo ajuda a proteger o real autor das cartas, perante tantas acusações e revelações realizadas por ele.

2.2.2 O periódico *O Retirante*, um órgão das vítimas da seca

O periódico cearense *O retirante*, dizendo-se órgão das vítimas da seca, o que, a exemplo do periódico *Eco do Povo* que se diz órgão da opinião pública, acreditamos ser uma fachada dissimulada, pois os retirantes não tinham condições de comprar e também era difícil para os periódicos do século XIX manterem-se unicamente da venda de anúncios e, geralmente, contavam com o apoio de agremiações políticas. Veio à luz em 24/06/1877, nos 35 números de 01/07/1877 a 24/03/1878 disponíveis, encontramos um total de 24 cartas que tratam direta ou indiretamente da questão da seca em dezesseis⁵¹ localidades diferentes da província do Ceará, o que compõe um quadro amplo de representação da seca de 1877; sendo 9 publicadas na íntegra e 15 publicadas como extratos.

O próprio nome do periódico é significativo - *O retirante*, pois nos remete diretamente ao fenômeno climático, bem como a sua consequência mais direta, a fuga dos flagelados em busca de água e comida, trabalho e repouso. Adjetivo, qualificativo que por si só já nos diz sobre o que vai tratar e denota penúria e sofrimento. Nesse sentido, assim se exprimi a primeira carta que encontramos na coluna “Noticiário”, como podemos observar:

Quixadá. – D’ali escreve-nos um amigo em 29 do passado:

⁵¹ Cartas com notícias das localidades de Quixadá, Campo Grande, Mecejana, Telha, Quixeramobim, Tamboril, Brejo-Seco, Tucunduba, Sobral, Baturité, Aracati, Venda, Arronches, Fortaleza, Mossoró e União.

[...]

Que queres, meu amigo? Aqui, como aí, trafica-se com as esmolas dos pobres – d’essas almas heroicas abatidas, que se arrastam pelo pó revoltado – esfogueado de arábicos caminhos, ou pela lama das calçadas dos vendilhões, dos infames especuladores da caridade pública.

Um sacerdote, verdadeiro lobo entre essas ovelhas, apostata das doutrinas do Gólgota, enriquece: vende em grande escala para o centro o alívio dos desgraçados!

Junta ouro; monopoliza como um judeu de profissão!

Esse Saturno de sotaina que devora os próprios filhos, as ovelhas confiadas aos seus cuidados, tem se portado como um sacrílego.

Registre-se mais na carta de nosso protesto solene esse nome, que devia com os meios que têm estado a sua disposição ser venerado e acatado.

Protestamos em nome dos desvalidos, em nome d’essas inermes criancinhas que expiram, banhadas as faces com as lágrimas da consternação maternal!

Protestamos!» (*O RETIRANTE*, 08/07/1877, n.03, p. 02, grifos nossos)

O autor faz algumas representações na missiva, como dos retirantes e flagelados – “d’essas almas heroicas abatidas, que se arrastam pelo pó revoltado” – percebemos que o autor trabalha com a palavra de modo a causar o estranhamento poético, com o uso da palavra figurada, da perífrase – “almas heroicas abatidas” para flagelados pela seca, por exemplo, para alcançar o estranhamento retórico e a simpatia do leitor não só para com os necessitados, mas também para com o discurso e a antipatia para com os “infames especuladores da caridade pública”, um eufemismo para ladrões das esmolas públicas.

A seguir, o leitor-escritor trata de outra denúncia, a de um sacerdote, tido como o “verdadeiro lobo entre essas ovelhas”, remetendo o leitor ao ditado popular “lobo em pele de cordeiro”, pois a verdadeira natureza das pessoas é revelada pelas ações. E assim também se dá com as ações do sacerdote, tido como um devorador das “esmolas dos pobres”. O sacerdote é comissário da seca e, como vimos anteriormente, os comissários são animalizados, como nas comparações com os abutres e os morcegos, seres carniceiros frente à miséria humana e de má fama.

O padre é, metaforicamente, tido como um “apostata das doutrinas do Gólgota”, ou seja, como aquele que abandona ou é contrário à doutrina da salvação pelo sacrifício vicário de Cristo, visto que o Gólgota é um lugar considerado sagrado para os cristãos por ter Cristo lá morrido. No caso, o padre fere duplamente os princípios religiosos: primeiro como padre e, segundo, como homem, uma vez que não está ajudando aos necessitados, consequentemente, está negando as doutrinas de Deus que manda ajudar ao próximo como a si mesmo.

Novamente, o padre também é, metaforicamente, comparado aos judeus – “Junta ouro; monopoliza como um judeu de profissão!”, na arte de juntar dinheiro, e, por fim, é representado como um “Saturno de sotaina” que é o deus pagão, na mitologia romana, do

tempo que devora os próprios filhos. O uso, novamente, da hipérbole, das metáforas e da sinonímia, como em sotaina, ou seja, batina de eclesiástico, são utilizados pelo autor como artifícios para amplificar o discurso e ajudar na persuasão do leitor que frente a cenas tão imagéticas pode mesmo se colocar no “lugar” dos flagelados e assim, fica positivamente mais receptivo a mensagem do discurso, bem ornamentado e abstrato.

O periódico apresenta-se como um lugar de denúncias, não só contra os comissários da seca, mas em especial contra o governo, pois “[...] quem acreditou nas promessas do governo e ficou [sem emigrar] está prestes a ser vítima da fome.” (*O RETIRANTE*, 07/10/1877, n.16, p. 02-3). Sempre descrito como ineficaz e um dos males dos retirantes, como podemos observar em mais este extrato:

Venda. – Escrevem d’aquela povoação em 1.º do corrente:
«Batidos já no último reduto, sem nenhum apoio do governo, que despreza-nos cinicamente, morremos á fome, meu amigo!
Mais de dez de nossos infelizes patrícios têm morrido de inanição.
O povo tem emigrado aos milhares; e o seu rosto alterado pelo grande cataclisma, que traz trêmula a frágil humanidade, semelha ao de um horroroso espectro.
O resto da atual população d’este grande distrito está a acabar-se, por quanto já não existe mucunã, cravatá e outras ervas bravas que o sustentava.
O governo, essa entidade nula, não se lembra de nós, habitantes d’esta pobre localidade.
A comissão de socorros de Lavras mandou para aqui apenas um punhado de farinha, que nem se quer chegou para saciar a fome uma só vez da quarta parte da população desvalida!
Agora mesmo mandamos representar ao Sr. Estellita o estado miserável a que se acha reduzida esta inditosa povoação, que em tempos mais lisonjeiros contribuiu tanto para o acréscimo dos dinheiros públicos com o suor da fronte de seus laboriosos filhos.
Não temos mais carne, único alimento que nos restava! Já sucumbiu a última rês!... O que nos resta? NADA!!
Pobre Venda! Que Deus se amerceie das almas d’aqueles que habitaram sobre teu solo e que estando com a sentença de morte lavrada já tem suspenso sobre suas cabeças o cutelo do grande algoz do povo – o governo.
Requiescat in pace» (*O RETIRANTE*, 24/10/1877, n.18, p. 02-3, grifos nossos)

O extrato está inundado de hipérboles – como “emigrado aos milhares”, “trêmula e frágil humanidade”, como “nula”, pois o governo não está completamente apático, mas sim não faz o suficiente; e repetições, pois o autor retoma o assunto para melhor dissertar sobre ele com seu estilo florido, como ao se referir ao governo quatro vezes durante a missiva – “sem nenhum apoio do governo”; “o governo, essa entidade nula”; “ao Sr. Estellita”; e, por

fim, “grande algoz do povo – o governo”, para reforçar a ideia de inaptidão e ineficiência do mesmo.

A situação catastrófica é bem representada no enunciado imagético – “já tem suspenso sobre suas cabeças o cutelo do grande algoz do povo – o governo.”. Figurativamente, o cutelo aparece como um sinônimo amplificador, pois é um meio violento para se cortar ou oprimir, um antigo instrumento de decapitação, o que mostra a capacidade que a escrita ficcional tem de provocar efeitos semelhantes ao de uma pintura, por exemplo. De modo que, aparentemente, os flagelados não têm quem os socorra, pois o governo se apresenta como mais um meio de morte.

Numa enumeração amplificante e ascendente de tragédias, o leitor-escritor, de modo alegórico, afirma que “já sucumbiu a última rês”, num exagero de que não há mais nada que possa ser feito, uma vez que as “ovelhas” do padre já estão “com a sentença de morte lavrada”, de modo que pinta um quadro de profunda desesperança para os leitores, buscando ganhar o auditório na leitura pretendida.

O leitor-escritor assina a missiva com a expressão latina *Requiescat in pace*, ou seja, descanse em paz, epitáfio geralmente encontrado nas lápides, o uso da língua latina na escrita das cartas era comum, pois é como garantir uma maior credibilidade ao escrito, mas nesse caso possui uma dupla função, não só de demonstrar conhecimento, mas também age como uma espécie de ato final sobre todas as desgraças que vem sendo enumeradas.

As imagens floridas, redundantes e repetidas a respeito dos retirantes, dos comissários e do governo estão, geralmente, presentes nas cartas, como podemos observar nesse trecho publicado na seção “Noticiário”:

Venda. – Comunicam-nos d’ali em 2 do passado:

«Três flagelos horríveis pairam sobre esta desgraçada e infeliz terra, tão repudiada pelo nosso ainda mais desgraçado governo, que deixa sucumbir á fome uma população imensa composta de homens laboriosos! Flagela-nos, pois, - a seca, a justiça de Lavras e os grandes grupos de assassinos!

Escusado é descrever-lhe os horrores da seca: presencia-se o espetáculo, mas não se o descreve! Basta dizer-lhe que mais de 80 pessoas tem sucumbido á mais aflitiva das mortes – de fome!!

Não há quem possa assistir corajosamente as agonias de um povo que perece á míngua de recursos! O quadro é por demais lúgubre e tétrico!

D’aquí para Janeiro morreram nunca menos de 200 pessoas de fome, meu amigo!

Já não se pode transitar meia légua, tal é o estado putrefato de nossa atmosfera viciada pelo cheiro de dezenas de cadáveres esparsos nas estradas! Os urubus já não voam; habitam sobre os corpos humanos que lhes servem de pastagem!

As estradas juncam-se de ossadas brancas, de corpos tombados e de esqueletos ambulantes, que em outro tempo tiveram nome e habitavam entre nós! É horrível!

Bandos imensos de velhos, moços, donzelas e crianças, todos famintos e nus como nos tempos primitivos da inocência, caem extenuados, imploram a proteção Divina, soltam o último respiro e amaldiçoam o criminoso governo de S. M. o Imperador D. Pedro II, único responsável por tudo isto e que os deixa morrer assim á revelia!

A justiça de Lavras comete os maiores desatinos n'esta crise tremenda, mandando á *forciori* fazer inventários das pobres viúvas que nada possuem, a não ser o ourinho das orelhas que lhes é tomado para despesas de custas!!

Os célebres assassinos Viriatos e Meirelles, infestam todo o Cariry e já apareceram aqui, roubando, espancando e assassinando em plena liberdade.

Cometem eles os maiores escândalos que se pode imaginar, e entretanto o nosso chefe de policia, o Sr. Nogueira, não passa, de fato, de uma carnivorosidade inerte, de um ente inútil, como bem o qualificou o seu jornal.

Nenhuma providência há tomado e garantia alguma se nos oferece: aqui há verdadeira anarquia.» (*O RETIRANTE*, 01/01/1878, n.28, p. 03)

Novamente, o governo é acusado de não ajudar, de modo suficiente, os necessitados, mas para isso, o leitor-escritor exagera nas afirmações – “mais desgraçado governo”, “o criminoso governo”, garantindo que além da seca outras ameaças afetam o povo, como a justiça de Lavras, que também é um representante do governo, e “os grandes grupos de assassinos” que, implicitamente, também recaem sobre o governo, uma vez que as autoridades policiais são um braço das autoridades públicas.

Os retirantes, seres humanos, são rebaixados, metaforicamente, à condição de pastagem, de alimento para animais carniceiros como os urubus, a cena imagética é apavorante e trabalha como um excelente amplificador do discurso de representação. Patrocínio também se utiliza dessa imagem em seu romance – “[...] se houvesse algum pouso perto os urubus não estariam comendo um corpo humano.” (PATROCÍNIO, 1973, v. 33, p. 44). O exagero poético em “os urubus já não voam” é usado para implicitamente afirmar que o alimento está por toda a parte, não se precisa procurar para encontrá-lo, tamanha a mortandade entre os flagelados e isso opera um duplo terror a sociedade: primeiro por uma questão de saúde e de prevenção de doenças, uma vez que são constantes as referências nos jornais a proliferação de doenças, e, segundo, por uma questão religiosa, pois os rituais católicos de um funeral estavam sendo ignorados nesse momento, como também afirmam os periódicos.

Observamos também o estabelecimento das relações de poder que oprimem os trabalhadores e necessitados, pois não é só a seca que tudo corrompe e destrói, mas também a “justiça de Lavras e os grandes grupos de assassinos!”. Assim, a responsabilidade acaba por

pesar sobre outro lugar de poder – o presidente de província, responsável não só pela nomeação dos juízes, mas também, em última instância, pela segurança pública.

Essas cenas imagéticas são tidas como a figura de hipotipose vista anteriormente, com o objetivo de criar uma falsa ilusão da realidade que a rica descrição faz surgir diante dos olhos, podendo referir-se a pessoas, ações e lugares. Nesse caso, há uma mistura dessas três possibilidades, o que torna a narração mais vívida, sedimentando determinadas imagens na mente dos leitores.

Ao mesmo tempo, percebemos que a existência dos retirantes vai se tornando, aos poucos, um inconveniente, pois mesmo mortos transformam a atmosfera do lugar, já que não são enterrados. Os seres humanos vão progressivamente se “coisificando”, se tornando objetos, como peças que podem ser descartadas, que incomodam, e por isso podem ser tratadas como animais, que morrem a beira da estrada por falta de alimento e a vida é banalizada e perde o seu valor.

A descrição da marcha dos retirantes em sua enumeração – “velhos, moços, donzelas e crianças, todos famintos...” – amplifica o discurso e ajuda o leitor-escritor na criação de um espetáculo da seca, e em “As estradas juncam-se de ossadas brancas, de corpos tombados e de esqueletos ambulantes, que em outro tempo tiveram nome e habitavam entre nós!” (*O RETIRANTE*, 01/01/1878, n.28, p. 03) temos uma imagem poética, mas ao mesmo tempo abstrata, pois somente esta frase poderia se encaixar em diversos outros contextos que não o da seca, como, por exemplo, um cenário de guerra.

O autor trabalha com diversas figuras de linguagem, como as hipérboles, a enumeração, as palavras figuradas, as cenas imagéticas, para carregar a escrita de estranhamento e cenas, com o intuito de ganhar dramaticamente o afeto do leitor e de melhor persuadi-lo. Os artifícios retóricos, como os exageros enfáticos e a gradação, atuam para que os efeitos de sentidos desejados sejam passados, pois falar da seca, naquele momento, era falar de falta de chuvas, mas também de morte, de desesperança, de canibalismo, da ruína dos valores morais da família, da prostituição, de abandono, de medo, de corpos humanos.

Assim, nas cartas, de um modo geral, mudam as palavras e os floreios, nem sempre os animais, que se repetem – abutres, morcegos, lobos –, mas o brilho retórico no melhor estilo da palavra, com suas redundâncias e repetições, cores e ornamentos, exageros e sinônimos marcantes seguem delineando o discurso que se configuraria e permaneceria a respeito da seca de 1877. Essa força linguística e representativa que começou com a publicação das cartas foi se expandindo dentro do próprio jornal, como já pudemos observar, nos artigos e notícias,

bem como, veremos mais adiante, ajudou na configuração de um romance – *Os retirantes*, buscando compreender como a temática da seca, objeto inanimado e abstrato, costurou a obra, com seus elementos literários e a sua estreita comunicação com a imprensa.

2.2.3 Os discursos controversos da seca

Nas cartas publicadas nos jornais, a seca aparece, aparentemente, como tema central, mas percebemos que é apenas a temática que costura todas as demais, unindo-as num emaranhado de reivindicações em nome de toda a sociedade nortista que nesse momento aparece nivelada, em que todos, sem discriminação, são vítimas da seca.

O problema da seca, enquanto um artifício político e retórico, varia de acordo com a linha editorial do jornal, no sentido de conferir mais ênfase ao que é mais caro e necessário para cada periódico. Com relação ao *Diário de Pernambuco*, por exemplo, nos 300 números pesquisados do ano de 1877, encontramos poucas referências à seca na província pernambucana. Mas não podemos nos esquecer que a folha era órgão oficial do governo na época e a maioria das publicações era de ofícios sobre o envio de gêneros alimentícios para o interior da província, mas de outras províncias: Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. As mensagens eram terríveis, ou seja, o silêncio sobre o assunto nos jornais pernambucanos sugere não ter havido secas na província.

Mesmo assim, nenhum presidente de província é acusado de negligência ou falta de apoio aos necessitados, pelo contrário, quando são citados são elogiados, como podemos observar na carta que segue:

Miseria e caridade

As vítimas da seca em Macão do Assú e a comissão de socorros.

Quem como eu tiver sido testemunha ocular das horrorosas cenas representadas pelo flagelo da fome, que tem assolado áqueles lugares onde se acham mais de oito mil retirantes; quem viu o triste ancião cair esfaimado e ao peso dos anos; um pai sem forças sustentando o filhinho descarnado, ou antes uma ossada humana; uma mãe desfalecida aos ardores do sol, procurando alentar o inocente moribundo, mas que ao mesmo tempo julga abençoa-lo pela última vez, e crê, com pouco mais acompanha-lo á Mansão Celeste:- deve ficar perplexo, desvia a vista desses quadros de horror, que julga filho d'uma imaginação desvairada, mas...é uma terrível realidade que tem ante os olhos.

Um brado d'alma assoma aos lábios dessas testemunhas:-«quem socorre aos que morrem á fome?!»

Ao longe se ouve a resposta.

«A caridade.»

Sim senhores. Ei-la que chega no coração de três vultos que não descansam noite e dia; um toma nos braços o inocente que ainda respira, e o alenta. Outro levanta o ancião e o chama á vida; aquele, arranca á morte a mulher que sucumbe!

Não se fazem esperados; como sombras, aqueles vultos aparecem em toda a parte, socorrendo as vítimas da seca que assola as províncias do norte; esquecem-se de si próprios para só se lembrarem de arrancar a aflicção ao aflito, não só daqueles que se abrigam na cidade de Macáo, como dos que têm estacionado em Angicos, Sant’Anna do Matto e outros pequenos lugares.

Se chega a notícia de que alguma família procura recolher-se á cidade de Macáo ou outros lugares e no meio da estrada cai sem alento, como tem sucedido, pronto chegam os socorros e em redes é ordenado o seu transporte.

Por tão humanitários sentimentos, não posso deixar de levantar um brado de louvor ao Exm. Sr. presidente da província do Rio Grande do Norte Dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho, não só pelo seu bem formado coração todo cheio de amor fraternal, como pelo seu incansavel zelo, sábias providências e acertada escolha da digníssima comissão que nomeou para socorrer os infelizes.

É necessario que o nome de S. Exc. e dos três vultos que vou descrever, sejam venerados com respeito e gratidão por nós e pelos nossos vindouros, e jamais esquecidos pela nação brasileira.

São os Srs. vigário José Joaquim Fernandes, digno juiz municipal Dr. Antonio da Silva Antunes e promotor público Dr. Vicente de Lemos. Permita o Altíssimo que com estes vossos exemplos, aprendam, todos, seculares e eclesiásticos a derramar no coração dos que sofrem o bálsamo consolador da – Caridade.

Recife, 14 de novembro de 1877.

Um Macauense.(*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 15/11/1877, n. 263, p. 03)

Segundo a classificação de Roquette (1860), essa carta pode ser incluída entre as cartas eucarísticas ou de agradecimento, uma vez que se presta a manifestar ao benfeitor o reconhecimento e os agradecimentos necessários, sem exageros. Assim,

O estilo deve ser o do coração: assim que sua própria sensibilidade, a consideração da generosidade do benfeitor e as circunstâncias que acompanham o benefício devem subministrar a matéria de tais cartas, que por isso mesmo são muito suscetíveis de expressões vivas e brilhantes. (ROQUETTE, 1860, p. 213)

As expressões vivas as quais o autor refere-se começam logo no início da missiva em que o leitor-escritor traça um quadro rico e detalhado da situação dos retirantes, de forma poética, em que as figuras aparecem de forma a amplificar o enunciado pictórico, já que se presta a ser representado visualmente, com o uso das perífrase; “peso dos anos” para idade, “ardores do sol” para calor, “um brado d’alma assoma aos lábios dessas testemunhas” para

pergunta; da gradação ascendente de cenas tristes; e no uso da palavra figurada que, numa associação subjetiva e emocional, confere ênfase a cena que o leitor-escritor deseja fixar na mente de seus leitores.

Para conferir maior credibilidade, as cenas são descritas não por qualquer pessoa, mas por uma “testemunha ocular”, ou seja, o leitor-escritor presenciou as imagens que agora descreve para o auditório. O estilo da carta de agradecimento começa então novamente com a descrição dos flagelados que agora são socorridos por “vultos”, “sombras”, que, exageradamente, “não descansam noite e dia” no trabalho de ajuda aos necessitados.

O presidente da província é então “louvado”, não só “Pelo seu bem formado coração”, perífrase para bom coração, como pelas suas atitudes sempre, exageradamente, acertadas. Os três homens públicos – o vigário, o juiz municipal e o promotor público da cidade, nomeados como comissários de socorros públicos também são venerados. Mesmo porque, por dever, esses homens têm de zelar duplamente pelo bem público, primeiro como agentes públicos empregados pelo governo e, segundo, por terem sido nomeados especialmente para isso.

Já nos periódicos cearenses, percebemos que a questão política também influencia sobremaneira a publicação dos jornais. O pequeno jornal liberal *A Liberdade*, nos números a que tivemos acesso do ano de 1877, e que estão legíveis, notamos uma constante referência à seca, em especial no longo editorial sobre a história das secas publicado no jornal, como vimos anteriormente, numa época em que o governo estava nas mãos do partido conservador e afirma que “Deus se compadeça de nós, já que esse corrompido governo, autor moral deste estado de coisas, só emprega a força pública no assalto as urnas” (*A LIBERDADE*, 25/01/1877, n. 14, p. 02-3). O jornal *O Retirante* também fez grande oposição aos presidentes conservadores da província: o desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa e o conselheiro João José Ferreira de Aguiar, como vimos anteriormente, pois nas cartas, o governo aparece como um dos carrascos do povo.

O período de 1878 a que tivemos acesso, o conservador *Pedro II*, faz clara distinção entre o governo do conselheiro João José Ferreira de Aguiar que vai até 21/02/1878, em que a seca é amena e em que “O Exm Sr. Aguiar tem mostrado o mais vivo interesse e dedicação em harmonizar a sorte dos infelizes retirantes” (*PEDRO II*, 06/01/1878, n. 02, p. 02). Já a partir de fevereiro desse ano com a nomeação do liberal José Júlio de Albuquerque e Barros, a oposição ao governo fica clara mais a frente em que “recebemos a seguinte comunicação para a qual chamamos a atenção do S. Exc. o Sr. Dr. José Julio. Trata-se da malversação nos socorros e já é tempo de ir cortando esses abusos.” (*PEDRO II*, 10/03/1878, n. 18, p. 03). Na

publicação das cartas a partir daí a oposição é direta, como vimos em trechos anteriormente analisados, uma vez que a seca passa a ser responsabilidade do governo.

Já no jornal liberal *O Cearense*, de 05/01 a 29/06/1879, época do governo liberal, observamos nas cartas o apontamento do fim da seca e as cartas relacionadas aos comissários da seca, sempre em defesa deles, nunca falando mal do governo ou o acusando de falta de recursos ou de roubo por parte dos comissários. Por fim, o caso do *Eco do Povo*, como vimos anteriormente, que critica o governo, sem falar em partidos políticos, sempre focando nos roubos nos comissários nomeados pelo presidente da província José Júlio.

O único periódico do Rio Grande do Norte a que tivemos acesso, o conservador *Brado Conservador*, é um exemplo de como o epíteto de conservador ou liberal não é suficiente para a apropriação coerente desses objetos culturais, uma vez que encontramos nesse jornal uma clara oposição ao presidente da província, o conservador José Nicolau Tolentino de Carvalho, que governou de 18/04/1877 a 06/03/1878, na carta que segue:

[...]

Obscuro e destituído de recursos de inteligência para exprimir o meu pensamento pela imprensa, peço desculpa, prometendo procurar quanto em mim couber, desviar-me o mais que for possível de assuntos, cujo desempenho não esteja na altura de minha fraca execução.

[...]

Debalde como é, consultar-se mais a inteligência humana um meio eficaz, ou uma medida feliz, que possa salvar as centenas de desvalidos, que enchem o quadro desta cidade com o grito espavorido da fome, da nudeza, e de nenhuma esperança de remirem a própria vida, lembrou-se no meio desta confusão deste alarido horrível, que melancolicamente atribulava o ânimo de todos, o mui distinto cavalheiro Francisco Tertuliano de Albuquerque, além das esmolas diárias, que não cessa de fazer, de mandar levar na cidade do Ceará em uma de suas embarcações o numero de cento e sessenta miseráveis retirantes, fornecendo não só o transporte desde o porto da Ilha desta cidade até aquela Capital, como recursos alimentícios em larga quantidade, sendo apenas auxiliado por um número limitado daqueles, que observavam a boa intenção de sua ideia.

Este rasgo de tanta caridade e generoso patriotismo só pode bem avaliar a nobreza de seu todo, e arroubar sua importância, quem mesmo tem a fortuna de conhecer pessoalmente o Sr. Francisco Tertuliano, sua índole, e a maneira com que tem sempre ornamentado e enobrecido a sociedade.

[...]

As notícias que chegam do alto sertão relativamente á seca nos pinta a maior das calamidades; ali o esposo abandona a própria mulher, o filho a sua própria mãe, o pai as suas filhas donzelas, as crianças sucumbem por não poderem tragar a raiz dos paus, o rico o potentado, que tem seu celeiro prevenido nega o pão, a filha abandonada de seus pais, vendo-se perseguida pelos desumanos sedutores e pela miséria, fica infamemente situada no abismo da prostituição; a vista, pois, de tantas eventualidades, de tanto prejuízo social, e do grande número de indivíduos assaz sinceros e honrados,

que se acham a borda da desgraça, esperamos nos bons sentimentos do Governo, para quem não nos furtamos de trabalhar, empenhando nossa vida, nossa honra e de nossos, filhos, como atesta a recente do Paraguai, que nos acuda, nos proteja, nos dê ao menos uma prova de padraço humanitário, assim como nós e nossos irmãos sepultados em Tuiuti, Paysandù, Curupayty, Itororó, Lombas, Valentinas, Humaitá, Tgy & soubemos acudi-lo, protege-lo, com firmeza e lealdade, encarando com indiferentismo a morte e o perigo, somente para desagravar a nacionalidade brasileira, e vê-lo superior ao bárbaro Lopez.

[...]. (*BRADO CONSERVADOR*, 03/08/1877, n. 42, p. 04)

Segundo a classificação de Roquette (1860), esta carta pertence às cartas classificadas como de participação ou notícia, que vimos anteriormente, uma vez que o leitor-escritor narra o que acontece na cidade de Mossoró, mesmo que com um certo exagero, e “nestas cartas é onde mais se emprega a narração; por isso seu estilo deve ser claro, singelo, conciso, breve, natural com dignidade, ornado e elegante quanto o permita o assunto que se trata” (ROQUETTE, 1860, p. 404). Uma figura cara a esse tipo de composição epistolar é a que confere uma descrição viva e detalhada dos acontecimentos do lugar, no caso a cidade de Mossoró, que, como vimos anteriormente, é a hipotipose, que nos cria a nítida sensação de uma escrita cênica, e, supostamente, nos faz visualizar, como em um quadro, as descrições vivamente contadas. Essa figura pode ser observada em: “ali o esposo abandona a própria mulher, o filho a sua própria mãe, o pai as suas filhas donzelas, as crianças sucumbem por não poderem tragar a raiz dos paus, o rico o potentado, que tem seu celeiro prevenido nega o pão...” (*BRADO CONSERVADOR*, 03/08/1877, n. 42, p. 04). Descrição bem parecida encontramos em uma carta publicada em outro periódico: “... os maridos abandonam suas mulheres, os pais, os filhos, estes a aqueles, os irmãos uns aos outros” (*PEDRO II*, 22/03/1878, n.22, p. 03).

Roquette (1860) afirma que as cartas de participação ou notícia são composições literárias muito numerosas e variadas, são também aquelas “em que o talento do escritor pode brilhar com mais louçania” (ROQUETTE, 1860, p. 405). A descrição das informações é uma das características das cartas que versam sobre a seca. Prosseguindo, temos novamente uma referência à guerra do Paraguai: “como atesta a recente do Paraguai” (*BRADO CONSERVADOR*, 03/08/1877, n. 42, p. 04), que encontramos anteriormente em outra carta publicada em um jornal cearense: “Centenas de vítimas, de homens que tombaram sublimes de patriotismo e coragem aos pés do pendão auriverde, nos lagos dos pampas, aqui morrem de fome!” (*OS RETIRANTES*, 08/07/1877, n. 03, p. 02). A seguir, o leitor-escritor pede, de modo poético, que o governo seja ao menos um padraço humanitário, para honrar aqueles que

lutaram na guerra, e começa e enumerar os campos de batalhas, o que confere grandiosidade e impressiona o público leitor.

Voltando ao início da carta, encontramos na *captatio benevolentiae*: “Obscuro e destituído de recursos de inteligência para exprimir o meu pensamento pela imprensa, peço desculpa, prometendo procurar quanto em mim couber, desviar-me o mais que for possível de assuntos, cujo desempenho não esteja na altura de minha fraca execução.” (*BRADO CONSERVADOR*, 03/08/1877, n. 42, p. 04), um recurso retórico de dissimulação ou de simulação de ingenuidade para chamar a atenção, em que o leitor-escritor se coloca humildemente perante os seus possíveis leitores. A seguir, o leitor-escritor passa a fazer um relato do “rasgo de tanta caridade e generoso patriotismo ... do Sr. Francisco Tertuliano” (*BRADO CONSERVADOR*, 03/08/1877, n. 42, p. 04), e para isso observamos que as palavras são utilizadas de modo a compor um cenário terrível, em que o único a tomar uma atitude é o Sr. Tertuliano, que, no texto, exageradamente, parece trabalhar mais pelos desvalidos do que o próprio governo.

A carta também nos revela outro problema diretamente ligado à seca, a questão da emigração entre as regiões de seca a procura de comida e trabalho. Neste caso, são flagelados da província da Paraíba que emigraram rumo ao Rio Grande do Norte a procura de ajuda e para selar o pedido o leitor-escritor diz que a caridade sempre foi a insígnia do presidente da província paraibana. A missiva é assinada pelo pseudônimo “Um mendigo mossoroense”, mais um artifício retórico, de simulação de humildade e inferioridade, uma vez que sabemos que um mendigo, no século XIX, dificilmente teria o conhecimento necessário à escrita deste tipo de composição.

Retomando, da província paraibana, o jornal *A Opinião*, de 17/05/1877 a 02/12/1877, de oposição à época, deixa claro sua oposição ao governo, pois “Se o governo tivesse, aos nossos primeiros gritos, nos enviado socorros, o mal seria menor” (*A OPINIÃO*, 24/05/1877, n. 05, p. 03-4). Da folha *A União Liberal*, de 21/01 a 29/04/1879, encontramos apenas duas cartas que se referem indiretamente a seca, como um problema que nada tem haver com o governo e do jornal *O Liberal Paraibano*, de 15/05 a 29/10/1879, não conseguimos localizar nenhuma carta que se refira a seca da época, ambos os periódicos são da época do governo liberal.

Assim, podemos observar que a seca também serviu como objeto político, em que a escrita performática e teatral das missivas impressas aparece como aquela que interpreta as dores e sofrimentos dos afetados pela seca, mesmo de pessoas abastadas que estão em

dificuldades financeiras, buscando, em primeiro plano, sensibilizar os leitores-espectadores dos jornais. Essa “realidade” precisava de representatividade política para que suas necessidades financeiras fossem sanadas. Politicamente, eram esses sujeitos descritos nas mais diferentes colunas dos jornais que os parlamentares buscavam amparar ao transformarem a seca de 1877 num momento catastrófico para a região Norte.

CAPÍTULO III

OS ESCRITOS DE JOSÉ DO PATROCÍNIO: TEATRO DOS ACONTECIMENTOS

LAMENTAÇÕES DOS RETIRANTES – POR P. S.

*De além dos sertões de cima
Pela miséria assolados
Viemos buscar arrimo
Nestes climas afastados....
Perdemos nossos haveres
Nesses sertões malfadados*

*Terrível, cruenta seca
Devastou nosso sertão;
À fome, a nudez, a sede,
Buscamos remédio em vão:
Parece que a Providência
Nos lançara a maldição
[...]*

(Jornal Brado Conservador, 06/07/1877, p. 03, n. 39, coluna Variedades)

3.1 A história de um romance de críticas

O romance de Patrocínio publicado primeiramente em folhetins, como vimos anteriormente, narra a história de Eulália e sua família durante a seca de 1877, na província do Ceará. A obra é dividida em três momentos, a primeira: “A paróquia abandonada” começa a história no início de 1877, em que a população de B. V.⁵² preocupa-se com as primeiras manifestações da seca, é neste lugar que o padre Paula, com “o seu coração frio, cheio de desprezo por tudo e por todos” (PATROCÍNIO, n. 32, p. 106), o antagonista da história, envolve a protagonista Eulália em seu jogo de sedução e dominação. Quando a população descobre que o padre tentou assassinar um jovem por ciúme de Eulália e que a gravidou, o padre foge e incita a horda de retirantes que se encontram nas proximidades do povoado, para que ataquem a vila e peguem os gêneros alimentícios enviados pelo governo. O povoado é destruído e as pessoas se veem obrigadas a fugir, a se retirarem em busca de abrigo e comida.

⁵² B.V. ou Vila de Boa Vista no interior cearense é o lugar onde se inicia a trama, na época existia realmente uma vila com este nome no Ceará.

Percebemos que a seca atua desde o início como um cenário, um personagem inanimado que permanece a sombra de crítica social maior, religiosa, uma vez que as ações poderiam se desenrolar em qualquer outra região assolada por qualquer outro tipo de fenômeno. Com tal característica, observamos que todos os personagens religiosos são descritos e tipos como homens devassos, pervertidos e imorais, que usam de todos os meios para satisfazerem os desejos em detrimento de qualquer valor moral ou ético.

A segunda parte, “A retirada”, marca a história da fuga de Eulália, envergonhada, de sua família que reencontrou na capital da província, Fortaleza, e do padre Paula. Nesse ínterim, muitas coisas acontecem aos personagens, Eulália é violentada e perde o filho, mas por um contrassenso recebe ajuda de um grupo de ladrões mascarados, o padre Paula vai se encaminhando pelos abarracamentos, mentindo e ganhando a confiança dos outros padres, tão indignos quanto ele até chegar a capital da província. A família de Eulália e a moça sofrem com a vingança de Mundica, filha de Marciano, sacristão da paróquia de B. V., que era a antiga amante apaixonada do padre Paula, também seduzida, antes de Eulália, bem como com as investidas maliciosas de comissários da seca em troca de alimentos até a chegada a Fortaleza. Eulália passou toda a retirada à procura de sua família, mas eles só se encontrariam já na capital.

Neste momento, a crítica religiosa irônica e cáustica é clara na voz de Eulália que percebe que, para ela, os grupos de bandidos que assolavam o sertão ainda eram melhores e mais dignos que os religiosos que conhecera – “Como é grande o ladrão Virgulino comparado com um ministro de Deus, pensou Eulália, abrindo a carteira [...]” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 155). Ao mesmo tempo, durante várias passagens as maldades e crueldades dos clérigos são retratadas, o próprio padre Paula arma um plano para incriminar Mundica por roubo, a fim de se vingar da ex-amante que corroborou para que fosse descoberto em B. V. o seu envolvimento com Eulália. Durante a emigração do padre rumo à capital, ele passa por um abarracamento e fica junto a outro padre que também é um dos comissários responsáveis pelo local e, em conversas entre os dois, o padre do abarracamento confessa-se interessado em uma das moças e termina afirmando – “... em tempos de calamidade é muito difícil que a pobreza possa conservar-se pura. Lá diz o refrão: ‘Quando a necessidade bate pela porta da frente a virtude sai pela dos fundos.’” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 62)

O terceiro e último momento, “A capital”, narra à situação da capital da província nesse momento de calamidade. Eulália, depois da humilhação da perda do filho seduzida pelo padre, enfrenta uma difícil contradição moral e acaba forçada a se prostituir para manter

a família a salvo do sofrimento financeiro imputado pela seca, mesmo assim continua sendo perseguida por Mundica, consumida pelo ciúme que sente do padre. Exaurida, a moça consegue embarcar a família e “sentiu-se então desafogada, melhor; a honra de suas irmãs estava salva” (PATROCÍNIO, n. 32, p. 293), pois imaginava que mandava a família para um lugar melhor. Partiram rumo ao sul do país, mas mediante as condições da embarcação e do que, em seguida, ouve sobre as condições das pessoas que deste modo emigravam ela se desespera e adoece, acaba por ser vítima do escárnio de suas companheiras de moradia, dos soldados que patrulham a rua, dos transeuntes e até mesmo do presidente da província do alto da casa presidencial, que se incomoda com a visão da moça que falecia abandonada em praça pública, vítima do descaso de todos. Neste ínterim, o padre que já estava “sendo tido por um santo” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 306) pela população, cai nas graças do bispo da capital e, ganancioso, recebe a promessa de outro amigo padre, também inescrupuloso, “não sejas sôfrego; eu já te disse que te arranjava a vigararia para a cidade de... Espera mais alguns dias e continua na tua obra. Aquilo dá uns 300, livres de despesa.” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 307), o que ocorre poucos dias depois da morte de Eulália.

3.1.1 Os elementos da narrativa na construção de um discurso

No romance, que tem como tema e causa primeira a corrupção religiosa, tendo como pano de fundo a questão opressora e desorganizadora da vida dos personagens – a seca, observamos que Patrocínio utiliza dos elementos da narrativa, como personagens, tempo, espaço, ambiente e narrador, para corroborar na construção de um discurso específico sobre a temática da seca, enquanto representações discursivas e literárias, que buscam sedimentar um discurso determinado e particular sobre a região Norte do país. Assim, discorrer desse fenômeno climático, como observamos em todo o *corpus* de cartas, era falar de, por exemplo, canibalismo, prostituição, perda dos valores morais, entendidos aqui como os ensinamentos que são passados desde o nascimento para a vida em sociedade, desonra, animalização dos seres humanos e fome.

Na construção dos personagens, Patrocínio trabalha tanto com os personagens tipo caricatura quanto com personagens planos que sedimentam a visão anteriormente mencionada sobre o que vem a ser considerado os sertanejos e a região norte do país como, por exemplo, na composição dos retirantes, descritos por características fixas e ridículas, sempre como

“gente seminua, cadavérica e faminta” (PATROCÍNIO, n. 32, p. 80), que está disposta a tudo para ter o que comer. A personagem principal, Eulália, pode ser descrita como plana, uma vez que não mostra complexidade psicológica. É o retrato da filha sertaneja ingênua e bela, que é desonrada por um clérigo, pelo qual se apaixona, mas que não consegue moralmente sustentar essa paixão, já que em si carrega o duelo entre a dignidade pessoal, os valores cristãos e a paixão avassaladora pelo padre, e acaba como uma das principais vítimas sociais, primeiro da astúcia de seu algoz e depois do fenômeno da seca.

O antagonista, padre Paula, “era frio como as pedras de ara, pouco familiar no trato... a sua arma predileta era o desprezo...” (PATROCÍNIO, n. 32, p. 27). Ao tomar um padre para vilão, em sua obra de caráter realista, no século XIX, em um país extremamente católico, o autor com certeza choca a sociedade da época, por mais que a corrupção religiosa fosse algo real como é em qualquer instituição. O padre, que deveria ser o guia espiritual do povo, é capaz de matar para afastar qualquer homem do objeto de seu desejo, Eulália, como a tentativa de assassinato contra o personagem Augusto Feitosa, por imaginar que ambos estavam envolvidos. Assim, o padre apresenta-se como um homem inescrupuloso, sem valores morais ou éticos, que só pensa em si mesmo, capaz de jurar em falso em qualquer situação necessária. Da seca o padre engenhoso procura tirar todos os benefícios possíveis, como quando incentiva o grupo de retirantes que se encontrava as margens de B. V. a invadirem a localidade e tomarem o que lhes seria por direito, como a ajuda governamental enviada para a região, a fim de destruir a vila.

Nesse sentido, todos os padres que aparecem na obra são descritos como inescrupulosos e entregues as paixões humanas. Desse modo, o padre Paula também se apresenta como um personagem plano, que ideologicamente e moralmente se comporta e pensa de modo muito diferente daquilo que aparenta, do começo ao fim do romance. Essa é uma característica importante e que caberá não só aos clérigos, mas também as autoridades ou representantes governamentais. Como o padre Paula, ainda temos o exemplo do antigo vigário da freguesia, também acusado de engravidar uma moça, e dos comissários da seca. A exceção está na figura de Mundica, a filha do sacristão Marciano que é a primeira amante do padre e apaixonada por ele. Enciumada, passa a fazer de tudo para prejudicar Eulália e sua família.

O romance também conta com a participação de personagens secundárias e caricaturais, como a do desprezado Joaquim-maluco, o louco do cemitério, que era antes um homem honrado, mas a filha fora seduzida pelo antigo vigário e estava grávida. Quando o filho soube do caso, tentou assassinar o padre durante uma missa, mas não conseguiu, correu

até a casa e, com a faca de mateiro, matou a irmã e se suicidou. O pai não resistiu a dor e enlouqueceu. Numa relação inversa, o padre nunca é questionado, mas o desgraçado pai é menosprezado e, paradoxalmente, tido como endemoninhado.

Outro personagem secundário que marca a seca enquanto um personagem inanimado e cruel é o de Maria, esposa de Virgulino que, para escapar da pobreza e das injustiças sociais, torna-se um criminoso. Durante a retirada ela acaba encontrando junto a uma árvore uma mãe morta rodeada por dois filhinhos, caridosa pega as duas crianças para cuidar a despeito do que sua velha mãe pensa, mas durante a noite a velha avó dos filhos de Maria mata as duas crianças, uma vez que suas bocas “matariam os meus netos” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 53).

Com o desenrolar da narrativa, essa mesma Maria, antes tão bondosa e caridosa, vê-se em tal situação que mata o próprio filho para comê-lo, mas é surpreendida por testemunhas que a prendem e a entregam as autoridades. Pouco antes, temos outro episódio que é o da família de Eulália que, durante a jornada da retirada, matam o cachorro da família chamado Amigo, que era considerado:

[...] o braço forte da casa. Ainda que as fomes repetidas o houvessem emagrecido, conservava-se corajoso e incansável, retribuindo com requintes de generosidade as pequenas ingratidões da família. Às vezes, quando a ração era menor, d. Ana e suas sobrinhas não se apiedavam do olhar ávido do Amigo, que assentado sobre as patas traseiras, agitando as orelhas, lambendo com a língua muita vermelha o focinho negro, suplicava-lhes um bocado. O Amigo, porém, não as esquecia nunca. Sempre que ia à feira e que podia afrontar as cóleras dos vendedores de carne, que desancavam os cães a cacetadas e pedradas, abocanhava algum pedaço e, em vez de devorá-lo, trazia-o para casa com a inteireza de um criado fiel. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 59-60)

Descrito com características humanas, a personificação de Amigo, tão nobre que “dir-se-ia que... fazia um oferecimento da sua à vida da família e que lhes suplicava até a honra desse holocausto” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 108), confere-lhe mais humanidade do que às pessoas que são reduzidas pela seca a condição de bichos. Nisso há uma clara inversão dos valores normais uma vez que humanos se comportam como animais e animais como seres humanos. Mais tarde, a cena de um cachorro morto pelos donos em uma época de seca é novamente retratada em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, que leva a humanização de um cão ao extremo nessa história. Essas pequenas histórias dentro do romance vem corroborar nas descrições da miséria e da degradação humana enquanto consequências da seca, mas essas mesmas cenas são encontradas nas páginas dos jornais e exploradas ao máximo, tanto em notícias como nas cartas, como vimos anteriormente.

O tempo cronológico na trama é importante, a história começa a ser narrada em princípios do ano de 1877, na segunda parte da trama estamos quase no fim do ano: “Em outubro de 1877 a improbidade ostentava-se já na província com o desavergonhamento dos cães vadios e havia comissários do governo que podiam zombar da calamidade, que torturava a população, porque tinham-se locupletado bastante para atravessá-la.” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 11). Por fim, percebemos através da leitura que se estende até meados de 1878, ou seja, mais ou menos dois anos, mas a seca só terminaria em meados de 1879.

O espaço físico é caracterizado detalhadamente em trechos descritivos que procuram fixar, quase que fotograficamente, as paisagens do árido sertão cearense nesse momento de catástrofe, em que muitos dos personagens são submetidos à opressão e degradação do ambiente, como no trecho que segue:

A estrada e o ambiente, saturados de sol e calor, formavam uma engrenagem de onde os transeuntes saíam esmagados.
Os sombrios e maltrapilhos caminheiros, cheios da heroicidade do instinto da vida, não desanimavam, porém; seguiam sempre com a resignação e o passo tardo dos bois encangados, submissos à voz do carreiro e ao morder do aguilhão. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 42)

A ambientação sertaneja é descrita em suas diferentes especificidades. Assim, segundo Lins (1976), o espaço puro e simples, ou seja, o espaço aberto do sertão é dado a conhecer através de um quadro de significados mais complexos, participantes dessa ambientação, como o seu mau cheiro, seus vapores, sua terra ressequida, o silêncio e a luz intensa que nos fornece a ideia de um ambiente hostil e degradante e, ao mesmo tempo, um espelho para os personagens, em sua degradação moral, que sela a vida dos sujeitos. Mesmo em um espaço tão amplo, como o caminho percorrido durante a retirada, emerge um conjunto de informações sempre muito semelhantes, mas perfeitamente capazes de situar o drama dos personagens. O percurso de degradação moral e emocional dos personagens vislumbra-se por intermédio das ações em si e também por meio da desordem crescente que toma conta do meio físico e das relações entre os sujeitos, prova disso é que o ambiente seco e árido reflete o modo como os retirantes são tratados tanto pelo descaso da instituição religiosa, da população quanto das autoridades públicas e seus representantes. Um exemplo é o modo como a personagem principal, Eulália, que, doente, é abandonada em uma praça por suas colegas prostitutas e pelos soldados de polícia:

- Ora, adeus – observou o chefe de patrulha; -tanto faz que ela passe a noite aqui como na porta da Santa Casa. Amanhã hão de dar-lhe alguma volta.
- É verdade – disseram os camaradas; - deixem-na estar aí. Se ela não tiver de morrer, levanta-se fina amanhã; o ar livre é bom remédio. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 304)

Desde então Eulália ficou completamente abandonada; os transeuntes não se demoravam junto dela mais do que junto de um cão, que se debatesse envenenado. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 305)

O descaso com o retirante, personagem maltratado no livro, sinônimo de problema, uma vez que sempre se encontra em dificuldades pelas quais é capaz de fazer qualquer espécie de negócio para conseguir sobreviver em meio à degradação humana, é alarmante.

Do ponto de vista narrativo, temos a performance de um narrador onisciente neutro, que fala em terceira pessoa e que deveria se distinguir pela ausência de instruções e comentários gerais, mas na obra a presença do narrador é clara, interpondo-se entre o leitor e a história. Um exemplo é o pensamento das personagens, como o visto anteriormente de Eulália quando compara um ladrão com um padre⁵³, chegando a conclusão de que as ações do ladrão Virgulino são mais corretas, dignas e éticas do que a do clérigo.

De modo que pode levar o leitor também a pensar numa certa regularidade dos fatos, como se a seca fosse um mal inexorável. O fato de o narrador não tecer comentários também pode dar a falsa impressão de neutralidade e objetividade para a história, mas a leitura da obra nos permite observar que o narrador mostra a sua opinião indiretamente, de modo dissimulado, dramatizado porque a visão de Eulália e do padre Paula, bem como dos demais personagens é incompleta e confusa sobre a totalidade dos fatos, mas é exatamente o que interessa ao narrador revelar, as consequências terríveis da seca acima mencionadas de modo fragmentado e caótico. Como observamos no trecho que segue sobre a distribuição dos gêneros alimentícios e os comissários da seca:

O tratamento que era dado aos retirantes aconselhou à prudente senhora não demorar-se aí. Ainda na véspera da chegada, um sério conflito se havia travado entre a comissão, os seus empregados e os famintos, que, açulados pela fome, arrombaram o armazém do governo e tentaram assassinar um dos comissários. A punição do delito foi tremenda severidade e de justiça. Não só os chefes do assalto foram presos e metidos no tronco, mas as próprias mulheres foram vergastadas em público. Para que o exagero da pena chegasse ao máximo, mandaram prender todos aqueles que eram acusados pelos empregados, de modo que muitas pessoas, que não haviam tomado parte no acontecimento, foram castigadas. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 137)

⁵³ Como é grande o ladrão Virgulino comparado com um ministro de Deus, pensou Eulália, abrindo a carteira [...]” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 155).

O que pelo menos era verdadeiro e incontestável era que a mortalidade dos retirantes crescia na razão direta do dispêndio com os socorros, o que de alguma sorte justificava a fama de que as comissões eram os verdadeiros retirantes socorridos. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 160)

Ao longo da leitura, essas passagens mostram as intenções do narrador com relação às atitudes dos comissários da seca, ou seja, passar que tratavam os gêneros como propriedade particular, que deveria ser distribuída ou não de acordo com os interesses dos representantes governamentais, subjugando a população a interesses próprios. A aparente neutralidade também tem a pretensão de criar a ilusão de verdade com vistas à crítica social sobre os acontecimentos em um momento de calamidades, mas novamente o narrador sedimenta um discurso prévio sobre uma região específica.

Patrocínio, assim, converge os elementos da narrativa de modo a confirmar a hipótese de que a seca funciona como uma espécie de evento catalisador e fatal que coagi os personagens a tomarem atitudes extremas para garantir a sobrevivência, mas, por exemplo, no caso da história da personagem principal, observamos que o principal motivo de todo o seu sofrimento foi ter sido seduzida pelo padre, depois é seca que domina e orienta tanto a vida quanto a morte de Eulália e também das outras personagens, cada uma com histórias diferentes, mas que passam a procurar, cegamente, um modo de sobreviver ao fenômeno e ao aparato que é criado em torno desse evento, como os representantes das autoridades públicas.

A seca, como tema central, apresenta-se como um evento desregrado, além das forças e dos limites, apoteótico, trazendo consigo o sofrimento e também um comportamento humano desesperado que colide com as necessidades e convenções sociais, passando a justificar toda a sorte de condutas, mesmo as mais extremadas num tom profundamente trágico e, ao mesmo tempo, romântico e apoteótico. Nesse sentido, existe uma luta das personagens para alcançar a sobrevivência e, nessa busca grotesca, choca-se com a sociedade injusta da época.

Os primeiros romances brasileiros que têm como temática a seca nasceram no Romantismo, com José de Alencar (1829-1877), em *O sertanejo* (1875) e com Franklin Távora (1842-1888), em *O cabeleira* (1876). Mesmo não abordando a seca como tema principal, segundo Ribeiro (2008), ela aparece como um meio de descrever, registrar e documentar a região Norte. Já Patrocínio com *Os retirantes* foi o primeiro que utilizou a seca não apenas como um fenômeno climático, mas também como um fato social com consequências amplas e profundas na população. Embora tenha representado e dramatizado

cenas apoteóticas da seca, ao mesmo tempo, ainda que contra sua vontade, ele ajudou na sedimentação de um discurso sobre um povo e uma região específica do país ao não problematizar o fenômeno e suas consequências, construindo uma composição literária que reflete discriminações regionais como, por exemplo, a emigração dos retirantes de navio rumo à região sul, “terras de muita fartura – acrescentavam; - dizem que lá para o sul chove quase todos os dias” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 292) sem questionamentos, como se só o fato de residir na região sul assegurasse todos os direitos do cidadão ou como se a chuva fosse garantia de uma vida digna, o que não é o caso, como podemos observar atualmente na região Amazônica, uma vez que não discute as realidades sociais, políticas, culturais e psicológicas de localidade, tornando-se uma obra de caráter local.

É certo que o romance foi criado dentro de um contexto histórico e, de acordo com as limitações de tempo e espaço inerentes do suporte, visto ter sido primeiramente publicado em folhetins, insere-se numa época de conturbação política em que se discutia e estabelecia projetos nacionais. Nesse sentido, a linguagem e os casos narrados no romance por vezes não era surpresa para o leitor de periódicos, principalmente ao compararmos o romance com os outros escritos publicados pelo autor, ainda quando era correspondente da *Gazeta de Notícias* e enviava cartas para serem publicadas na coluna “Folhetins” sob o título “Viagem ao Norte”, como veremos a seguir, e também de outros discursos sobre a região que, nesse momento específico, circulavam nos periódicos da capital do Império.

3.2 A recepção crítica do romance

Dois meses depois da publicação de *Os retirantes*, encontramos um artigo da *Gazeta de Notícias* intitulado “Bibliografia” e assinado por “Da Saison”, nele o autor afirma que, ao contrário do sucesso jornalístico do romance de estreia de Patrocínio, *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, com *Os retirantes* ocorreu o contrário, como podemos observar no trecho que segue:

Com *Os retirantes*, que nos ocupa agora a atenção, sucedeu o contrário: o autor esteve no sítio da ação; observou, viu e examinou com particular miudeza os usos e costumes das personagens que queira debuxar; aproveitou habilmente vários incidentes, uns interessantes, outros trágicos, e ao cabo de algum tempo deu-nos um excelente livro, profundamente meditado e pausadamente escrito, do maior interesse e da maior atualidade,

com todos os elementos de um triunfo ruidoso e, o que mais é, de um triunfo duradouro.

Como é notório, os *Retirantes* não cumpriram estes desígnios.

A quem cabe a culpa?

Ao autor?

Não; como se evidenciará de uma ligeira apreciação do livro.

Ao público?

Sim; evidentemente ao público, que, posto entre dois livros do mesmo autor, se decide pelo pior.

A culpa cabe exclusivamente ao público, dividido em duas porções – uma que podia formular um juízo discreto, e é indiferente; outra, sem imputabilidade, que sentencia tiranicamente do que não entende.

Eis porque (sic), apenas publicados dez ou doze folhetins, o romance granjeou logo o qualificativo de maçador, cruel e imerecido.

O silêncio, calculado ou hostil, da crítica, concorreu não pouco para a aceitação desse arresto, que se dilatou pela opinião como uma nódoa de azeite. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/04/1880, n.98, p. 02)⁵⁴

No artigo, um dos primeiros a tratar sobre a circulação do romance, observamos que a folha culpa os leitores pelo fracasso do romance, ainda em folhetins, qualificando-o como “maçador”, “cruel” e “imerecido”. Chartier (2007, p. 275) analisa a figura de uma leitora “impaciente, renitente e rebelde à emoção” e podemos observar que a estratégia de lançar a má recepção de um texto sobre o leitor e sua leitura “insensível e impertinente” não é novidade, pois a justificativa recai sobre a inépcia da leitora em possuir as disposições necessárias e essenciais à compreensão do texto e não sobre a obra.

A recepção do folhetim causou escândalo, principalmente por ter na personagem do padre o grande vilão da história, o “novo romance muito daria o que falar. [pois] Quando o livro começa a ser publicado em folhetim, são constantes as alusões ao seu caráter escabroso, quer entre os leitores, quer na imprensa da época”. (MAGALHÃES JR., 1972, p. 72-3). Ainda no início de 1880, a *Revista Ilustrada*, representante significativa do gênero revista literária no século XIX, em artigo assinado por A. Gil, com relação à leitura do romance e de suas descrições apoteóticas, afirma que:

Ainda os *Retirantes* estavam no meio de sua publicação, nos folhetins da *Gazeta de Notícias*, e eu ouvi uma apreciação que sintetiza em bem poucas palavras o que quer o publico no romance. Uma senhora que ‘fazia sacrificios’ de ler os *Retirantes* exclamou indignada:

- Tenho lido e hei de ler até o fim, não para ver até onde chegam os desaforos daquele padre; mas para ver até onde vai a pouca vergonha do Sr. Patrocínio!

Perfeitamente confessado. A leitora dos *Retirantes* não se zangava com os desaforos do padre, eles eram verdadeiros, eram reais, ela conhecia talvez a

⁵⁴ Artigo transcrito na íntegra em anexo 02.

muitos para os quais o solidéu fora perfeitamente talhado; o que a exasperava, o que lhe dava enxaqueca era haver um romancista bastante sincero para contar-lhe essas coisas num livro, em vez de enche-lo de lírios odoríferos, de seios entumecidos, de amores puros, de concubinatos líricos, de perfumes ideais, que fossem justificar muitas leitoras e provocar os seus histéricos.

Os *Retirantes*, porém não são isso, são uma história real, escrita com talento e muita observação. (*REVISTA ILUSTRADA*, 1880, n.193, p. 07)

A desculpa para a leitura de qualquer obra sempre é válida, mas a narração com o foco sobre a corrupção religiosa e sobre as desgraças da seca e seus desdobramentos mais escabrosos – a fome, a prostituição, a corrupção entre outros ingredientes - como tema surgiam como novidade para um público acostumado as proezas rocambolescas francesas ou aos romances românticos brasileiros de José de Alencar, Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, Lima Barreto e Joaquim Manuel de Macedo. Também percebemos uma crítica ao tipo de escrita dos autores românticos. Ainda mais uma vez, segundo A. Gil da *Revista Ilustrada*, os leitores não estavam preparados para o tipo de escrita de Patrocínio:

A nova escola, a escola da justiça e da verdade, terá ainda de lutar por muito tempo contra os velhos preconceitos, contra as convenções das antigas escolas literárias em que educou-se ou estragou-se o gosto do público, habituado as fantasias fáceis, em detrimento embora da realidade. O público lê com grande avidez e sem a menor perturbação digestiva a história dos crimes que tem origem no confessionário ou na sacristia, com uma condição de ser essa história narrada ou comentada nas gazetilhas diárias ou perante os tribunais civis; mas desde que o romancista apodera-se dela para expô-la em toda a sua hediondez, o público rejeita-a, desespera, clama contra o autor do livro e, não tendo o poder de condená-lo as fogueiras da Inquisição, satisfaz o seu ódio atirando o livro à fogueira da sua cozinha... É o que deve ter acontecido a mais de um exemplar de os *Retirantes*, em que José do Patrocínio respeitou a verdade quando ainda mais crua, descrevendo com grande talento todas as misérias que foi especialmente testemunhar. (*REVISTA ILUSTRADA*, 1880, n.193, p. 07)

A revista refere-se à escola literária Realismo, em que, segundo Coutinho (1986), uma das premissas relacionadas a esse movimento literário era o ver como garantia da percepção do real, da realidade humana; além disso, também temos a busca da verdade, na tentativa de fugir a qualquer sentimentalismo ou artificialismo; a busca da objetividade dos acontecimentos, por isso essa tendência literária dependia da observação dos fatos.

Augusti (2010, p. 108) afirma que os adeptos do naturalismo não apenas atribuíam um novo método para a escrita de romances, como também se supunha que “era necessário estudo e talento, atributo este pessoal e impossível de ser adquirido”, já que a função principal desses

escritores era “transformar a realidade em arte”, o que também tinha por função mudar o estatuto do gênero romance, alçando-o a uma condição nova e especial, conferindo-lhe novo *status* social ao se destinar a um tipo de público diferenciado.

Nota-se que, embora Patrocínio tenha observado a seca de perto e usado de suas anotações e histórias em seus dois escritos sobre a seca – as cartas de “Viagem ao norte” e o romance – ambos nos são apresentados recheados de figuras de linguagem com a finalidade de convencer o leitor, ampliando e intensificando o que é dito, de modo a criar uma realidade outra, estranha, que distorce e transforma, por exemplo, os seres humanos retirantes, em seres disformes, em animais, canibais, de modo que a ficção nos parece superar a realidade.

Nesse sentido, segundo o cearense Araripe Júnior (1848-1911), crítico e historiador da literatura brasileira, em um ensaio literário publicado no jornal *Novidades*, que tem como título *A «terra» de Emilio Zola e o «homem» de Aluísio Azevedo* e subtítulo *O romance no Brasil – Invasão do naturalismo*, o autor disserta especificamente sobre o romance *Os retirantes*, e afirma que o romance, mesmo tendo sido publicado no rodapé do jornal, não foi bem escrito:

Este susto porém, teve o mais largo n'Os retirantes, livro escrito pouco depois, em vista dos fatos, que formam o seu objeto, e debaixo de intuitos premeditadamente realistas. Como sabem *Os retirantes* são a história da última seca do Ceará. O autor embarcou-se um dia para ir estudar o fato, no próprio teatro dos acontecimentos, e quando voltou, ainda tomado pelas emoções da viagem, travou da pena, e lançou no papel essa odisseia da fome.

Não havia assunto que se prestasse mais as fúrias de um realista de raça do que essa catástrofe sem nome, aonde todos os espécimes da miséria e da degradação humana tiveram o seu lugar e a sua notação especial. Basta-me dizer que família houve no sertão, que abandonando os seus penates em janeiro de 1888, cheia de orgulho, de honradez e de prejuízos nobiliárquicos, chegasse meses depois nos abarracamentos da capital, com as noções de honra, da dignidade e até da família completamente obliteradas, vendo-se então meninas de 14 e 15 anos, despudoradas como perfeitíssimas alimárias, vendendo por 40 reis favores quase cheirando a sepultura.

Não obstante tudo isto, o romance de José do Patrocínio deixou-me frio. A razão é óbvia. Ele não vivera a vida daquelas cercanias, como a fizera com a de Campos; depois não fora o romancista, o fotógrafo, que se comissionara a terra, que ele mesmo chamou *Terra da Luz*. Quem escreveu *Os retirantes* foi o orador e o orador apaixonado, que chora, sensibiliza-se quando tem de escrever, exalta-se, enfurece-se quando deve observar. (*NOVIDADES*, 28/03/1888, n. 69, p. 02)

Desde as primeiras apreciações literárias, o romance foi mal visto e, ainda segundo Araripe Júnior, a fraqueza do escritor está na paixão pelo apostolado, pela literatura engajada

e inflamada, ou seja, no papel de advogado que assume para proteger os fracos, de modo que “Um autor nascido para a sensação não conseguirá nunca libertar-se dessa sensação. A sua obra, a sua verdadeira obra, será a floração dessa semente profundamente plantada pela herança em sua alma. É-lhe vedado trabalhar sobre fatos concretos.” (*NOVIDADES*, 28/03/1888, n. 69, p. 02). A crítica literária, o elemento principal na formação do cânone literário, desde Araripe perseguirá Patrocínio e, os dois outros críticos literários contemporâneos a ele, Silvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916), também o anularam enquanto romancista.

A princípio, com “Da Saison” na *Gazeta de Notícias*, a culpa pelo fracasso do romance foi atribuída aos leitores, o que, como vimos, pode ser uma estratégia a fim de proteger o texto das críticas, a seguir, em artigo assinado por A. Gil da *Revista Ilustrada*, os leitores não estavam preparados para o tipo de escrita realista/naturalista de Patrocínio e da tendência literária do momento. Já em Araripe Júnior, no jornal *Novidades*, a sentença é de que:

Os primeiros capítulos, principalmente, ressentem-se de um pessimismo zollesco muito e muito rebuscado. O livro angustia-se na preocupação da escola; a vida do sertão aperta-se entre calhas como as águas do S. Francisco na Cachoeira de Paulo Afonso; a povoação do interior perde o seu caráter próprio, para deixar-se ver, não através do temperamento do autor, mas dos processos e das tintas do mestre. Como as cenas, que nós cearenses conhecemos tanto, ali se passam por entre um cinzeiro impenetrável, tendo a vida perdido a sua rotação natural. (*NOVIDADES*, 28/03/1888, n. 69, p. 02)

Assim, Patrocínio é criticado por escrever movido, segundo o próprio Araripe, por uma verve reformatória e contestatória e também por se mostrar demasiadamente ligado a uma tendência literária específica. Essa, de fato, foi a única análise literária que fala da obra, contando sua história e analisando pormenores. A partir daí, Patrocínio entra nas histórias literárias como um grande publicista, orador e crítico brasileiro e todos romances escritos pelo autor não são nem citados pelas histórias e antologias da literatura brasileira.

Silvio Romero (1851-1914) afirma em sua *História da Literatura Brasileira* (1954), tomo V, que Patrocínio encontra-se entre “os quatro representantes máximos das raças cruzadas no Brasil neste século”, em clara referência a sua cor negra, mas que seria uma “forma sem fundo” (p. 1869). Segundo o autor, Patrocínio encaixa-se dentre os “cultores doutros gêneros, pela tradição contemplados no conceito de literatura: história, eloquência, crítica literária e filosofia.” (ROMERO, 1954: V, p. 1717) Nesse sentido, quando em 1888

Romero publica em dois volumes sua *História da Literatura Brasileira*, não podemos perder de vista que literatura até esse momento era bem abrangente e compreendia “todas as manifestações da inteligência de um povo: - política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letras, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!...” (ROMERO, 1980: I, p. 58), o que nos leva a pensar que a construção dessa história, segundo Romero, é uma verdadeira história da cultura e da civilização brasileira.

Prosseguindo, no capítulo que disserta sobre a evolução dos gêneros na literatura brasileira, Patrocínio figura no que diz respeito ao romance e conto dentre os meio-naturalista, tradicionalista e campesino; acerca da eloquência dentre a “eloquência forense, a tribunicia, a acadêmica, desenvolvidas ao lado da sagrada e da parlamentar” (ROMERO, 1954, p. 1977). No que diz respeito a prosa como arte, Patrocínio é inserido dentre o conjunto dos pensadores do século XIX entre os mais brilhantes da nossa literatura, os que “manejaram melhor no Brasil a palavra escrita, na difícil arte da prosa” (ROMERO, 1954, p. 1986), devido “a vibração das palavras, a eloquência dos retos” (ROMERO, 1954, p. 1987).

Podemos observar que o crítico Romero acaba por não fazer nenhuma apreciação ou análise específica sobre os três romances escritos por Patrocínio, mas sim dos escritos do autor de modo geral e superficial, enquadrando-o mais como um hábil jornalista político do Brasil do que escritor de narrativas.

Outro crítico contemporâneo a Araripe Júnior e Silvio Romero foi José Veríssimo (1857-1916). O autor paraense também escreveu uma *História da literatura Brasileira*, em 1916, mas para ele, diferentemente de Romero, a literatura reduzia-se a arte literária, o que limitava os escritos selecionados, classificação na qual não cabia Patrocínio, como podemos observar:

Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo de infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinônimo de boas ou belas letras, conforme a vernácula noção clássica. Nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero. (VERÍSSIMO, 1916, p. 9-10)

O autor ainda lamentava-se que na sua história existiam muitos nomes que poderiam ter sido omitidos, pois pouco ou quase nada representavam, realizando, ao mesmo tempo, uma avaliação estética e um desafio – “uma seleção mais rigorosa é trabalho para o futuro” (VERÍSSIMO, 1916, p. 11). Mas nessa história, assim como na de Romero, Patrocínio é colocado no capítulo que trata dos publicistas, oradores e críticos, o que pode ser conferido abaixo:

A publicística, no seu mais exato sentido de literatura das questões públicas, nunca de fato se incorporou aqui à literatura propriamente dita ou a enriqueceu com exemplares de maior valor que o ocasional e de emoção menos efêmera que a do momento. Salvo em um ou outro jornalista de mais vigoroso pensamento e de mais perfeita expressão, como Justiniano da Rocha, Otaviano Rosa, Quintino Bocaiúva e os já atrás citados Tito Franco de Almeida, Saldanha Marinho, Ferreira Viana, José de Alencar e outros, e mais perto de nós Salvador de Mendonça, Ferreira de Araújo, Ferreira de Meneses, Leão Veloso, Rodolfo Dantas, Belarmino Barreto, *José do Patrocínio*, cujos nomes, acaso por outros motivos que os puramente literários, sobrevivem, careceu sempre a nossa publicística de qualidades com que se pudesse legitimamente incorporar na nossa literatura e viver nela por obras sempre estimáveis. (VERÍSSIMO, 1969, p. 175, grifo nosso)

Observamos é que, paulatinamente, Patrocínio vai perdendo o seu papel de literato, pelo qual nunca obteve nenhuma espécie de reconhecimento, e continua “sobrevivendo” por outros motivos que os “puramente literários”, mais reconhecido por seus escritos na sua carreira jornalística e na luta contra a abolição⁵⁵. Nas antologias mais atuais de literatura, como na *Formação da literatura Brasileira* (1959), de Antonio Candido, Patrocínio não é mencionado, já na *História concisa da literatura Brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, o autor aparece listado entre os homens que tomaram “as letras como instrumento de ação” (BOSI, 1982, p. 286), principalmente política, na luta pela liberdade, se mais explicações sobre os seus escritos e também nada é dito sobre a literatura ficcional de Patrocínio.

Na nossa pesquisa, podemos observar que Patrocínio também não contava com o que Augusti (2010, p. 122) denomina de rede de relações, como o aval de um escritor já respeitado no mundo das letras o que “não apenas auxiliava a divulgação da obra, como também a investia de prestígio”, uma vez que a indicação era valiosa e normal entre os escritores do século XIX. Nesse sentido, afora a “Bibliografia” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 09/04/1880, n. 98, p. 02) e os avisos sobre a venda do romance da *Gazeta de Notícias*, encontramos apenas mais duas apreciações do romance: na *Revista Ilustrada* (1880, n. 193, p.

⁵⁵ Como nos aponta José Murilo de Carvalho no prefácio do livro que reúne artigos de Patrocínio *Campanha Abolicionista*: coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

7) artigo de A. Gil e a crítica de Araripe Júnior no jornal *Novidades* (28/03/1888, n. 69, p. 2), ou seja, ele não suscitou nos seus pares a promoção e divulgação de seu romance-folhetim em nenhum momento.

Segundo Cairo (2013), foi a partir dos críticos e historiadores, tais como Araripe Júnior, Silvio Romero e José Veríssimo que, inspirados nas ideias românticas europeias, que se começou a estabelecer um cânone para a literatura brasileira, formado pelos autores e obras mais representativos para se estabelecer a identidade nacional do país. É certo que muitos homens de letras da imprensa brasileira ajudaram na construção da identidade nacional, assim como Patrocínio, mas se os romances-folhetins publicados pelo autor não tiveram grande repercussão a época da publicação, com o tempo foram sendo quase que completamente esquecidos a ponto de contarem com pouquíssimas publicações, como é o caso de *Os retirantes*, que além da primeira edição em livro lançada pela tipografia do jornal *Gazeta de Notícias*, segundo nossas pesquisas, conta apenas com a edição lançada em 1973 na coleção “Obras imortais da nossa literatura”, editora que trouxe à luz vários romances esquecidos⁵⁶.

Embora a crítica literária tenha surgido com a responsabilidade de ser mais um instrumento de construção da nacionalidade brasileira, outros valores foram sendo acrescentados e transformaram o termo literatura, que foi sendo construído historicamente, e que se encontra bem diferente daquele vigente até fins do século XIX. Mesmo na época de sua publicação, *Os retirantes* não teve uma boa recepção por parte do público e, segundo os valores estéticos atuais, também não é considerado um bom livro. É o que afirma a escassez de trabalho sobre o livro e também as *Orientações curriculares nacionais* (OCN's), no trecho que segue:

[...] por transgredir por denunciar, enfim, por serem significativos dentro de determinado contexto, [...] ainda é insuficiente [...] se não revelarem qualidade estética. [...] *Muitas obras de grande valor cultural têm escasso valor estético, até mesmo porque não se propuseram a isso: é o caso, por*

⁵⁶ Títulos que compõem a coleção: – 1 *Helena / O Alienista*; 2 *O Crime do Padre Amaro*; 3 *A Moreninha*; 4 *A Carne*; 5 *As pupilas do senhor reitor*; 6 *Iracema / Lucíola*; 7 *Inocência*; 8 *Eurico, o Presbítero*; 9 *A Normalista*; 10/11 *Os Sertões*; 12 *O Ateneu*; 13 *Casa de Pensão*; 14 *Amor de perdição*; 15 *A escrava Isaura*; 16 *O cabeloira*; 17 *Viagem a minha terra*; 18 *Memórias de um sargento de milícias*; 19 *Luzia-homem*; 20 *Dona Guidinha do Poço*; 21 *Contos de Artur Azevedo*; 22 *O país das uvas*; 23 *Noite na taverna*; 24 *Mocidade morta* de Gonzaga Duque; 25 *Paulo de Bruno Seabra*; 26 *O Vaqueano* de Jose Gomes Apolinário Porto-Alegre; 27 *Contos e Lendas de Rebelo da Silva*; 28 *As tardes de um pintor* de Antonio Gonçalves Teixeira e Souza; 29 *Jacina, A Marabá* de Araripe Junior; 30 *As duas fiandeiras* de Gomes Amorim; 31 *Os meus amores* de Trindade Coelho; 32/33 *Os retirantes* de José do Patrocínio; 34 *Tristeza a beira mar* de Manuel Pinheiro Chagas; 35 *Flor de Sangue* de Valentim Magalhães; 36 *O marido da adúltera* de Lucio de Mendonça; 37 *Hóspede* de Parda Mallet; 38 *Contos sem pretensão* de Guimarães Junior; 39 *Contos ao luar* de Julio César Machado; 40 *Contos* de Dom João Câmara.

exemplo, dos escritos de José do Patrocínio” (OCN’S, p. 56-7, grifos nossos).

Ao fazer tal afirmação, de forma vaga, essa instância legitimadora, uma vez que passa a intervir de maneira determinante na produção, circulação e recepção dos discursos publicados (CHARTIER, 1998; 2002; 2011), acaba por afastar a leitura das obras de Patrocínio do cânone literário e, por consequência, da sala de aula⁵⁷, privando muitos brasileiros de conhecerem um escritor e jornalista que marcou com seus textos o fim do Império e o início da República, e que pode ser tomado como parceiro tanto no processo de conhecimento histórico quanto literário por ter inaugurado um tema caro à escrita de romances, principalmente em sua vertente regionalista.

Assim, o que podemos chamar de agentes de mediação da leitura, como as antologias de história da literatura brasileira, a escola, a crítica literária e mais uma multiplicidade de espaços e de personagens sociais que filtram, traduzem ou que atribuem juízo de valor específico a uma obra através dos tempos silenciaram os três romances de Patrocínio, o que reflete interesses e representa uma realidade. Embora, segundo Eagleton (2006), a literatura não seja uma categoria objetiva, seu juízo de valor seja historicamente instável e seu conceito mantenha uma estreita relação com as ideologias sociais, o fato é que desde a crítica de jornal de Araripe Júnior as histórias literárias contemporâneas aos romances de Patrocínio, como as de Silvio Romero e José Veríssimo, ambas sequer cogitam os nomes das obras do jornalista, relegando-as ao limbo, uma vez que não são apreciadas em suas antologias e, na atualidade, o que seria considerado como literatura, ou seja, os romances do autor, continuam desautorizados pelo cânone literário.

3.3 Os escritos da seca de Patrocínio

Patrocínio foi enviado como correspondente do jornal *Gazeta de Notícias* ao Ceará, de maio a agosto de 1878, e produziu uma série de dez cartas sobre a situação da província nortista que foram publicados na coluna “Folhetins”, sob o título “Viagem ao Norte”, de junho a setembro daquele ano. O outro objetivo do jornalista era observar “e fazer com tais elementos um livro” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 10/05/1878, n.127, p. 01), futuro *Os retirantes*.

⁵⁷ Sobre este assunto conferir Cosson (2009, p. 19-36).

Segundo Barbosa (2007, p.31), “não há nada que traduza melhor o que era um jornal do século XIX do que as palavras *Variedade e Miscelânea*” (grifos da autora), uma vez que vários tipos de escritos podiam ser encontrados em uma mesma coluna. A coluna “Folhetins” do jornal *Gazeta de Notícias* antes de abrigar as cartas de “Viagem ao Norte” acolheu, por exemplo, o romance-folhetim *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, de Patrocínio, depois publicado em livro. Antes da viagem, Patrocínio também assinou, no mesmo rodapé, a coluna “Folhetim da Gazeta de Notícias”, sob o título “Conversemos...”, em que o autor registra várias exposições acerca de diversos assuntos, como literatura e política, com o pseudônimo “Nemo”. Além disso, várias outras obras foram publicadas nessa coluna, como o romance-folhetim *O ventríloquo*, de X. de Montepin e, também o romance-folhetim de Patrocínio – *Os retirantes*.

Isso demonstra a pluralidade de escritos que uma mesma coluna de jornal no século XIX poderia abrigar. Nesse sentido, a publicação de “Viagem ao Norte” corrobora com essa afirmação, uma vez que as cartas foram escritas com a intenção de relatar os acontecimentos do Ceará, como nos afirma o editor do jornal – “Publicamos hoje a primeira carta que de Maceió nos dirigiu o nosso colega Patrocínio, comissionado por nós para observar as províncias do norte e especialmente a do Ceará e remeter-nos daí [...] notícias.” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 01/06/1878, n.149, p. 01)

As cartas do correspondente, tratadas aqui, como na época, enquanto objetos literários, podem ser lidas no jornal como pequenas crônicas acerca das consequências da seca na província do Ceará e ocuparam um lugar de destaque na folha, o rodapé da primeira página, e, segundo o jornal, trariam “... notícias exatas e minuciosas acerca do estado da população daquela parte do império” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 10/05/1878, n.127, p. 01). Assim, temos cartas que foram escritas por uma pessoa específica – Patrocínio, que usou da literatura para dar a própria versão dos fatos cearenses.

As primeiras missivas intituladas “Viagem ao Norte” de 01 e 06/06/1878 (continuação) narram os acontecimentos desde sua saída da corte, a rápida passagem pela província da Bahia até a chegada à capital da província de Alagoas, Maceió, onde assim descreve os retirantes:

Pelas ruas, praças, pela estrada arrasta-se tristemente o sórdido transbordamento da miséria das províncias do norte; os míseros retirantes. Os rostos escaveirados pela fome revestes-lhes de um colorido ictérico. Os olhos esbugalhados, os cabelos emaranhados; os andrajos que lhes cobrem os corpos emagrecidos dão-lhes aquele ar sorneiro dos idiotas. Retarda-lhes

o andar a inchação das pernas e dos pés; curva-lhes a cabeça o vexame da desgraça. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/06/1878, n.154, p. 01)

Patrocínio também passa pelas capitais das províncias de Recife e Paraíba, onde desembarca e faz novas constatações das consequências da seca antes da chegada ao Ceará no qual logo na entrada, pelo porto de Mocuripe já constata “a atraente tristeza do cenário” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/07/1878, n.198, p.01)

Já em fins de agosto desse ano, Patrocínio encontra-se na corte atuando como comentarista político dos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Besouro*, com o qual romperia no fim do ano de 1878 por discordar de uma das ilustrações do português Rafael Bordalo Pinheiro⁵⁸, que regressou a pátria em fins de março de 1879.

A partir da terceira missiva, de 20/07/1878, o autor passa a dissertar sobre a cidade de Fortaleza, a princípio, assim como no romance *Os retirantes*, temos a descrição da cidade, como podemos observar:

A topografia da cidade é de uma regularidade extraordinária. A maior parte, edificada sobre um plano, guarda a disposição dos quadros de um tabuleiro de xadrez.

As praças são muito espaçosas e arborizadas, as ruas perfeitamente retas, porém pouco asseadas. A noite uma boa iluminação estria cada uma delas com duas paralelas de luz. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/07/1878, n. 198, p.01)

A cidade da Fortaleza está situada à beira do mar, sobre um extenso cômodo de ondulações tão suaves, que se disfarçam numa vasta planície.

As suas ruas se cruzam com a regularidade das carreiras de uma tábua de xadrez, e de quando em quando vão desembocar em praças espaçosas, elegantemente arborizadas por longas filas de árvores gigantescas. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 181)

O início da descrição física do ambiente confunde-se e, em ambos os gêneros literários, carta e romance, apresentam uma descrição da capital cearense de modo muito parecido. Para isso, o autor usa de figuras como a enumeração da disposição da cidade, bem como da metáfora com o jogo de xadrez para falar sobre a topografia da cidade – plana e organizada, mas as semelhanças não param por aí, várias outras correspondências podem ser relacionadas, como por exemplo, a história do milagre do cruzeiro, ainda na terceira carta de “Viagem ao norte”:

⁵⁸ Rafael Augusto Protes Bordalo Pinheiro (21/03/1846 a 23/01/1905) foi um artista de origem portuguesa, de obra vasta publicada tanto em livros e jornais.

No adro há um grande cruzeiro, objeto especial da adoração supersticiosa do povo.

Ainda no dia dezesseis de junho aglomerou-se em torno do patíbulo divino a religiosa multidão. Dizia-se que um grande milagre acabava de operar-se: o cruzeiro marejava água, anúncio sobrenatural da terminação da calamidade que flagela a província. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 20/07/1878, n. 198, p. 01)

Uma tarde abriu-se-lhe a imaginação a uma grande esperança. Circulou pela cidade um boato, que, embora não tivesse grande alcance aos olhos de Augusto, produziu sobre si uma agradável impressão. Propalou-se que o enorme cruzeiro da praça da Sé estava a marejar água. (*PATROCÍNIO*, n. 33, p. 279)

Este é um dos sinais de credence popular com a qual Patrocínio dialogou entre os seus escritos da seca. Ambos os trechos, sem as devidas fontes, poderiam ser confundidos, entre qual o romance e qual a carta, mas no primeiro caso o autor usa de uma linguagem em que os efeitos de sentido se constroem exatamente a partir da ausência da linguagem figurada, o que lhe confere uma proximidade com uma linguagem objetiva, já no segundo caso, no romance, percebemos que o autor trabalha com as consequências do “milagre”, como a esperança de mudança climática, num lugar impregnado pela miséria, desesperança, corrupção e pelo abandono.

No romance, há várias passagens que observam as superstições com relação à seca, mas, nesse caso, o efeito de sentido dá-se sobre a esperança dos retirantes e flagelados que, em êxtase e frenesi religioso, acumulam-se na praça pública, pois esse “milagre” tinha de ser visto e celebrado, a exemplo do trecho abaixo:

Todos queriam verificar o milagre, sentir diante dele o coração desvairar de contentamento, alucinar-se numa alegria tal, que só se poderia comparar à de um leproso que visse de repente lhe cair a crosta repelente, e aparecer-lhe o corpo são e robusto, o sangue a querer irromper da epiderme nova e finíssima.

[...]

Desdobrou-se-lhe um espetáculo de cenas indescritíveis. A fé e a sofreguidão davam ao ajuntamento enorme a voz das cascatas em época de enchente; saía dela um ruído que azoïnava. Soavam cânticos em toda a praça, onde a multidão se conservava de joelhos; reinava a confusão em todas as ruas que desembocam no largo. (*PATROCÍNIO*, n. 33, p. 280)

No primeiro trecho, a referência ao leproso nos remete a passagem bíblica da cura de um leproso e da descrição de sua felicidade, como um milagre, a esperança aparece como um motor capaz de reunir muitas pessoas em torno do cruzeiro. A metáfora da enchente, na

comparação do burburinho das vozes com o burburinho de muitas águas, chega a ser irônica, nesta situação de calamidade, em primeira instância, pela falta de água.

Na publicação seguinte, de 23/07/1878, n. 201, encontramos uma carta dividida em cinco partes, que podem ser lidas de modo aleatório e que dizem tratar das ruas e praças de Fortaleza, temos uma referência utilizada pelo autor, é o caso da descrição da penúria das crianças, que nos remete diretamente para as consequências diretas da seca sobre a população faminta:

Criancinhas nuas ou seminuas, com os rostos escaveirados, cabelos emaranhados sobre crâneos enegrecidos pelo pó das longas jornadas, com as omoplatas e vertebras cobertas apenas por pele ressequida, ventres desmesurados, pés inchados, cujos dedos e calcanhares foram disformados por parasitas animais, vagam sozinhas ou em grupos tossindo, a sua anemia e invocando com voz fraquíssima o nome de Deus em socorro da orfandade. Após as carroças que rodam pesadamente com a carga de sacos de farinha, seguem essas desventuradas ajuntando o restolho que fica nas calçadas. Outras andam de cócoras limpando com os dedos sujos, que chupam avidamente, os pingos de mel escapos às fendas dos barrilhetes. Outras ainda, com a perícia de uma ninhada de pintos, levam horas ciscando o lixo da rua para descobrirem grãos de milho, de arroz e farinha que guardam solícitamente em pedacinhos de pano imundo. Suprema alegria, porque é a satisfação da natural glotonice infantil, é para os infelizes o encontro de um bagaço de cana; repassam-no como duas moendas de modo a aproveitar alguma gota de suco que lhe restava. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 20/07/1878, n. 198, p.01)

Passava uma fila de carroças sobre as quais eram transportados grandes tonéis de mel. O líquido, vazando pelas frestas das toscas vasilhas, deixava na calçada um rastilho negro. Após as carroças precipitava-se uma multidão de crianças, nuas, sórdidas, que apanhavam com os dedos os fios de mel, ou deitavam-se sobre a calçada quente da soalheira para lambê-lo, não sem medonhos conflitos. (*PATROCÍNIO*, n. 33, p. 234)

Nesse caso, vemos nessa primeira carta que o autor desenvolve a descrição das crianças de modo a animalizá-las, nessa metáfora, uma vez que a associação entre as crianças e os animais, por exemplo, os ratos, não é explícita, mas o comportamento pode ser comparado, já que ambos estão se alimentando de restos considerados lixo, observamos o quão miserável pode ser o comportamento humano no limiar de sua subsistência. Ao mesmo tempo, a descrição física das crianças não é de crianças normais, o autor dá a impressão de estar descrevendo seres anormais, bizarros, deteriorados pela ação da seca, principalmente pela fome, o que confere um maior grau de anormalidade caricata e grotesca a esses seres.

Apresenta uma série gradativa e ascendente que termina com “parasitas animais”, ou seja, também são portadores de doenças, o que produz efeitos imagéticos fortes sobre os leitores acerca dos retirantes.

Mais a frente, as crianças continuam, metaforicamente, sendo comparadas e rebaixadas a animais, como a “pintos”, na característica da procura de dejetos comestíveis no chão. Essas metáforas passam uma imagem depreciativa do retirante da seca, ao começar com “criancinhas” a marca do diminutivo já faz sobressair o aspecto frágil, inocente e pequeno da infância. A fusão de duas realidades – a humana e a animal, cria uma ideia deteriorada e depreciativa acerca das pessoas e da região que acaba por intensificar um determinado pré-conhecimento do lugar e das pessoas que compõem esse cenário degradante e degradado, que corrói os seres humanos.

Já no romance, o espetáculo das crianças esfamadas também confere uma cena pitoresca. A hipérbole da “multidão” confere uma amplificação exagerada da verdade das coisas, já em “deitavam-se sobre a calçada quente da soalheira” temos uma configuração sinestésica, uma vez que a figura se caracteriza pela evocação de impressões sensoriais através da palavra, neste caso, o tato, a sensação quente no corpo ao tocar um chão imundo e quente confere uma sensação de asco ao leitor que sente repugnância por este ambiente hostil e imundo.

Ainda na mesma crônica, de 23/07/1878, o caráter dialógico dos discursos fica patente quando o autor faz a seguinte declaração a respeito das moças sertanejas – “Todas elas, filhas dos sertões, santificadas por uma vida simples, sem sedutores, sem D. Juans miseráveis, chegaram às cidades mumificadas, é certo, porém virgens.”, e mais tarde temos em uma carta do *Eco do Povo*, de 21/12/1879, a “2.^a Carta de Lelé a seu compadre José Badejo”, o desenvolvimento da expressão “D. Juans”, como analisado anteriormente, o que mais uma vez nos mostra o caráter dialógico dos jornais, uma vez que determinados termos e comentários circulavam em diversos escritos.

Já na publicação de 03/08/1878, n. 212, que, segundo o autor, trata dos “Abarracamentos e pagadoria dos retirantes na Fortaleza”, é utilizado uma expressão que será mais vivamente descrita no romance – o egoísmo da conservação – que se refere ao instinto humano de sobrevivência, como se vê:

Entretanto vive-se aí, quer-se viver e a luta pela existência impõe-se na inteireza da sua fatalidade.

As horas da refeição, distribuída às viúvas, aos órfãos e aos enfermos, dão-se verdadeiras batalhas. Não se respeita nem a velhice nem a infância; o egoísmo da conservação é surdo aos alheios lamentos.

Cada um apressa-se em chegar primeiro para não ficar privado da única refeição que terá nesse dia. Daí empurrões, lutas, gritos de crianças, pragas dos enfermos. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/08/1878, n. 212, p.01)

O egoísmo do instinto de conservação, brutal, feroz, mas sem imputabilidade, recebeu-a aí com o mais pronunciado desagrado. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 48)

À tarde, em torno das cacimbas, travavam-se lutas ardentes de que frequentemente resultavam ferimentos e mortes. É que aqueles que conseguiam encher uma pequena vasilha tinham por esta razão o cuidado de um avaro pelo seu ouro.

O egoísmo da conservação mantinha a mais estreita espionagem para que houvesse igualdade na divisão, e não obtivesse tamina senão uma pessoa de cada família. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 55)

O instinto de conservação humana, segundo o autor, floresce sempre no que tange a alimentação e, principalmente na busca da sobrevivência. E para corroborar nessa forte manifestação da natureza humana, mais uma vez, os seres humanos são, metaforicamente, comparados a animais na luta pela comida e, essas “batalhas” são descritas de modo a apresentar todas as peculiaridades da situação, oferecendo uma série de características dos acontecimentos, listando as ocorrências, como em “Daí empurrões, lutas, gritos de crianças, pragas dos enfermos.” Com este recurso, a enumeração, cuja ligação, nesse caso, se faz por assíndeto, o autor procura representar fidedignamente os detalhes da realidade sobre a qual escreve.

O segundo trecho, do romance *Os retirantes*, dá-se quando Maria, esposa do bandido Virgulino, resolve cuidar de dois filhos de uma morta que está no caminho da família, mas o ato é mal visto pela família de Maria que já tem muitas bocas para alimentar. Mais uma vez temos a enumeração por assíndeto, ou seja, o processo de encadeamento do enunciado é marcado pelo uso da vírgula sem a ocorrência de conjunção coordenativa, amplificando o “desagrado” da família em receber mais duas bocas para alimentar. É assim que, mais tarde, à surdina, a mãe de Maria acaba por matar as duas crianças que poderiam causar a morte de seus netos.

O terceiro trecho também narra a disputa pelo alimento. Novamente, o autor usa de uma metáfora, em que toma comida por ouro, esse estratégico recurso expressivo da língua que põe em destaque aspectos que o próprio termo não é capaz de evocar por si mesmo, nesse caso, aferindo uma ideia de grande valor e preciosidade ao alimento, principalmente neste

momento específico, mas o campo semântico do ouro também pode sugerir outras comparações implícitas como a de escassez para ser encontrado, preciosidade capaz de suscitar grandes lutas na sua disputa, como ocorria naquele momento de calamidade com o alimento.

Outro ponto duplamente explorado por Patrocínio, tanto no romance quanto nas cartas, foi a questão da serra, local de clima mais ameno, agradável e úmido. Esse tema aparece na missiva de 15/08/1878, n. 224, que é dividida em duas crônicas e que trata das “Estradas do Ceará”, como se vê no trecho que segue:

Do meio da aridez das terras baixas levantam-se as serras como enormes oásis. O calor elevadíssimo diminui até a amenidade, os raios do sol ardente arrefecem aos bafejos de virações suaves; brotam de toda parte olhos d'água que, saltitando de pedra em pedra, e escorregando murmurosamente sobre leitos secos, serpenteiam em curso natural em alvos marcados pela mão do homem através de plantios viçosos. Tudo enfim se prepara para uma inspiração de poeta lírico, desde o colorido do céu até as revoadas sonoras das aves; desde o verdor da vegetação luxuriosa e esplêndida até a limpidez e potabilidade das águas.

Mas os oásis servem apenas para cominar-se aos pobres retirantes o suplício de Tântalo.

Os canaviais desnudam os seus gomos túmidos, os mandiocais estremecem o tom verde gaio das suas folhas, os batatais estendem pelo solo os seus bracejamentos cinzentos ou roxos, somente para atirarem-lhes, com a perspectiva da fartura, uma ironia pungente a fome.

Milhares de olhos avaros espionam as plantações, e o crime de tocar-lhes é severamente punido.

O proprietário, instaurando aos miseráveis processo sumário, termina infligindo lhes o castigo de algumas dúzias de palmadas e chicotadas, ou então a pena de ter a cabeça raspada em cruz.

Esta é a mais severa das penas. O desgraçado que sofrê-la caminhará irremediavelmente sem amparo, e morrerá sem despertar a mínima compaixão. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/08/1878, n. 224, p.01)

Seguiu quase a correr, descendo a íngreme ladeira como se fosse intento seu não parar. Embaixo um panorama esplêndido desdobrou-se diante de si. Uma situação perfeitamente cultivada estendia-se com os seus canaviais viridentes, cheios de ruído, com os seus cafezais e mandiocais verde-negros dominando um grande espaço. Sobre um pequeno tabuleiro a casa, iluminada, surgia sonora de gargalhadas e gritaria de crianças. Próximo a ela, num curral espaçoso, o gado meneava os chocalhos, ruminando tranquilamente. A pouca distância do curral, um vasto telheiro mostrava-se inteiramente iluminado por enorme fogueira. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 170)

- Pois então! A serra não dá para todos e nós que aqui moramos já não podemos. Fomos forçados até a impedir que subissem retirantes para cá. Daqui para baixo, para cima ninguém, que não vá de passagem. Se não fizéssemos assim, morreríamos também de fome. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 171)

O trecho da primeira crônica do dia publicada na coluna “Viagem ao norte”, descreve a serra como um oásis na terra, portanto local precioso e que por isso deve ser guardado e protegido. Novamente, temos a enumeração progressiva das qualidades do espaço físico - a serra. A acumulação de informações apreciativas com relação ao lugar busca nos dar a ideia de paraíso, para isso, o autor também procura através de impressões sensoriais por meio da palavra, nesse caso, para além da visualização da cena imagética, com sensações visuais e sonoras com – “... desde o colorido do céu até as revoadas sonoras das aves; desde o verdor da vegetação luxuriosa e esplêndida até a limpidez e potabilidade das águas.”. Essas descrições conferem maior capacidade à escrita ficcional de supostamente fazer ver as imagens, através da figura hipotipose, vista anteriormente, criando uma maior ilusão de suposta realidade ao leitor.

A seguir, o autor usa da metáfora para subentender que o oásis não passa de um “suplício de Tântalo” para os retirantes. Na mitologia grega, Tântalo era filho de Zeus e, certa vez, cometeu um erro grave, como castigo foi lançado ao Tártaro, um lugar abundante em vegetação e água, mas foi sentenciado a nunca saciar sua fome e sede, já que ambos iam para longe de seu alcance ao se aproximar. A expressão refere-se então ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, mas, ao mesmo tempo, inalcançável. Da mesma forma, sentiam-se os retirantes diante do esplendor da serra, cheia de alimentos e água, mas que se tocada o castigo era certo.

Um exemplo do castigo, encontramos logo no início do romance, quando um grupo de retirantes chega a B. V. e a grande maioria das pessoas negam-se a ajudar o grupo pelo sinal em forma de cruz que o homem carregava na cabeça, sinal de que era um criminoso, de modo que:

O sertanejo, humilhado, cambaleando, levou maquinalmente a mão à frente, como se quisesse apagar daí o sinal infamatório, mas retirou-a logo com ligeireza de quem se queimasse num ferro em brasa. O pânico e o desespero injetaram-lhe os olhos de sangue e deixaram-no boquiaberto. (PATROCÍNIO, n. 32, p. 60)

o sinal da cruz era a marca dos ladrões e “... o desgraçado que sofrê-la caminhará irremediavelmente sem amparo, e morrerá sem despertar a mínima compaixão”, como narra Patrocínio nessa situação.

Retomando, o segundo trecho, Patrocínio em seu romance também utiliza da enumeração para qualificar a serra, com o uso de artifícios sensoriais, visuais e sonoros – “...

canaviais viridentes, cheios de ruído, com os seus cafezais e mandiocais verde-negros, [...] a casa, iluminada, surgia sonora de gargalhadas e gritaria de crianças”, para conferir vida, intensidade e encanto para o espaço físico da serra, o que torna o enunciado pictórico e com uma descrição vívida e contribui para causar a impressão desejada – a de um lugar agradável e aprazível entre outro seco e árido, em que reina a carência de necessidades básicas, como a água e o alimento.

O terceiro trecho além do lugar também destaca, novamente, o egoísmo da conservação, uma vez que os moradores da serra não permitem que os retirantes permaneçam na região com medo de que roubem os moradores. Isso é reafirmado com o pleonasma no uso de palavras que repetem uma ideia já contida em vocábulos anteriores, como é o caso de: “Fomos forçados até a impedir que subissem retirantes para cá. Daqui para baixo, para cima ninguém, que não vá de passagem.” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 171), para reforçar o sentido das frases, isto é, uma dupla negação para impedir a entrada dos retirantes na região, conferindo maior expressividade a oração.

Espalhado pelas cartas do correspondente Patrocínio, encontramos referências acerca do comportamento tanto dos padres como dos comissários da seca. A respeito de ambos, tanto nas cartas quanto no romance, Patrocínio constrói uma imagem de pessoas gananciosas e egoístas, que usam e tiram tudo o que podem de proveito dos outros, mesmo nas maiores catástrofes como podemos conferir, a começar pelos padres que deveriam ser símbolos de altruísmo e abnegação:

Ao passo que a pretensão do clero cearense abusa desaforadamente do bom senso das classes ilustradas e da credulidade pública, em nome do mesmo Deus e em nome da caridade, oito mulheres e uma pequena associação literária esforçam-se em concorrer eficazmente para melhorar o padecimento do povo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/07/1878, n.198, p.01)

É um espetáculo tristíssimo! Os míseros crentes gemem um largo tempo ao lado da igreja à espera que o padre desocupe-se da encomendação dos defuntos ricos, para então confessar os moribundos, tão as pressas que nem despendi mais tempo do que se sacramentasse todos de uma vez só!

Classe digna da maldição pública! Todas as outras têm buscado concorrer para melhorar os efeitos da indescritível calamidade, só ela com o pobre egoísmo conventual nega-se a tudo!

Os vigários do interior abandonaram as suas paróquias e vivem pela capital a desgastar as banhas em passeios à beira-mar, em palestra nas esquinas.

A epidemia dá-lhes abundância de missas do sétimo dia, e por isso mesmo fartura para o apetite clerical.

Alguns além do trabalho de dizer missa e comer três vezes ao dia, ocupam-se também em confessar... em certas casas particulares.

Não há um único sacerdote da impostura católica apostólica que se tenha lembrado de cumprir com os deveres do seu ministério, indo levar a palavra da resignação aos fervorosos crentes, que não podem pagar imposto de fé. Publicanos hediondos, não haver quem vos corra do templo a azorrague! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/08/1878, n. 212, p.01)

- Viu o senhor em que tenho estado ocupado. Confessei vinte e tantos retirantes moribundos. Ora, eles são causam nojo, imagine o que serão nesse estado. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 265)

Paula abaixou a cabeça envergonhado. Reconheceu que não podia representar bem a sua comédia de vítima, diante daquele homem frio, que sem necessidade, por um mero gracejo, profanava a imagem do Cristo, de quem ele se dizia ministro. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 269)

Nas missivas, Patrocínio deixa claro o que pensa a respeito dos padres e, para reforçar a ideia, no primeiro trecho, temos o uso da hipérbole “abusa desaforadamente”, em que há na expressão um exagero de situação, também utilizado para enfatizar a contradição de ideias e funções presente na frase entre o clero e as “oito mulheres e uma pequena associação literária”, uma vez que também compete ao clero a função de “concorrer eficazmente para melhorar o padecimento do povo”.

O segundo trecho, também de uma das missivas, trabalha, em grande medida, com a figura retórica hipotipose, vista anteriormente, buscando pintar com vivas cores para o leitor o quadro dos acontecimentos, como um “espetáculo” grandioso, apoteótico. Para reforçar a imagem, o autor usa de alguns artifícios como, novamente, a hipérbole, como em – “indescritível calamidade”, “nega-se a tudo”, “abundância de missas”, “não há um único sacerdote”. Segundo Reboul (2004), a hipérbole aparece com a função do inexprimível, para dizer o que de fato não conseguimos e dar a entender de que se está falando, por exemplo, de algo tão grande, feio e importante que a linguagem não teria como exprimir. Ela também ocupa a função de amplificar o argumento o máximo possível, de modo a conferir grandiosidade a linguagem.

Em outro momento, o narrador afirma que os padres “ocupam-se também em confessar... em certas casas particulares”, nesse caso, de acordo com Reboul (2004, p. 127), a reticência “interrompe a frase para passar ao auditório a tarefa de completá-la; figura por excelência da insinuação, do despudor, da calúnia...”, ou de seu contrário, por exemplo. Neste caso, de acordo com a história em sua totalidade, a presença de um padre em casa particular, já nos remete a um possível abuso desse clérigo.

Por fim, neste trecho, a frase “Publicanos hediondos, não haver quem vos corra do templo a azorrague!” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/08/1878, n. 212, p.01), estabelece uma

clara relação com a passagem bíblica em que Jesus expulsa os cambistas do templo de Jerusalém, acusando-os de tornar o local sagrado numa cova de ladrões através de suas atividades de comércio, mas no romance não há quem possa expulsar os homens de negócios, que são os padres, que deveriam ser exemplos de caridade, do templo.

Já no romance, todos os padres que aparecem são de mau caráter, a começar pelo próprio padre Paula, o antagonista e responsável por grande parte do sofrimento da personagem Eulália. Os trechos acima representam, de modo geral, a índole dos padres. A expressão do romance “comédia de vítima” (PATROCÍNIO, n. 33, p. 269) ilustra o caráter do padre e cai duplamente bem à descrição irônica do representante de Cristo, uma vez que nos remete ao teatro e, por conseguinte, a espetáculo, palavra que define os escritos de Patrocínio a respeito da seca; mas também porque nos revela o caráter falso e fingido de ambos os padres que conversam na cena, o padre Paula e o sacerdote para quem se apresenta na capital cearense, esse, aliás, em nenhum momento é nomeado e não podemos diferenciá-lo dos outros, o que nos confere a impressão de que todos os padres são iguais, indiscriminadamente.

Com relação aos comissários a imagem construída é de gananciosos, corruptos e ladrões. Imagem essa corroborada em grande parte por inúmeras cartas publicadas nos jornais de oposição ao governo vigente, como *Pedro II, A liberdade, Eco do Povo, Os retirantes* e *A opinião*, como vimos anteriormente. A seguir veremos alguns trechos que narram sobre os comissários da seca:

O mais digno de consideração é que a voz pública e o próprio depoimento das vítimas denunciam como violentadores morais muitos daqueles que são pelo governo encarregados de socorrerem os desvalidos.

O espírito desprevenido não deve servir de eco a acusações que pela sua gravidade carecem de ser imediatamente cercadas de provas, mas o que também fica fora de dúvida é que não se levantam, sem base, semelhantes acusações. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/07/1878, n. 201, p.01)

O rio dos socorros no seu caminho ao oceano das algibeiras patrióticas tinha formado um delta medonho: os comissários, salvo honrosas exceções; o comércio da providência, e a paixão política, que os criminosos açaimavam pelo interesse. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/09/1878, n. 252, p.01)

O que pelo menos era verdadeiro e incontestável era que a mortalidade dos retirantes crescia na razão direta do dispêndio com os socorros, o que de alguma sorte justificava a fama de que as comissões eram os verdadeiros retirantes socorridos. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 160-161)

O novo presidente, empossado da administração, encontrou a província entregue à improbidade. Entre o retirante e o Estado havia um sorvedouro - as comissões de socorros.

Cresciam de par as despesas, a mortalidade e a penúria, porque indivíduos desnaturados, abusando da boa fé do ex-presidente, aproveitavam-se da miséria do torrão natal para enriquecer.

O retirante desolado murmurava a sua frase irônica:

- A seca tem sido inverno para muita gente. (PATROCÍNIO, n. 33, p. 185)

Os discursos são repetidos e repetidos em contextos diferentes – cartas e romance, de modo a tornar-se senso comum, o que se transforma em um discurso que permanece e que passa a contar a história de um momento específico – a seca. Nesse caso, no segundo trecho, temos uma metáfora, uma vez que entre os socorros e os necessitados os braços dos comissários agiam como a foz de um rio, desviando do caminho correto a ajuda governamental. Esse delta era “medonho”, pavoroso e sem fim, uma vez que as exceções parecem raras.

No romance, a frase irônica “A seca tem sido inverno para muita gente” aparece em dois momentos diferentes (páginas 171 e 185, n. 33), por ser o retirante a repetir a frase ela aparece ligada ao popular, sintetizando um conceito a respeito da realidade ou de um sistema social, integrando uma espécie de alegoria, uma vez que transmite mais de um sentido que o da simples compreensão literal, já que essa “gente” pode compreender muitos tipos de pessoas. A questão do roubo dos comissários foi tema principal do jornal *Eco do povo*, como vimos anteriormente, e como a corrupção entre os comissários era assunto de grande circulação social, a frase acaba por mobilizar efeitos de sentidos já conhecidos a época e, ao fazer uso de tal discurso, o autor apresenta uma outra voz, a da sabedoria popular, o que confere autoridade e confiança ao argumento, já que a asserção é sobre a maneira como funcionam as coisas, nesse momento, dizendo o que é verdadeiro. A base da sabedoria popular dá o *status* de veracidade e ironia à frase.

Os escritos da seca de Patrocínio também são pródigos na construção de um discurso da estereotipia, uma vez que a região está sendo estruturada a partir de delimitações simbólicas fortes e imagéticas, um processo que acaba por achatar e uniformizar o conhecimento sobre o sertão do antigo norte em função de uma perspectiva política. A construção imagética tanto dos retirantes, dos sertanejos, como da paisagística do sertão estabelece um lugar marcado pela falta, pela falta de água, de alimentos, de possibilidades e condições. A instituição desse espaço, o norte da seca, dá-se através de um longo trabalho discursivo, através da estratégia de estereotipização do discurso que, segundo Albuquerque Júnior (2011), é marcado pelo discurso assertivo e repetitivo.

Esse fenômeno pode ser observado tanto no romance quanto nas cartas e, principalmente, na composição das cartas anteriormente analisadas, em que a figura de retórica mais observada é a hipotipose, ou seja, os leitores-escritores, bem como Patrocínio apostam na capacidade que a escrita tem de supostamente nos fazer ver as imagens, através de uma descrição vívida e significativa, o que faz da linguagem um instrumento duplamente expressivo, capaz de transformar a escrita em um espetáculo teatral apoteótico e fantástico.

A heterogeneidade dos modos de se falar sobre a seca, ora afirmando ora negando declarações, acaba por construir uma hegemonia dos discursos que se repetem e que, por representarem um discurso de poder, permanecem. Com a apresentação de vários trechos tanto das cartas de Patrocínio como de seu romance, podemos perceber que os assuntos referentes à seca são sempre os mesmos, a diferença está em como vão ser abordados – afirmando ou negando-os. Para tanto, as figuras de linguagem retórica, ou seja, aquelas usadas com o intuito de persuadir o leitor, aparecem como peças chaves na composição desses escritos, uma vez que podem garantir o sucesso da construção desses discursos de convencimento.

Os escritos de Patrocínio, bem como as missivas publicadas pela imprensa do Norte à época da seca, acabaram por construir a história discursiva deste fenômeno, uma vez que foram usados pelos principais interessados em construir uma história de falta, de carência para a região. A serviço dos grandes proprietários de terras e políticos que buscaram por todos os meios conseguir tirar o máximo de vantagens da situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, procuramos compreender como os discursos veiculados pelas cartas publicadas nos jornais do antigo Norte e os escritos de José do Patrocínio, as cartas e o romance *Os retirantes*, forjaram o início da construção do discurso sobre a seca no século XIX. Elencamos um vasto conjunto de cartas na busca da representação do fenômeno de 1877 e observamos que ela não foi apenas um mero fenômeno climático natural com repercussões econômicas e sociais importantes porque, como bem desenvolveu Albuquerque Júnior (1988; 2011), serviu a outros interesses, como o dos grandes proprietários de terras, dos políticos e de uma ainda incipiente classe média, em um tempo de crise econômica, política e social particularmente difícil para a região. No momento em que essa conjunção de fatores atinge a classe dominante da região, como, por exemplo, os grandes latifundiários, a seca surge como problema nacional como um meio de justificar e de conseguir mais dinheiro, isenção de impostos, ajuda governamental entre outros, tornando-se a síntese de todos os problemas da antiga região Norte, um importante artifício que desenvolveu-se retoricamente de modo exemplar.

Na análise dos discursos das fontes, notamos que para fundamentar essa crise, foram mobilizados os mais diferentes discursos, sempre marcados pelo estigma da falta e da carência, tais como a falta de alimentos, de água potável e de abrigo, mas também observamos que as primeiras representações da seca, que estão na origem da instituição que vem sendo reapropriada desde então das mais variadas formas – verbais, musicais e visuais –, foram elaboradas primeiramente na imprensa. Especialmente com a intensa publicação e circulação das cartas dos leitores-escritores, que fora postas a serviço da “informação desinteressada”, mas que acabaram por construir um mundo imagético e uma forma de tratamento específico para a seca.

As cenas imagéticas da seca, uma vez que falar do evento naquele momento não era só discorrer sobre a falta de chuvas, que se pintam das cores mais intensas e fortes perante os olhos dos expectadores, vão aos poucos se delineando e se sedimentando na mente dos leitores pela prática discursiva que se torna regular, presente e legitimada pelos periódicos, nas diversas cartas e notícias que exploram as condições sociais e políticas do fenômeno, que se apresenta como uma rachadura na vida cotidiana dos sujeitos, evento inexorável e desorganizador da sociedade.

O papel da imprensa Oitocentista foi de suma importância na criação discursiva da seca, pois, segundo Barbosa (2010), naquele momento ter a força da palavra impressa era um meio de tornar-se reconhecido e distinguido, numa época em que o burburinho das vozes era marca evidente e onde as palavras se divulgavam aos gritos, os impressos acabavam por espelhar esse mundo de natureza oral – a força simbólica da pena estava inerentemente ligada à força da voz. José do Patrocínio foi um dos homens de voz ativa nesse cenário, conhecido como grande orador e publicista, pois toda a sua vida profissional foi desenvolvida junto com a palavra impressa. Embora o autor acreditasse estar fazendo uma denúncia social em seus escritos da seca, cartas e romance, suas ficções também acabaram sendo usadas para corroborarem com a construção do discurso de falta e carência da região, sedimentando um lugar surreal e seus habitantes no imaginário das pessoas.

Prosseguindo, constatamos também que os escritos ficcionais de Patrocínio foram construídos de tal modo, que a escrita artificial retórica é patente, como na articulação dos elementos da narrativa: personagens, tempo, ambiente, narrador, em que a seca, como tema secundário, apresenta-se como um evento desregrado, além das forças e dos limites, espantoso, trazendo consigo o sofrimento e também um comportamento humano desesperado que colide com as necessidades e convenções sociais, passando a justificar toda a sorte de condutas, mesmo as mais extremadas, num tom profundamente trágico e, ao mesmo tempo, romântico e apoteótico.

Nas missivas publicadas sob o título “Viagem ao Norte”, na coluna “Folhetins”, do jornal *Gazeta de Notícias*, também observamos as semelhanças narrativas entre seus dois gêneros ficcionais – cartas e romance – de forma muito clara, na descrição de lugares e pessoas, bem como no uso da transposição de algumas histórias, como mera reprodução de um contexto para outro, reafirmando o estatuto ficcional da arte epistolar enquanto técnica regrada e artificial.

Apesar de ser reconhecido como um homem de letras do século XIX, Patrocínio nunca gozou de prestígio literário, foi tido pelos primeiros críticos e historiadores literários somente como um hábil jornalista político e reconhecido pela sua luta contra a escravidão. Desse modo, seu nome acabou permanecendo por outros motivos que os literários e suas obras foram relegadas ao limbo, até pela instância legitimadora maior do país, na instituição que regula os currículos das escolas, como as Orientações Curriculares Nacionais, desaparecendo das antologias literárias atuais.

Como vimos, a seca também serviu de tema para se discutir ou se levantar uma série de outras questões ligadas a esse momento específico, como o caso das comissões de socorros públicos, símbolo máximo da corrupção com a ajuda governamental, e a personagem dos retirantes, esmiuçado em seus mais íntimos detalhes degradantes e degradados, que foram amplamente discutidos na imprensa em todas as suas particularidades. Assim, fica claro que a seca parece figurar, aparentemente, como tema central, mas percebemos que é apenas a temática que costura todas as demais, unindo-as num emaranhado de reivindicações em nome de toda a sociedade nortista, que nesse momento surge nivelada, pois todos, sem discriminação, são vítimas da seca. A partir de então, o próprio tema tornou-se um grande tema, segundo Barthes (1985), uma Tópica retórica que, ou seja, uma reserva de estereótipos, de temas consagrados, colocando-se como tema obrigatório e acompanhado de um tratamento fixo, o que a retórica defini como *topos*.

Nesse sentido, pensamos todos esses escritos literários enquanto documentos, pois o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1994, p. 545), e mesmo que esses escritos não tenham sido originalmente proferidos, e pensados, com o intuito de corroborar um pensamento, os interesses de determinados grupos acabaram por tomá-los em sua defesa e proveito. Assim, esses escritos foram “usados” para corroborar na construção dessa seca. Mesmo Patrocínio que à época pensava estar escrevendo uma obra de cunho social, com o intuito de denunciar a “realidade” de uma região específica, com todas as suas especificidades, também foi tomado e “usado” na constituição discursiva do fenômeno.

Tanto as cartas dos leitores-escritores quanto o romance e a coluna “Viagem ao norte” de Patrocínio disseminaram uma prática de descrição das misérias, dos horrores especialmente vinculados à seca, como canibalismo, assassinato, prostituição, corrupção e perda de todos os valores morais. Essa tônica de sofrimento e carência na pluralidade dos discursos encontrou na retórica, ou seja, na linguagem do convencimento, persuasão, eficácia e do apelo às emoções a forma de poder e desempenho necessários à obtenção de determinados efeitos de sentidos que tornavam a escrita mais produtiva e eficiente no ato de concitar e persuadir o público leitor da “veracidade” de suas afirmações, além do fator primordial do poder da palavra imprensa a época.

A heterogeneidade das imagens e representações levantadas por esses objetos se fundiram e criaram, por fim, um outro discurso, o dominante discurso da seca que se queria estabelecer para a região norte do Brasil. Os discursos posteriores nada acrescentaram de

novo, pois se reapropriaram e retrabalharam as mesmas imagens já veiculadas nos periódicos do século XIX. De modo que essa escrita foi multiplicada em um número incontável de textos – novas cartas, notícias, pinturas, romances, crônicas, filmes entre outros – que usaram de técnicas como adaptação, que sofreram cortes ou acréscimos e se transformaram para melhor se moldar aos vários usos que foram feitos dele desde então, pois como se trata de um discurso múltiplo e maleável serve as mais diferentes estratégias de invenção de um fenômeno climático natural e regular da atual região nordeste.

FONTES

Periódicos e revista:

A liberdade: 1877.

A opinião: 1877.

Brado conservador: 1877.

Diário de Pernambuco: 1877.

Diário do Rio de Janeiro: 1877.

O conservador: 1877.

O retirante: 1877.

Gazeta de Notícias 1878, 1879, 1880.

Pedro II: 1878.

A união liberal: 1879.

Eco do povo: 1879.

O liberal Paraibano: 1879.

O cearense: 1879.

Revista Ilustrada, 1880.

Gazeta da tarde: 1881; 1884.

Novidades: 1888.

Romance:

PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973. (Coleção obras imortais da nossa literatura, v. 32-33)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. Letras, Belas-Letras, Boas Letras. In: BOLOG-NINI, Carmem Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, FAPESP, 2003a. (Coleção Histórias de Leitura).

AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 1983.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Pref. de Margareth Rago. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. 435 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. 2ª Ed. Campina Grande-PB: Editora Universitária / UFPB, [1962] 1978.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, [1923] 1994.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. (sic) Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, [1953] 2003.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. Edição ilustrada. João Pessoa: Editora Jornal da Paraíba, 1986.

_____. *História e ideologia da imprensa na Paraíba: dados históricos e técnicos*. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999.

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil*. Campinas/ SP: Mercado de Letras, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *Como escrever uma história da imprensa?* Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, realizado em Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004

BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Literatura e periódicos no século XIX: perspectivas históricas e teóricas*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. *A espada das palavras: a escrita epistolar nos periódicos luso-brasileiros do século XIX*. In: Anais do 5º Colóquio do Pólo de Pesquisa sobre as Relações Luso-brasileiras. Disponível em <<http://rgplgead.bibliopolis.info/GeADOPAC/>>. Acesso em 17/04/ 2010a.

_____. Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras. In: MIZUTA, C. M. M.; FILHO, L. M. F.; PERIOTTO, M. R. (orgs.). *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: EDUEM, 2010b.

_____. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama. In: *Revista Desenredo*. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo V. 7. N. 2 – p. 331-344 - jul./dez. 2011.[on-line]. Disponível em <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2406/1559>>. Acesso em 11/02/2013.

_____. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. In: *Revista da Anpoll*, Vol 1, nº 30, 2011a, p. 261-291 [online]. Disponível em <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/196>>. Acesso em 11/02/2013.

_____. A arte de adaptar livros no século XIX: o Novo Secretário Português ou o Código Epistolar, por J. I. Roquette. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 8, Ano VIII, nº 2, 2011b. [online]. Disponível em <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em 11/02/2013.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *Elementos de semiologia*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

CARLI, Gileno dé. *Século das secas*. Recife: Cia Ed. de Pernambuco, 1984.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, nº 01, 2000, p. 123-152. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>>. Acesso em 20/03/2012.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (Orgs.) *Destinos da letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Portugal - Lisboa: DIFEL, 2002. (Memória e Sociedade).

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI – XVIII*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *O mundo como representação*. Estud. Av. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acessado dia: 10/08/2011.

_____. *Práticas da leitura*. 5ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: o mito fundador. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Ano IX, nº 19, 2000, p. 26-36. Disponível em <<http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista19.pdf#page=21>> Acessado em 10/10/2013.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, o século XIX*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. São Paulo. USP, 2007.

FEILER, Adilson Felício. *Nietzsche: sujeito moral e cultura cristã*. [recurso eletrônico – ebook]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FREIRE, Francisco José. *O Secretario Portuguez* compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Lisboa: Na impressão de João Nunes Esteves, 1823.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª Ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GUERRA, Felipe N. B. *Sêcas do Nordeste – Resumo histórico anos de 1559 a 1942*. (sic) Natal: Centro de Imprensa, 1951.

GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 5ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEAL, José. *Itinerário histórico da Paraíba*. 2ª Ed. João Pessoa-PB: Editora A União, 1989.

LE MOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: *A história nova*. (Org.) Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel. (Trad.) Eduardo Brandão. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (O homem e a história)

_____. Documento/ Monumento. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

LURKER, Manfred. *Dicionário de figuras e símbolos bíblicos*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2006.

MAGALHÃES JR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2ª ed. São Paulo: LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARIZ, Celso. *Ibiapina- Um apóstolo do Nordeste*. 3ª.ed. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, [1984] 1999.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 2.ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1995.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, vol. 11, nº 22, p. 80-97, 2007.

_____. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OCN: *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

REBOUL. Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Emilio Soares. A humanização da cachorra Baleia vs. a animalização de Fabiano: uma análise descritiva da tradução do livro Vidas Secas para o cinema. In: *Darandina* revista eletrônica - Programa de Pós-Graduação em Letras / UFJF. Juiz de Fora, vol. 1, nº 2, out. 2008.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Volume I. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

_____. *História da Literatura Brasileira*. Volume 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ROQUETTE, José Inácio. *O código do Bom-tom ou Régras da civilidade e de bem viver no XIX século*. Lilian Moritz Schwarcz (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Novo Secretario Português ou Código Epistolar*. 3ª Ed. Pariz: Vª. J.-P. Aillaud, Monlon e Cª, 1860.

ROSA, Giorgio de Lacerda. *A suprema causa motora: o providencialismo e a escrita da história (1808-1825)*. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

SAMPAIO, A. J. de. *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

SANTOS, Rinaldo. *A revolução nordestina: a epopéia das secas*. Recife: Tropical, 1984.

SILVA, Ana Carolina Ferracin da. *De “papa pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Otoniel Machado da. *Retórica, roda de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas*. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. Fac-similar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. As secas do nordeste: 1825-1925. In: FREYRE, Gilberto *et al.* *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual, [1925] 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, [1966] 1999.

STUDART, Guilherme. *Para a história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Typ. Moderna, 1924.

TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

TRINDADE, José Augusto. As previsões da Seca no Nordeste. In: *Boletim da Inspeção de Obras Contrás as Secas*, nº 05, 1915.

VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VIANNA, Helio. *História do Brasil: período Colonial, Monarquia e República*. 12ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

VILAR, Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. PCN's e literatura: novas roupagens para velhos problemas. In: VILAR, S. F. P.; SOUSA, M. E. V. (orgs.). *Parâmetros curriculares em questão: o ensino médio*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi; WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. Afinal, o que é literatura? In: *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3.ª Ed. (Org.) BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. Maringá - PR: EDUEM, 2009.

ANEXOS

ANEXO 01

GAZETA DE NOTÍCIAS

29/05/1884

Nº 124, p. 01

UMA EXPLICAÇÃO

Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.

Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como a chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

Até certo ponto a guerra satisfaz a minha vaidade. À proporção que a calúnia se torna mais furiosa, sinto crescer em torno do meu humilde nome a estima pública e fortalecer-se a dedicação dos meus amigos.

Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.

Passo a citar fato.

—
Perguntam-me como vivo e de que vivo e tem razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem á Europa.

Vamos a explicações.

Comecei a minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa da Misericórdia, em 1868.

Tinha então 13 para 14 anos. O diretor do Hospital da Misericórdia, Dr. Cristóvão dos Santos, hoje morto, empregou-me por achar original. Não lhe levei empenho.

Do meu procedimento daí pode dar notícias o ilustrado professor da Faculdade de Medicina, Dr. Souza Lima, então vice-diretor.

Saí do Hospital da Misericórdia, quando a farmácia passou às mãos das irmãs da Caridade.

Nesta ocasião, eu teria ficado sem casa e sem pão, se neste momento não intervisse a proteção do Sr. conselheiro Albino de Alvarenga, hoje vice-diretor da Faculdade de Medicina, a quem beijo as mãos publicamente.

Tendo me conhecido em Campos, segundando a estima que sua virtuosíssima mãe me dedicava, o meu bom protetor, a quem nunca tive se quer ocasião de dizer publicamente obrigado, empregou-me na Casa de Saúde do Sr. Dr. Batista dos Santos, hoje barão de Ibituruna.

Este novo protetor cobriu-me das maiores finezas, fortaleceu-me com o seu exemplo de independência.

Ele poderá atestar ou desmentir o que digo. Fui sempre trabalhador, mas sempre ativo.

Desde 1868 comecei a estudar.

Ganhava em 1868 a quantia de 2\$ por mês, de ganchos, como chamávamos em nossa gíria, isto é, de plantões que eu fazia aos domingos pelos meus companheiros.

Tinha também 16\$ de mesada, que me era dada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era meu pai.

Quando saí da Misericórdia, perdi a mesada. Toda esta parte da minha vida é bem conhecida do conselheiro Albino de Alvarenga.

Mas disse que comecei a estudar. Com que recursos? Com os da bondade extrema do meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei não só os preparatórios para farmácia, mas os exigidos para o curso médico.

O desapego evangélico do meu mestre formou o meu caráter. Se fui bom ou mau estudante, sabe-o ele; se fui alguma vez apontado como rapaz desmoralizado, ele poderá atestar.

Deixando a casa de saúde altivamente, quando o Sr. barão de Ibituruna, meu honrado amigo, não o queria, fui morar para uma república de estudantes, onde tinha amigos e onde não pagava coisa alguma. Desta república faziam parte o Sr. Dr. Martins Costa e o oficial da marinha Campos da Paz, meus amigos, que podem desmentir-me.

Entrando para a Faculdade de Medicina, como aluno de farmácia, recebi da sociedade beneficente um auxílio pecuniário de 20\$000. Por outro lado eu tinha alguns alunos de primeiras letras e sobretudo recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Calado.

Assim vivi durante três anos, até que em 1874 conclui o curso de farmácia.

Catão Calado retirou-se então para Santa Catarina e eu fiquei só nesta corte, com uma carta de farmácia, que só podia ser alugada por 30\$ ou 40\$, visto como não tinha dinheiro para estabelecer-me.

Resolvi morrer de fome: não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e representava as únicas alegrias até então experimentadas. A minha carta de farmácia tinha três distinções dadas por Moraes e Valle, Domingos Freire, Ezequiel Correa dos Santos, Pizarro, Peçanha, Souza Lima e Martins Teixeira.

Foi nesta difícil conjuntura que me apareceu o meu condiscípulo do Externato Aquino, João Rodrigues Pacheco Villanova e me convidou para passar um dia em sua casa.

Fui e aqui começa a segunda parte de minha vida.

—

A noite quis retirar-me. A família de João Villanova insistiu para que eu ficasse, fiquei e vi surpreso que o quarto que me deram para dormir estava mobiliado com o que me pertencia!

João Villanova de acordo com sua santa mãe, hoje minha mãe também, e com o seu padasto, o meu bom amigo e sogro, capitão Emiliano Rosa de Senna, haviam feito a mudança do que era meu para seu domicílio e pediram-me como um favor que eu ficasse residindo ali.

Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para ser professor dos seus filhos.

Destas relações nasceu a estima entre mim e minha mulher, filha dos seus honrados velhos.

—

Em 1877 entrei para um jornal que há na rua do Ouvidor em frente á rua Nova do Ouvidor.

Se o ódio pode dar lugar a justiça, daí desse ninho de inimigos meus pode sair as palavras de justiça pelo trabalho de um rapaz que enquanto foi aí empregado nunca recebeu advertência dos seus patrões, foi honrado com a máxima confiança de um deles, merecendo até a distinção de ensinar pelo método de João de Deus a sua inocente filhinha.

Em 1881 deixei este jornal. Por que?

O momento não é oportuno, mas esta história será publicada, com os documentos necessários.

Eu já era casado e meu sogro, o capitão Emiliano Rosa de Senna, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta, em S. Cristóvão, proprietários de prédios e terrenos na praia

Formosa, pôs a minha disposição a quantia de 15:000\$ para comprar a *Gazeta da Tarde*, que acabava de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.

Devo confessar que encontrei a empresa no maior grau de depressão financeira. A tiragem real era de 1.900 exemplares.

Começou, pois, no dia 15 de agosto de 1881 a terceira fase da minha vida.

O meu desastre parecia infalível e sê-lo-ia se meu sogro não viesse em auxílio da minha coragem.

Pedi logo no segundo dia da minha entrada para a *Gazeta da Tarde* três contos de réis ao finado sócio comanditário da empresa Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem dever para os meus empregados.

Com uma tiragem de 1900 exemplares, como fazer face a despesa?

Em dezembro o meu déficit era de 10 contos de réis e para maior desgraça o meu sócio comanditário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer.

Meu sogro deu-me o necessário para pagar as dívidas, fazendo transações com o nosso amigo Galdino José de Bessa.

Providencialmente a tiragem da *Gazeta* começava a subir.

Fiado nesta ascensão gradual que em janeiro dava já o algarismo de 4000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha.

Para isso, porém, era preciso um sócio, que não impossibilitasse o desenvolvimento que eu pretendia dar-lhe. Aceitei, pois o oferecimento que me fez a Exma. Sra. D. Francisca de Oliveira e recebi de suas mãos cinco contos de réis, com que reformei em parte as máquinas da tipografia.

A sociedade não se realizou, porém, e eu assinei uma letra daquela quantia que foi paga no dia do vencimento por meu sogro, que para isso retirou do Banco do Brasil a quantia necessária.

Não é possível dar minuciosamente todas as informações, uma a uma.

Devo, porém, ao público, o nome das pessoas com quem tive relações. São estes cavalheiros, os meus amigos Dr. José Américo dos Santos, Manoel Ribeiro, Antônio Justiniano Esteves Junior, Dr. André Rebouças, Dr. Ubaldino do Amaral, comendadores Moreira Filho, Martins Pinho, João José dos Reis & Comp., Luiz Ribeiro Gomes, visconde de Figueiredo, Luiz A. F. de Almeida e a diretoria do Banco do Comércio.

A todos estes recorri, pedindo crédito e obtendo-o, satisfiz os meus compromissos, de modo que se evidenciava o meu trabalho e o meu sacrifício.

Além disto tenho relações com diversos comerciantes desta praça, e todos eles sabem que tenho sabido honrar o meu crédito.

Resultado final:

A *Gazeta da Tarde* foi ganhando em crédito comercial tanto quanto ganhava em circulação.

As suas colunas foram honradas sempre com anúncios de muitas casas comerciais, a sua tiragem começando a três anos com 1.900 exemplares sobe hoje á cerca de 12.000 exemplares, como média.

A empresa pode levantar, mercê de Deus, a cabeça, segura dos seus destinos, pronta a satisfazer a todos os seus compromissos.

Podia eu ir a Europa?

Respondam agora os meus caluniadores.

Para saberem a origem do dinheiro que gastei, dirijam-se ao meu bom amigo comendador Luiz A. F. de Almeida, que me deu uma carta de crédito para a casa C. de Almeida & C., crédito aberto com o máximo desinteresse á *Gazeta da Tarde*.

Além deste, pode informar a casa Galiem & Prince, de Paris, que tem com esta empresa um contrato de anúncios e da qual saquei, sobre minha conta, o dinheiro para dar o banquete que tanto irritou os meus caluniadores.

Vê-se, pois, que a vida da *Gazeta da Tarde* e do seu proprietário é honrada e limpa. Vem da fonte que criou outros jornais – o povo, o nosso grande comanditário.

Secundou-a o desinteresse dos meus companheiros de trabalho, que se sujeitaram a ordenados insignificantes, certos de que a prosperidade futura da *Gazeta* os indenizaria.

Nesta grande obra fui eu quem menos trabalhou comercialmente.

A *Gazeta* deve o que é ao esforço heroico, ao desassombro atóico, ao tino miraculoso do seu gerente João Ferreira Serpa Junior, hoje meu interessado.

Grande parte das relações comerciais, que sustentaram meu crédito, foram estabelecidas por ele, que responde a calúnia com a escrituração da nossa casa, que pode ser exibida quando quiserem, como documento das nossas palavras.

Em resumo:

O que tenho é produto do meu trabalho, escudado na cooperação dos meus amigos.

Sei que a prosperidade da *Gazeta* causa inveja.

Trabalhem os meus detratores e terão o mesmo resultado.

Sejam honrados e terão o mesmo apoio.

Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas aos insultos, com que tentam amedrontar-me.

Não fui a Europa divertir-me, fui tratar da minha saúde.

Os médicos clínicos desta corte Drs. Gaudie Loy, Pizarro, Joaquim Rosa, Alfredo Ramos, Daniel de Almeida, meus amigos, trataram-me.

O meu dedicado e íntimo amigo Dr. Campos da Paz viu-me por duas vezes as portas da morte.

E assim ficam respondidas as infames calúnias.

Eu sinto realmente não poder dar aos meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto.

Desculpem-me esses senhores, se eu vivo com a cabeça alta e curado do meu fígado.

O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a Kermesso que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros de trabalho e dos meus amigos do comércio a quem abraço daqui afirmando-lhes que sempre fui, que sou e que serei digno deles.

José do Patrocínio.

P. S. Chamarei á responsabilidade todos os artigos injuriosos e caluniosos e não admito mais retratações, senão diante dos tribunais.

J. P.

ANEXO 02

GAZETA DE NOTÍCIAS

09/04/1880

Nº 98, p. 02

BIBLIOGRAFIA

Os Retirantes, por José do Patrocínio. – Rio de Janeiro. – Typ. da *Gazeta de Notícias*, 1879.

Da moderna geração literária do Brasil, é José do Patrocínio um dos nossos mais conhecidos e um dos escritores mais justamente honrados do favor publico.

O seu talento tem-se revelado brilhantemente na imprensa sob duas faces diferentes e opostas: a do escritor político e a de romancista.

O primeiro é o valente lutador inquebrantável, que fez de uma pacífica e inocente pena de aço uma terrível arma de combate, fera, despedaçadora, cruelíssima: não é nem um escalpelo, nem um bisturi, é um instrumento de tortura, único, original, de que só ele possui o segredo; que não fere, retalha; que não extirpa unicamente a parte cancerada, mas entra muitas vezes também pela carne sã.

Será talvez um grave erro não saber conter as impaciências e domar as cóleras tigrinas da sua cáustica pena vitoriosa.

O romancista não projeta tão largo fulgor nos horizontes literários; mas irradia ainda assim talento que farte para uma reputação e honra sobremodo o labor intelectual do seu tempo.

O romance de estreia, o *Motta Coqueiro*, alcançou o que chamaremos um sucesso jornalístico: escrito dia a dia e sofregamente, com avidez foi lido. Compaginado em volume, pôs a descoberto as falhas e as demasias da improvisação. Não obstante, o livro não foi mais que o prolongamento do êxito do folhetim.

Com os Retirantes, que nos ocupa agora a atenção, sucedeu o contrário: o autor esteve no sítio da ação; observou, viu e examinou com particular miudeza os usos e costumeiras das personagens que queira debuxar; aproveitou habilmente vários incidentes, uns interessantes, outros trágicos, e ao cabo de algum tempo deu-nos um excelente livro, profundamente meditado e pausadamente escrito, do maior interesse e da maior atualidade, com todos os elementos de um triunfo ruidoso e, o que mais é, de um triunfo duradouro.

Como é notório, os Retirantes não cumpriram estes desígnios. A quem cabe a culpa?

Ao autor?

Não; como se evidenciará de uma ligeira apreciação do livro.

Ao público?

Sim; evidentemente ao publico, que, posto entre dois livros do mesmo autor, se decide pelo pior.

A culpa cabe exclusivamente ao público, dividido em duas porções – uma que podia formular um juízo discreto, e é indiferente; outra, sem imputabilidade, que sentenciava tiranicamente do que não entende.

Eis porque, apenas publicados dez ou doze folhetins, o romance granjeou logo o qualificativo de maçador, cruel e imerecido.

O silêncio, calculado ou hostil, da crítica, concorreu não pouco para a aceitação desse arresto, que se dilatou pela opinião como uma nódoa de azeite.

Diante destes fatos o que deverá concluir o autor?

Seguir o primeiro ou o segundo livro?

Ater-se a vitória daquele ou ao desastre deste?

Parecerá um paradoxo: mas a verdade obriga-nos a aconselhar-lhe que siga o último, isto é, que ponha todo o empenho em que o eu terceiro romance seja mais infeliz ainda, e assim, gradativamente, de modo que pareça ir descendo aos que não podem ou não sabem ver.

Quando houver conseguido isto, terá fixado por igual o seu estilo e o seu público.

O assunto capital dos *Retirantes* cifra-se nos amores de um padre sensual e covarde e de uma menina, ingênua e fraca, dos sertões do Ceará. Eulália, a manceba do padre Paula, é um caráter mal delineado, incompleto, versátil, como o reconheceu um escritor de talento, o Sr. Urbano Duarte.

O padre e a moça amam-se, quer dizer, Eulália verdadeiramente não ama, obedece a uma fatalidade inexplicável, a um sortilégio infernal, mas poderoso; os olhos de Paula transverberam uma espécie de fluido magnético, que lhe anula a vontade e a consciência, que a faz um ente passivo e submetido à bestialidade gulosa do amante.

Mas a natureza de sultão do pároco não basta essa sertaneja beleza em primeira mão; sedu-lo também a graça petulante e baixa de Mundica, a filha do sacristão Marciano, o inverso, repugnante, abjeto, da surpreendente figura do *Père Coriot*, de Balzac. É uma miserável alma humana apanhada em flagrante.

Neste meio tempo começam a chegar á paróquia de B. V. as multidões andrajosas dos retirantes. A fome, como o anjo exterminador da escritura, os expulsa do paradisíaco canto de terra do berço e das afeições; a natureza nega-lhes a gota d'água miraculosa e dá-lhes em troca o veneno e a enfermidade; o sol – assassino glorioso! – faz dos raios punhais e alastra as estradas de cadáveres sem conta.

O povo subleva-se um dia contra o sacerdote. O vigário, em nome de Deus, impele a grande onda dos retirantes contra a paróquia, o que o braço do assassino não alcança, lambem-no as línguas vermelhas do incêndio. A paróquia de B. V. é um montão de ruínas.

Começa a retirada; e os famintos que assassinam e roubam nos caminhos, as mãos que devoram os filhos como canibais, a profunda miséria e a imoral promiscuidade dos sexos nos abarracamentos, passam como espectros lutulentos por diante dos olhos do leitor, lançando lhes no espírito ora a compaixão, ora o horror.

Há traços rudes, crus em demais, atribuídos a influencia de Zola, que de feito a exerceu largamente: mas se alguma vez o realismo *á outrance* se justificou plenamente foi neste caso.

O autor não se encerrou no doce conforto do seu gabinete para se por a fantasiar misérias e nojos: viu-os da tremenda catástrofe, atravessou por meio deles, apalpou-os, ouviu-os e, como artista que tem o ideal na verdade, procurou reproduzi-los vívidos, completos, integralmente. Eulália, que de si mesma se expungira da família, atravessa o sertão e chega, após milhares de perigos, á capital; e, para salvar a honra das pequeninas irmãs inocentes, vende as suas graças e o seu pudor de mulher. Desce degrau a degrau a escadaria dolorosa do vício e vai morrer na praça pública como um animal imundo.

O padre Paula é nomeado para uma paróquia rendosa e merece elogios dos jornais. Eis, em poucas palavras, o entrecho dos Retirantes; mas cumpre não esquecer os tipos acessórios do Joaquim maluco, do feiticeiro, do Rogério Monte e sobre todos o de Irena.

O estilo deste livro avanta-se singularmente em correção, harmonia e bom gosto ao do primeiro. Reconhece-se gostoso que o autor é dos poucos que tem em alguma conta o estilo, e busca aprimorá-lo, bem que nos afigure eivado de brasileirismos inúteis, e derramado na descrição de cenas que não interessam nada. É tempo de concluir, e concluiremos com uma interrogação:

Eulália «morre abandonada no largo, a alguns passos do palácio do governo e aos sons da música, que todas as quintas e domingos ia acompanhar o digestão da presidência.»

Este grandioso contraste do presidente que se diverte com o povo que morre á fome não é o fecho natural dos Retirantes! (Da Saison)

ANEXO 03

Carta 01

A Opinião

nº. 14

Data: 14/06/1877

Coluna: Correspondência

Meu caro amigo.

As manifestações, que alguns amigos de diversas localidades fizeram contra a «Opinião» em favor do «Despertador», preocupam sobremodo o meu espirito, como deviam ter preocupado a outros muitos amigos, e mui de proposito tenho deixado de escrever-lhe para sobre elas não falar.

Agora, porem, que elas têm deixado de aparecer, e confio que jamais aparecerão, escrevo-lhe esta, e mui sinteticamente direi, no meu entender, qual devia ser o procedimento do partido nas localidades ante a divergência dos dignos membros do Diretório, retirando desde já toda e qualquer palavra que por ventura possa-se entender ofensiva á qualquer das comissões, que se manifestaram, uma vez que sou o primeiro á não recuar ante qualquer sacrifício á bem da harmonia e disciplina do partido.

Quando lia aquelas manifestações lamentava que distintos amigos se apresassem, respeitosamente falando, em ir á imprensa externar-se contra prestimosos amigos, que formam a maioria do Diretório, os mesmos que dirigem a «Opinião». E nem se diga, que as manifestações foram contra o jornal, por que este apaga-se completamente com o esplendor da responsabilidade de seus redatores, visto que um órgão na imprensa representa um principio e um fim, que são dirigidos e defendidos por seus chefes.

Á proporção, verdade seja, que se publicavam aquelas manifestações, eram outras tantas glorias que alcançavam os nossos adversários, que certamente não deixavam de ervar com o fel das víboras a luta entre nossos amigos até chegarem as retaliações, que para o esfacelamento do partido poucos passos distariam.

Entendo que a neutralidade das localidades, na divergência que surgiu entre os membros do Diretório, seria o argumento ou o meio mais poderoso para o restabelecimento da harmonia entre tão distintos e ilustres amigos, que em numero de nove compõem o Diretório.

O partido liberal desta província, que em sua galeria contem um grande número de distintos e ilustres patriotas, e que tem em sua frente uma mocidade esperançosa, deve congraçar-se e passar uma esponja sobre aquelas manifestações, dar tréguas aos ressentimentos passados, serem os seus membros prudentes e benévolos uns para com os outros, por cujas virtudes continuará o partido a ter maior numero de amigos e maior soma de credito, do que aquele que se acha á frente da administração, esforçando-se por sua vez cada um dos membros do Diretório em mais purificar o seu patriotismo e dedicação ao partido no crisol das urnas e da imprensa. Com isto ganhará mais o partido, e desmoronar-se-ão os nossos adversários.

Agora outro assumpto:

Do dia 27 de Maio ultimo á esta parte têm havido por aqui umas chuvas muito fracas, que apenas têm refrescado os poucos legumes que não foram crestados pelo sol, que ardia mais que nunca.

Estamos por tanto ainda lutando com a seca, que nos oferece tristes e dolorosos quadros dos emigrantes, que todos os dias formigam em nossas portas esmolando alguma coisa para si e seus filhos meio nus, meio vestidos.

As nossas grutas estão pejudadas desses infelizes, que se auxiliam também com os cocos das palmeiras.

Informam-nos, que pobres já não existem no sertão; os ricos já têm alguns se retirado, e outros estão se preparando; e neste caso o Sr. presidente da província deve mandar os socorros para esta cidade, a de Campina e Bananeiras, que são os receptáculos dos pobres emigrantes.

Hoje, ante a perspectiva da desgraça que presenciamos nesta cidade, ninguém recuará em fazer qualquer sacrifício para socorrer os desvalidos! E amanhã?!

Amanhã surgirão novas lutas em posições diferentes e com trejeitos diversos; o desvalido e melancólico de hoje aguçarà amanhã o punhal e incendiará o rosto para acometer-nos...

Ao governo compete remover os males e prevenir o futuro; dele, pois esperamos prontas e acertadas medidas. E admira que a câmara municipal desta cidade não tenha feito reclamação alguma a respeito, sendo testemunha de tanta calamidade.

Cidade d'Areia, 4 de Junho de 1877.

L.

ANEXO 04

Carta 02

O Retirante

07/10/1877

Nº 16; p. 02-3

Coluna: Noticiário

Tamboril. – D’aquela Villa escreve-nos um amigo, em 19 de Setembro:

«Não se pode fotografar e nem se quer descrever o quadro negro, confrangente e horrído, de que está sendo teatro esta parte da província, tão miseravelmente desprezada pelo nosso desmoralizado governo, o maior esbanjador do século, o sugador do suor do povo, o abutre de garras mais aduncas!

Um exército imenso de famintos, andrajosos, de olhar desvairado, boca ressequida, rosto descarnado, pálidos como o mármore, verdadeiras munias egípcias, cambaleantes, tombam inanidos e às centenas, estorcem-se em convulsões, entregam a alma ao Criador, e com os seus corpos desnudados juncam as nossas ruas, praças, arabescos e desertos caminhos, labirintados de cruces, e por onde já se não ouve, ao romper d’alva, nem o doce trinar dos passarinhos festejando o poder divinal e o aparecimento do astro-rei.

Tudo é horror, tudo é miséria!

Reconcentre um pouco o pensamento, meu amigo, e veja se será possível medir-se a extensão de nosso grande infortúnio e de nossa dor.

Estamos desesperados.

Si como Ptolomeu, Copérnico, Galileu, Cristóvão Colombo, erguemos a fronte e cravamos os olhos arrasados de lagrimas no céu, procurando menos uma débil esperança na forma graciosa de uma nuvem, somos forçados a baixá-los porque encontramos somente um firmamento iracundo e um sol ardentíssimo que nos fere a vista e ao clarão do qual não há resistir.

Aquelas alturas falam-nos palavras horríveis. Lá deixamos em caracteres de fogo o anátema da Divindade lançado sobre os erros do homem!

Infelizes os que habitam n’estas ardentes regiões. Ha horas em que falta-nos até o ar para respirar!

Aqui já não ha cereais. Custa 500 réis um litro de péssima farinha: 400 réis um de sal e 320 uma rapadura!!

E o governo o que faz? Nada! Continua criminosamente a cruzar os braços, abandonando-nos ante tantos horrores, e insulta-nos no meio de nossas misérias com o riso do escárnio e indiferença!

Ao passo que ele nos abandona com tanta vilania, ergue-se no meio d’este grande e horroroso cataclisma um vulto respeitável e venerando, um verdadeiro apóstolo da caridade – o coronel Joaquim José de Castro, que, se não debela inteiramente as tempestuosas desgraças que nos fulminam, ao menos minora-as consideravelmente! Faz em larga escala benefícios, e em sua casa encontra o pobre, a viúva, a donzela e a criancinha um abrigo certo. Não se poupa a sacrifícios.

Chame a atenção do governo para que lance suas vistas sobre nós, seus filhos espúrios!»

ANEXO 05

Carta 03

A Opinião

Data: 24/05/1877

nº. 08; p. 03-4

Coluna: Noticiário

Vapor Jaguaribe – A 20 do corrente mês procedente do norte chegou a esta cidade o vapor costeiro *Jaguaribe* sendo portador de noticia do Ceará e Rio Grande do Norte até o dia 13.

-A seca continua a assolar a província do Ceará não sendo animadoras algumas chuvas que apareceram em algumas localidades.

Lê-se no *Cearense* de 10 de Maio:

«Eis como um amigo nos descreve o estado aflitivo da Telha em 27 do passado:

«Depois de muita esperança dissipou-se essa ilusão agradável e eis a seca com os seus horrores aniquilando a humanidade!

Neste termo, onde a agricultura teve sempre o colo erguido, vemos hoje somente os vestígios das glórias passadas! Os campos, onde outrora o milho, o feijão, o arroz e a mandioca soberbavam com os eflúvios da frescura, estão disertos, nem a pastagem os cobre; e nem mais se quer são frequentados, são ermos aterradores! Os campos de criação se acham convertidos em disertos, onde raramente passa, triste e moribunda, a rês que então era a flor da maromba; e nem mais se ouve a melodiosa harmonia do berrar dos gados e o aboiar dos pastores! Tudo é horror!

Após tudo isto, vemos famílias, que outrora viviam fartas, maximenno mês de abril, á expirar á fome! Tudo é horror! D'outro lado, encontra-se as estradas cheias de infelizes emigrantes, que exânimes, já nem podem chegar ao lugar almejado! Tudo é horror!

Aqui, nem o rico mesmo poderá escapar ás garras dos efeitos desta seca excepcional! Uma ou outra chuva, que sobrevenha, já nada aproveitaremos com ela! Os legumes já se perderam, a pastagem morreu; e será impossível, segundo a ordem do costume, de nova vegetação termos no corrente ano lenitivo!

E quem a fora de Deus nos poderia favorecer em tão lamentável estado?! O governo; porem..... seria preciso que, sem demora nos enviasse os gêneros alimentícios; uma vez, que com dinheiro somente pouco influiria, porque não ha aqui para comprar-se legumes de qualidade alguma! Os caminhos estão inteiramente destituídos de pasto, como, pois, transportar com mais demora coisa alguma?! Tudo é horror!

Dentro em pouco até mesmo a emigração será impossível! Morramos, desde que esta é a vontade divina.

Se o governo tivesse, aos nossos primeiros gritos, nos enviado socorros, o mal seria menor; porem com o suor do povo, ostentava a esse tempo os bailes na corte, e os festins em palácio, em quanto que, o povo escravo morre a fome! Que é da via publica de transporte?! Oh! norte infeliz, é pena que pertençamos ao mesmo governo do sul! Eis Sr. Redator, o estado do centro de nossa província, alias digna de melhor sorte. Não sei se ainda terei o gosto de escrever embora que a pressa, como agora»

- Extrato de uma carta do vigário de Lavras, Rvdº Miceno Clodoaldo Linhares, datada de 21 do passado:

«Lutamos com s horrores da seca. Caíram algumas chuvas, como lhe mandei dizer, porem estamos agora com um sol abrasador! As plantações estão quase perdidas.

O povo dessa pobre freguesia continua a emigrar para o Cariry.

Faz pena ver a retirada dessa pobre gente. Ha grupos de 30 maltrapilhos, esquálidos com a miséria estampada na fronte, trouxas nas cabeças, sacos ao ombro; seguem esses infelizes em busca de uma Canaã fantástica!

Tem si dado aqui diversos assassinatos, facadas, tiros, furtos de gado etc. tudo isto por causa da fome!

No Cariry ha muito legume velho, ha farinha e rapaduras, entretanto vende-se ali a farinha a 5 e 6\$000 a quarta.

Deus queira que o governo se lembre deste pobre povo»

-Outra carta do vigário de Cascavel, Rvd. Laurindo Duetos, de 30 do passado diz:

«Vamos muito mal de inverno aqui e as noticias que nos chegam do sertão são contristadoras; principalmente nos sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte, onde já tem morrido gente de fome, segundo cartas que ha pouco tive de minha família.

Se Deus não nos acudir com sua divina misericórdia teremos de presenciar um quadro bem triste e desolador!

Hoje comecei a fazer as preces *ad petendum pluviam*.

-De Campo Grande nos comunicam o seguinte:

Continua a falta absoluta de chuvas e já não resta duvida que vamos lutar com uma seca medonha, cujos efeitos perdurarão na memoria dos cearenses, como as de 25 e 45.

A emigração das pequenas serras e dos sertões, por aqui é imensa. Todos os dias esse quadro contristador nos trás a certeza da grande calamidade de que não estamos isentos, apesar dos vastos recursos de que a natureza dotou este abençoado solo, aliás tão abandonado e esquecido pelo governo.

Faz cortar o coração ver essas famílias que por aqui emigram, procurando cômodos e trabalho. Os filhos do lugar tremem diante das consequencias dessa emigração, porque o povo sem pão recorrerá á rapinagem.

Aqui não temos a menor garantia.

Os criminosos transitam livremente protegidos pela autoridade!

Convinha que o governo mandasse destacar aqui uma força comandada por um oficial de confiança.

Os negociantes ambulantes que mandavam transportar para aqui seus gados, de que lhe falei na minha última, desenganados que não podiam dispô-los para o Piauí, alguns tem vendido seu gado por preços desgraçados, para não perde-lo; sujeitando-se á imposição dos desalmados compradores, dando 50 rezes por um cavalo!!

De Sobral também estão retirando o gado para o Piauí aqui já não passaram d'ali 311 rezes.

Tem passado de outros sertões com igual destino grandes boiadas e até mesmo da ribeira do Caxitoré!

Não pode haver situação mais aflitiva. O pânico é geral e medonho.

Ao passarem por aqui essas retiradas, escoltadas por homens a pé, cobertos de trapos e bisonhos, que a todos contrista, as mulheres, sempre sensíveis – a esses espetáculos, rompem em pranto!

Da Boa-Esperança nos escrevem em 16 do passado o seguinte:

«Vamos sem grande alteração com relação aos grupos de criminosos que nos assustavam neste termo, muito embora no Poço e na feira de Porteira eles ainda apareçam de vez em quando.

Um outro flagelo, porem, o mais perigoso nos vem assaltar – a fome – com todas as suas inclemências e rigores.

Este termo vai se despovoando e com especialidade o distrito de Cuncas. Ninguém ficará por certo na Boa-Esperança , por isso que em Cuncas não ha absolutamente o que comer e a agua se carrega de lugares afastados.

A emigração dos centros da Paraíba e Pernambuco é enorme. Causa susto e dói n'alma do homem ainda tempera mais rija assistir o espetáculo horroroso que nos oferecem esses emigrados.

O professor d'aqui, o Sr. Valdivino Pantaleão de Araujo, está assustado e quase reduzido a necessidade de abandonar a cadeira e retirar-se.

Consta-me que o Dr. juiz de direito interino e a câmara municipal se dirigem a presidência mostrando o estado desolador da comarca»

- Escrevem de Sant'Anna em 27 do passado:

«Seca, fome, horror! é o grito doloroso que se desprende de todos os lábios!

Vamos muito mal a respeito de inverno, são incalculáveis n'esta freguesia os prejuízos na criação de gado, lavoura e finalmente em todos os ramos de especulação de que vive o povo laborioso de nossa terra.

O comércio esta consternado a abatido, vendo diante de si o abismo em que inevitavelmente se precipitará.

A classe desvalida já nos bate a porta acossada pela fome, que já vai aparecendo em toda sua nudez; as ameaças de saques ás nossas propriedades; são constantes e vemo-nos forçados a dizer – cada um trate de guardar sua propriedade, - salve-se quem puder. O povo se vê obrigado a [...] porque tem fome!

O que será de nós?»

A presidência da província entretanto continuava a nomear comissão de socorros, obter e remetê-los para toda a província.

ANEXO 06

Carta 04

Diário de Pernambuco

04/04/1877

Nº 76; p. 02

Coluna: Noticias do Norte do Império

CEARÁ

-Durante o ano de 1876 foram exportados da província 768 escravos.

Falecera, na capital, o alferes reformado do exercito Raymundo Augusto Dias Martins.

-Sobre a seca lemos no *Cearense*:

-Do Brejo Seco nos escrevem em 3 de março:

«A seca já vai-se tornando bem assustador.

«A classe pobre e operaria sofre bastante fome.

«Os gêneros estão por preços muito alterados; os animais magros, que não se prestam á condução, e por isso maior calamidade.

«É doloroso ver pobres crianças chorarem sem abrigo, seus pais, sem recursos, acompanhá-los nas lágrimas. Muitas famílias querem se mudar para o Piauí, porque ainda chovendo não terão o que plantar.»

«Escrevem-nos do Assaré em 1 do corrente:

«Atravessamos uma seca assoladora e uma fome horrível ameaça aniquilar a população destes sertões, destituídos de todos os recursos.»

«De Boa Esperança escrevem o seguinte em 25 do passado:

«Até hoje ainda não tivemos a mias pequena chuva, e o pobre povo já começa a morrer á fome.

«Os gêneros alimentícios sobem de preço e escasseiam de um modo espantoso; e se não chover nestes quatro dias, as plantações estarão irremissivelmente perdidas.

«A única coisa que nos dava algumas esperança era uma açude que aqui construiu o padre Ibiapina, mas esse mesmo está de todo seco, de sorte que estamos apanhando agua para beber a cerca de uma légua de distancia.

«Estamos em prece se á hora em que faço esta, confrange-me o coração o triste espetáculo de alguns homens que se cortam á disciplina, procurando com o seu sangue que corre á jorros aplacar a cólera celeste.

«O gado urra de fome e sede, e os retirantes atravessam a cada momento as estradas desta povoação.

«Triste futuro aguarda a este pobre povo.»

RIO GRANDE E PARAHYBA

Nada ocorreu, que mereça menção.

ANEXO 07

Carta 05

Pedro II

13/01/1878

Nº 04; p. 02-3

Coluna: Comunicado

Comissão de socorros de Imperatriz

O *Cearense* de 6 d'este mês publicou uma carta datada da Imperatriz em que o reverendo tesoureiro da comissão de socorros, denominada – *comandita dos vales ao portador.*, mentindo á própria consciência escreveu o seguinte:

«Por aqui vamos mal e muito mal.

«Tem sido tão escassos os socorros enviados pelo Sr. conselheiro Aguiar, para esta vila, que já morre gente á fome dentro d'esta e mais longe.

«Aqui do dia 20 para 23 morreram 2 meninos, nos Campos e Missi – 4.»

A leitura d'essa carta nos causou verdadeira indignação, pois é sabido que o Exm. presidente da província tem enviado para aquela localidade, repetidos socorros em dinheiro e gêneros alimentícios.

Como já tivemos ocasião de dizer e demonstrar, a Imperatriz é o ponto central da província, que mais socorros tem consumido, apesar de ter emigrado d'ali quase toda população indigente, e de não ser estrada por onde passem os emigrantes que de diversas procedências – demandam o litoral.

Esses socorros, se tivessem tido uma distribuição regular, seriam suficientes para pôr a pobreza ao abrigo de todas as necessidades.

Si assim não aconteceu, deve ser levada em conta dos dois *vedoias* da comissão, que os tem dissipado, o mal que de sua má gestão, por ventura, resulte as pobres vítimas da seca.

A tática, a que recorrem, de atribuir ao Sr. conselheiro Aguiar escassez na prestação dos socorros públicos – para fazer acreditar fora da província que S. Exc. assiste impassível ao sofrimento do povo, retardando ou *regateando* os meios de salvação que lhe cumpre liberalizar, é uma lembrança infeliz, que só o espirito de *ganancia* ou algum interesse contrariado – pode ter inspirado.

Com tal expediente ou se pretende dar curso ás paixões partidárias, ou fazer pressão sobre o administrador da província.

Nas grandes calamidades acontece assim muitas vezes.

Aqueles que tem obliterado os sentimentos generosos, e que chamados ao exercício da caridade, como agentes do poder publico, tratam antes de acautelar o seu bem estar, do que suavizar o infortúnio dos pobres, tornam-se arrogantes e afrontando a opinião publica com admirável cinismo, afetam interesse pelos desvalidos – espoliados, e accusam o governo de inimigo do bem publico.

É o que fizeram alguns dos membros (2) da comissão de socorros da Imperatriz.

Para desmascará-los, porém, publicamos a lista dos socorros enviados para aquela vila pelo Exm. Sr. conselheiro Aguiar, afim de que cada qual fique com a responsabilidade dos seus atos.

S. Exc. tem cumprido o seu dever.

Poderão dizer o mesmo – os comanditários da Imperatriz?

Não, respondem os indigentes prejudicados.

Não, respondem, por sua vez, os parceiros da banca do jogo, onde o dinheiro destinado aos pobres é atirado a mão cheias para correr os azares da fortuna.

13 de janeiro.

Dagoberto.

NOTA DOS SOCCORROS DISTRIBUIDOS PARA A VILLA DA IMPERATRIZ
PELO EXM. SR. CONSELHEIRO AGUIAR.

1877

17 de Dezembro – 7:697\$800

FARINHA

3 de Dezembro – 2.250 Kilos

13 » 6:750 »

17.....».....6:750 »

1878

7 de Janeiro 11:250 »

10 » 2:250 »

MILHO

1877

3 de Dezembro 600 »

13 » 1:500 »

17 » 3:000 »

1878

7 de Janeiro 720 »

3:000

Para semente saccas 25

FEIJÃO

1877

16 de Dezembro.....360 Kilos

17 » 480 »

840

CARNE

3 de Dezembro (fardos).....10

1878

7 de Janeiro » 10

7 » (barricas) 20

ANEXO 08

Carta 06

ECO DO POVO

28/11/1879

Nº 17; p. 03

Coluna: Correspondência

Pacatuba, 24 de novembro de 1879.

Sr. redator do Eco do Povo. – Com quanto tenha o seu jornal publicado diversos artigos sobre a comissão de socorros d'esta localidade, resumida no Sr. Dr. José da Justa que tem disposto do pão do povo como propriedade sua, distribuindo-os por seus trabalhadores e protegidos; peço-lhe a publicação das seguintes linhas para que todos mais se convençam do caráter de tal comissário:

Proximamente deu-se no armazém dos ditos socorros um caso digno de menção, que deve sair a publico para comprovar a falta de caridade do Sr. Justa, e é o seguinte: Existem no Rio Formoso d'este termo umas viúvas indigentes oneradas de família, cujo filho de uma d'elas, de menor idade, dirigiu-se ao armazém de socorros á ter-se com o comissário Joaquim Eduardo para dar uma esmola á sua mãe e este tendo inteiro conhecimento da infeliz e julgando-a digna de auxilio houve o saco do menino onde depositou *três litros* de farinha e no ato de entregá-lo ao menino o Sr. Justa que se achava presente, violentado da perversão e feroz como o leão avançou ao comissário e tomando-lhe o saco fez despejar a farinha, anunciado que não consentia dar-se *três litros* de uma vez! O Sr. Eduardo, posto sua idade ainda nova, com toda a prudência e energia fez-lhe sentir na ocasião de seu ato negro e desumano que acabava de praticar, terminando a não se envolver mais em negócios da comissão, porém, a pedido de alguns seus amigos acedeu e se acha funcionando a fim de evitar fúnebres consequencias na indigência.

O Sr. Manoel Amora pediu sua exoneração de comissário também em respeito ás imposições do Sr. Justa, pois tendo aquele enxotado do armazém de socorros uma seita de muambeiros que ali se achavam empregados por este que regressando da capital como deputado inútil, e entrando nas funções de *comissário mór*, demitiu os recém nomeados pelo Sr. Amora e readmitiu a mesma seita sua protegida.

E como chegaram os socorros aos verdadeiros necessitados?

É por sua irregular marcha na distribuição, por isso que conta para mais de *quarenta empregados, in nomine*, todos homens robustos que bem podem ocupar-se em serviço particular, ao passo que estes diariamente ganham pela tabela do Sr. Justa – de 15 litros, para cima, de legume, enquanto considerável numero de velhos, viúvas, órfãos e cegos vive á falta do alimento que o governo propriamente lhe destinou!

Se o Exm. presidente da província não demitir a esse perdulário dos socorros, ou se não fazer-lhe sentir os seus maus atos, em breve verá a decisão de um grande numero de vítimas, cujas sepulturas a orla de sua coroa presidencial.

Um do povo.

ANEXO 09

Carta 07

ECO DO POVO

11/12/1879

Nº 18; p. 04

Coluna: A Pedido

Pacatuba

Sr. Redator. – Não posso mais suportar os ímpetos do coração quando vejo gemer na agonia as pobres, as desvalidas e inebriarem-se no néctar esplendido dos socorros públicos os protegidos da fortuna, os carrascos da pobreza.

Por uma d'essas fatalidades difíceis de explicar o Sr. Dr. José da Justa assumiu o cargo de comissário dos socorros públicos, n'esta vila e sua incapacidade tem-se revelado em todos os atos se a sua fisionomia denota o ridículo, se é um tipo exótico, digno de figurar na ciência teratológica; se parece ter alguma coisa de parvo um orgulho a D. Quixote, com ressaibos de idiotismo não somos nós que o dizemos. Nós que o temos apreciado até nos descasos que fez quando foi deputado, comovendo as paredes, levantando por um poder magnético as próprias cadeiras, não podemos ouvi-lo hoje criticar, fazendo censura aos empregados da estação, deixando pairar sobre eles alguma dúvida sobre o desfalque dos gêneros que tem de ser distribuídos pelos indigentes.

Todos sabem que depois de entregues os gêneros para serem conduzidos para o deposito dão-se os maiores abusos, os maiores escândalos. Aparecem verdadeiros abutres, filhos adoptivos do ilustre comissário, que devoram em poucas horas o pão dos indigentes.

Não seja, pois, injusto Sr. Dr. Justa. Faz melhor conceito do caráter e honradez do zeloso chefe da estação que nenhuma responsabilidade tem com este facto. Homem laborioso, e cumpridor dos seus deveres tem sabido granjear as simpatias de todos. Se alguma responsabilidade ha, ele pesa sobre Vmc. que não tem a necessária energia, o verdadeiro interesse pelos indigentes, obrigando-os muitas vezes á verter lagrimas de sangue pelo seu brusco procedimento.

Tenha a bondade, Sr. Redator de dar publicação a estas linhas ficando certo que continuaremos a vigiar a estação.

Um vigia da estação.

ANEXO 10

Carta 08

ECO DO POVO

28/11/1879

Nº 17; p. 02

Coluna: Noticiário

Carta de Lelè a seu compadre José Badejo.

COMPADRE E AMIGO.

Aracati, 13 de novembro de 1879.

São tantas as curiosidades aqui, que não sei por onde comece. Mas como devo principiar por alguma, dou entrada a aquela que mais tem prendido o publico.

O arrabalde d'esta cidade, o que se chama – Vargem - , se acha coberto por milhares de palhoças que dá abrigo ao ainda crescido numero de retirantes que se acham a sofrer. Esse grande campo da miséria é o teatro de cenas bem escandalosas. A noite quando esses infelizes se atiram ao chão para, sob um sono rodeado de espectros, porém reparador, descansarem das fadigas que lhes pesam, das misérias que lhes oprimem.

- Hordas de vândalos que, não tendo ocupação durante o dia, aproveitam as sombras da noite para darem expansão as malversações que lhes sugere sua ociosidade; quadrilhas de pinkistas crapulosos, que sem temor a Deus, nem respeito a sociedade, só procuram saciar seus instintos brutais; - falanges sectárias do Deus baco, cujo código de sua religião é a torneira de uma pipa, ou o gargalo de uma garrafa.....

- Atiram-se, como nuvens de vampiros, sobre aquela planície onde se acham tantos milhares de vítimas do açoute de Deus, que gemem sob a pressão de tamanhas misérias, e que n'essas caladas horas da noite ainda tem de ser vítimas d'essas hordas de celerados, que ali fazem as mais estroivadas correrias praticando atos infames, insolentes e horríveis que gela o sangue, que contrista a alma, que espanta, que horroriza a sociedade dos homens de bem.

Entre essas companhias sobressai a de – Aureis, Dias, Felippes & C.^a – Esses moços ha poucos dias em uma de suas excursões noturnas atacaram uma d'essas choupanas que apenas era cerrada por uma porta de talos de carnaúba, e onde se abrigava uma pobre família com moças honestas; e forçando essa frágil barreira, penetraram na casa pondo-a em completa alarma. Suas intenções eram perversas; mas não podendo conseguir desonestos, cortaram redes, carregaram trastes, quebraram outros, esbandalharam tudo, dispersando espavoridos os moradores d'essa choupana, que os deixaram como lobos famintos ou loucos furiosos.

Chamados á policia confessaram tudo, declarando ao delegado José Alexandre que continuaram a proceder assim para vencer os obstáculos que se opuseram a sociedade de suas dissoluções! E mesmo porque aquele campo pertencia a comissão de que eram empregados, em cuja republica só eles eram autoridades delegadas pela mesma comissão, e por ela estavam autorizados para fazer tudo quanto quisessem!!! Que tal?

O delegado José Alexandre, porém, fraco, sem energia, e, quem sabe? também pertencente a alguma d'essas sociedades noturnas, o que fez? Nada; deixou-as ir em paz!....

Para tais desordeiros só um tal delegado; Deus os fez e o diabo os ajuntou. Uma outra sociedade noturnas importante é a denominada – Adelario, Caminha, Pereira & C.^a. Aristocrata, mais comedida, esta patulêia apenas anoitece se acha em campo. Umas vezes a pé, acompanhada de sua guarda de batedores composta dos – FACUNDOS -, cabras safados, cachaceiros e insolentes, dirigem-se aos palacetes dos retirantes – ARARIPES, SANTINHAS, MULATAS e outros, e a urgia principia. As cestas de cerveja se reproduzem, o vinho corre, a viola atroa e todos se envolvem no turbilhão doidejante do – baião – e nas galopadas

descompassadas do – côco – tudo isto ao tempo, e sob uma nuvem de pó que como verdadeiro incenso da urgia cobre tudo, e então offegantes, inebriados de prazer, atiram-se aos divans d'esse *salões* ao lado de suas deusas e empunhando a taça da predilecta *primeira cabeça do Cumbe* – entôam freneticos um urra a pandega. Outras vezes cavalgando delicadas palavras, encrustadas as mãos em finissimas luvas de Escossia, que as abriga do sereno, lá vão caminho dos sitios encantados, onde habitam seus amores, percorrendo toda a via-sacra até encontrarem alguma fortaleza que ataquem, ou algum samba de realejo e pife onde exhibem algumas piruêtas e requebros, para voltarem a seus ninhos de delicias, d'onde só ao romper da aurora se recolhem aos regios aposentos.

Outras curiosidades.

O delegado José Alexandre tem mostrado-se zangado com as excursões d'essas companhias, e propalou que hia rondar os abarracamentos (talvez que para proveito proprio), mas não o fez, dizem que por dous motivos. O 1.º porque esses abarracamentos sendo propriedade d'essas companhias, ellas a isso oppozeram-se com todas as forças; o 2.º porque o capitão Julio não lhe déra a força necessaria, assim como não tem dado, nem a elle, e nem a outra autoridade, para deligencia alguma. Que commandante de destacamento! Que delegado! Ambos são bons. Se um é fraco para cumprir seu dever, o outro é estrompa, e com fumaças de Soberano.

Ha poucos dias houve aqui um quasi – S. Bartholomeu - .

Alfredo fogo teve uma jogatina de sôcos com sua amazia, que mora na Vargem, e Julio sabendo d'isto correu para ali, com toda sua força (30 praças) e sem mais indagar do caso foi prendendo a torto e a direito, e mandando dar pancadas isto é – *fazer lombo* – na sua phrase de tarimba. O sangue correu, e o esbandalho foi grande, e afinal entrou pela rua principal montado num bucephalo xotão, commandando o seu exercito até a cadeia onde recolheu tudo por sua conta e risco, tendo uma briga com o delegado no dia seguinte por ter mandado pôr Alfredo em liberdade. E quem lhe vai a mão?

Ninguem, que ninguem está disposto a *fazer lombo*; ao mesmo delegado se fará se não estiver pelos seus estorpicios. Os seus soldados são verdadeiros réos de policia. Não ha um só que não seja criminoso por facadas, cacêtadas, surras e quantolatrocinio se pôde imaginar. E nada se diga! Elles tem direito para fazer tudo, assim diz o commandante que já uma vez quiz brigar com o promotor por ter este requerido um inquerito contra um soldado.

A commissão passada dirigida por José Alexandre, apesar das muambas rabudas que se fazia distribuiam-se 1,800 saccas de generos. A commissão presente distribue 2,100 saccas, as rações são pela metade, e o povo por menos de um terço, entretanto a fome assola!

Como se explica isto?

Muambas, compras de cavallos para pandegas, por quem nunca pôde possuir um, soldados á escolta de capangas, urgias sem conta onde a cerveja abunda, o vinho corre e a caixassa entontesse, sustento d'esses nucleos de devassidão, *etc. e tal pontinhos.....* É essa grande bocca que engolle essa grande differença de 300 saccas de generos – semanalmente assim com de uma só vez engolliu o producto de 15 mil saccos vasio vendidos a Benoit Levy, sem que achasse osso ou espinha que a engasgasse.

Compadre, já vai esta se alongando. Vou concluir dizendo-lhe que aqui só come bem quem é bonito, ou tem gente bonita. Faça idéa eu como não passo. Muito feio e mudo, sem ter filhas bonitas!...

Vou sahir d'esta terra onde só vale quem é bonito. Diga-me se por lá serei admittido. Ha ahi algum cantinho onde um feio possa achar descanso, e recursos para a vida?

Um abraço á comadre e adeus, até breve.

eu compadre e amigo

Lelê.

ANEXO 11

Carta 09

ECO DO POVO

21/12/1879

Nº 19; p. 03

Coluna: A Pedido

2.^a Carta de Lelè a seu compadre José Badejo.

Aracaty, 10 de dezembro de 1879.

COMPADRE E AMIGO.

A minha carta passada causou grande sensação, os poucos jornaes que para aqui vieram não chegaram para os que a queriam lêr, rasgando-se todos pelo continuado atrito das mãos do curiosos. Ainda hoje é ella o assento das conversações das rodas, e com quanto tivesse causado raiva áos – *ananes* -, todavia não deixaram de confessar que só tinha dito a verdade, contestando-se apenas a muambados 15 mil saccos vendidos a Levy, cujo producto dizem ter sido applicado ao asylo das orphãs, porem quem sabe? Seria mesmo para o asylo das orphãs, ou para as Souzas do asylo? Tudo pode ser.

A sociedade Aurés & C.^a ou se dissolveu ou está descansando para principiar de novo. Deus a conserve em silencio para descanso dos retirantes.

A sociedade Adelario, Caminha, Pereira & C.^a ainda continua, e promette prosperar no theatro do repertorio Pinkas. Zangou-se ella bastante com a mesma carta, e em represalia reunio-se na casa do socio Vieira onde fizeram um horroroso brodio, passando a noute de 29 em verdadeira orgia. Não deixaram foguetes n'esta cidade nem cerveja e geribita de cabeça. Tudo queimaram, tudo bebeream e espernearam até dia claro, não deixando os visinhos de meia cidade descansar n'essa noute, até mesmo o delegado João Valente, que mora na mesma rua, que nem dormio, nem teve energia para conter essa pandega estúpida feita a custa dos generos dos soccorros, e em louvor de terem visto seus nomes em letra redonda. Mas o que fazer o delegado, sem força, por que o Julio não a dá se não a commissão para o quadro da distribuição, para ali fazerem tambem sua muamba, a levarem a seu gosto de dar pancadas?

A minha carta foi attribuida a diversos: - Chico Fogo, Gustavo Brigido, Dr. Camara, Raimundo Malveira, Raimundo Peixoto e outros, como se eu não soubesse escrever! Que parvos! Vingo-me porem d'elles contando-lhe o que por cá tem havido, e o que for apparecendo.

É bello, compadre, ver a patuléa Adel-Camipereira & C.^a correrem cavalhadas a noute com seus palhaços Facundos *et reliqua* correndo a pé atraz de seus amos para lhes segurarem os cavallos quando se apeiam nos palacios de suas Deusas – Souzas – Alvas, Santinhas, Mulatas etc. etc. etc.

É bello ver mandarem soltar foguetes e mais foguetes para darem a conhecer ao povo a sua passagem ou estada em qualquer lugar.

É bello ver desmanchar-se os hospitais da corôa para se edificarem casas boas para as Totonhas, Souzas-Alvas, Araripes, Nunas, e tudo quanto é gente bonita, ou velhos feios que tem gente bonita.

É mais bello porem vêr as Souzas-Alvas que de trapilhas passaram a aristocratas, ricassas e orgulhosas conduzirem e mostrarem por pabolagem a ninharia de 200\$000 que trazem sempre nos seus abençoados bolsos, e apresentarem-se, como ha pouco, em um casamento ricamente vestidas (são seis), e pagarem de uma só vez a viuva Raquel uns 30\$000 de feitio de enfeites, flores etc.

D'onde vem tanta grandeza?

A sociedade tem ali grito de armas, e o portão do armazem do deposito é franco a ellas ou a sua ordem; por onde todos os dias sahem, á conta de seus alfimetes algumas saccas de generos que passam para o poder de um certo vendedor do mercado, e os cobres para suas algibeiras, e viva a pandega. Ah! Souzas!

Ha aqui umas taes – Bellas – moças pobres e honestas, e que tem sido requestadas por esse DD. Juans de farinha do governo. Ha poucos dias, ali foi ter a noute essa patulêa Adel-Camipereira – Bateram e bateram muito, e como não se lhes abrisse, e os visinhos ja se tivessem alarmado retiraram-se protestando vingar-se tomando-lhes um cartão de soccorros que haviam dado, o que de facto fizeram no dia seguinte, deixando assim essas pobres moças a se rallarem de fome por não se prestarem a suas bandalheiras!

Ah DD. Juans! Ah! Pinkistas!

Este facto, compadre é verdadeiro, e se duvida mande perguntar ao Chico Nogueira que lhe informará melhor.

Appareceu agora de novo uma sociedade denominada – Bellota, Caminha, Moreira e Vieira. Tem por fim negociarem, com um capital emprestado pelo governo, e fornecido pelos indigentes. Ha pouco venderam 500 saccas de feijão por intermedio de Joaquim Ramos, a quem deram 200\$000 reis para figurar na venda, visto serem elles empregados da destribuição, e consta terem 300 saccas de farinha para o mesmo fim. D’onde porem foram tirar tantos generos para venderem. Não consta que tivessem comprado a excepção de alguns litros aos indigentes, e isto para apparentar, logo o portão do armazem é culpado de deixar passar tanta cousa para fora, e seria bem bom que o compadre Julio mandasse alguns dos seus valentassos darem uma surra de facão n’esse portão para insinal-o a guardar seu posto.

José Quintino foi ha pouco apanhado em flagrante de muamba de 3 saccas de farinha ou feijão. Quizeram tomal-as, prendel-o, esfollal-o etc. mais elle ameaçou descobrir muita cousa bôa que sabia com relação a muambas grossas e deixaram-no hir em paz com suas saccas! Veja como anda isto por aqui!

Nos fundos do armazem geral ha um morador de nome – Amancio, que por manço foi escolhido para ali morar. É ali o valha couto das muambas de todo calibre, e esse morador é o caixa de tudo e de todos, inclusive as Souzas, Molatas, Nunas etc. tambem esse morador tem por officio vigiar a cocheira que alli foi estabelecida, onde engordam cavallos, bodes, carneiros, porcos, e um exercito de pirús, patos, galinhas, capotes etc., tudo com o milho e a farinha dos pobres indigentes. Tão bem serão indigentes essa bixarada? Talvez.

Ha um outro armazem onde pagam trabalhadores, e que é dirigido por João Francisco e João Paulo. Ora compadre faça idéa como não será isso! Dois Joãos feitos directores de armazem é bonito, não? Mais bonito porem é a muambada que dizem ha por ali, e a velha Antonia sabe de boas cousas para o Fortinho ou Viçosa.

Um abre, muito cedo o armazem e despacha se conta, fechando-o depois de maneira que quando o companheiro chega já não acha mais o que fazer, não se lhe importando com a muambada, de maneira que ou tem participação, o que é mais certo, ou é um imbecil dos quatro costados. Mas não o rapasito é vivo e macio que faz gosto, e tambem é mestre da bisca.

Na noute de 6 ou 7 d’este houve um reverendissimo chinfrim dentro de um cercado, dado por um celebre Nunes pescoço, empregado da commissão, offerecido a sociedade Adel-Camipereira & C.^a Ja se sabe que não faltou concurrencia de moças bonitas, e onde se destamparam duas barricas de cerveja, vinho sem conta e 1.^a cabeça em profusão. Dançou-se ao tempo, bebeu-se a faltar, e houveram discursos importantes com relação a pandega. Entre outros brindes foi levantado o seguinte: - Vivam os soccorros publicos e o governo que nos dá para fazer-mos sambas e sustentar-mos moças bonitas. Este brinde foi correspondido por uma hurra monstro e frenetico que abalou a terra, e assombrou a visinhança até a Cacimba do povo e Cambôa, ja estavam molhados. N’essa occasião appareceu o viuvo paraguay bastante

chambregado, e também fez seu discurso concluindo assim – ora bem, não estou offendendo a ninguém; Bobó, bobó e adeus.

Hoje foi apanhado na rua um bilhete que ao seu querido mandava sua Dulcinéa. Era concebido n'estes termos:

Chiquinho. – V. parece que está zangado comigo. Olhe eu lhe quero muito bem. As 12 horas da noite bata na rotula que eu lhe quero fallas; mande a minha razão acressentada. Tua – *Maroca*.

Não pude saber compadre quem é esse Chiquinho e essa Maroca, mas ahi anda cousa de comissão, e eu hei de descobrir e lhe direi que melgueira é essa.

Compadre vá a palacio e peça ao presidente que pelo amor de Deus acuda com providencias energicas para que acabem essas muambadas, e o povo feio encha também a barriga. Mostre-lhe esta carta, e diga-lhe que dê um passeio incognito por aqui para ver como é essa distribuição de generos e como são esses sambas e correrias nocturnas que faz vergonha.

Oh! meu Deus, está tudo perdido, e si o Sr. presidente não nos socorrer vai tudo de cambalhotas.

Diga-me: - arranjou o cantinho que lhe pedi por lá onde um feio coma descansado? Preciso sahir quanto antes d'aqui porque os homens estão muito aborrecidos comigo, e receio mesmo alguma – surra, visto como metto-me a dizer o que ha, e a fallar das Souzas Alvas, Santas *et reliqua*, e receiando que me prendam por crime de lesa commissario, requeira ao presidente em meu favor um salvo conducto para que eu possa me preparar com descanso para a minha viagem.

Não sei se lhe escreverei ainda d'aqui. Se o não fizer levar-lhe-hei os meus apontamentos do que for apparecendo de bom.

Mande-me preparar ahi por algum poeta uns versos em forma de londú onde entre este estrebilho:

Ai amor, ai amor

A barca da muamba

Corre mais do que o vapor.

Mande por em solfa para ser cantado ao violão. Sou mudo como sabe, porem gosto de cantar por bôa solfa.

Adeus Um abraço á comadre, e até breve.

Compadre e amigo,

Lêlê.

P. S. – Ha na porta de João do meio um lamaçal feito por agua que sai de sua casa, e onde os porcos chafurdam-se, que fede para os diabos. A quem devo pedir a extinção de semelhante foco de immundicia? A camara d'aqui nada faz porque é – Caminha e o fiscal é João Caminha e todos estão ligados com Adelarios, Hyppolitos etc. os quaes alem de não se importarem com isto, estão mal comigo por causa da minha 1.^a carta; e mesmo João Caminha não tem tempo de fiscalizar a cidade por estar occupado no – *armazem* do deposito dos generos do governo, e a fiscalisar o portão do mesmo, a cachoeira e as bonitas.

Junto a esse lamaçal tem o professor Luiz a sua aula primaria para a qual pretendia ir aprender alguma cousa, mais receio as emanções d'essa podridão; o que devo fazer? Ja consultei isto com o mudo Eduardo, que nada soube dizer-me, dizendo-me que só entende de – *farrinha*.